



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

SANDRA SANCHES DA CUNHA

**CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ÂMBITO DA
ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO
CONHECIMENTO:
TEORIAS NAS ABORDAGENS CUSTODIAL E PÓS-
CUSTODIAL**



Londrina
2023

SANDRA SANCHES DA CUNHA

**CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ÂMBITO DA
ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO
CONHECIMENTO:
TEORIAS NAS ABORDAGENS CUSTODIAL E PÓS-
CUSTODIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Universidade Estadual de Londrina - UEL como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

Orientador: Prof.^a Dr^a Ana Cristina de Albuquerque.

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C972c Cunha, Sandra Sanches da.

Classificação arquivística no âmbito da organização e representação do conhecimento: teorias nas abordagens custodial e pós-custodial / Sandra Sanches da Cunha. - Londrina, 2023.

122 f.: il.

Orientador: Ana Cristina de Albuquerque.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Arquivologia - Tese. 2. Classificação Arquivística - Tese. 3. Organização e Representação do Conhecimento Arquivístico - Tese. 4. Classificação - Tese. I. Albuquerque, Ana Cristina de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 025.171

**CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ÂMBITO DA
ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO
CONHECIMENTO:
TEORIAS NAS ABORDAGENS CUSTODIAL E PÓS-
CUSTODIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Universidade Estadual de Londrina-UEL como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina de Albuquerque
(Orientadora)
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Diana Vilas Boas Souto Aleixo
Universidade Federal do Espírito Santo -
UFES

Prof.^a Dr.^a Brígida Maria Nogueira Cervantes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Dedico este trabalho ao meu pai José Sanches da Cunha (*In Memoriam*). Acredito que ele nem imaginava o que seria uma Dissertação, mas ficava feliz com as conquistas dos filhos e dos netos. Faz muita falta. Como cantou Néilson Gonçalves “...naquela mesa tá faltando ele e a saudade dele tá doendo em mim...”

AGRADECIMENTOS

À Deus, em primeiro lugar, sempre.

À minha família e amigos por todo o apoio, incentivo, compreensão nas frequentes ausências. Por me ajudarem, cada um de uma forma diferente, não me deixando desistir.

Aos meus filhos, meus amores, Giovanna e Gustavo, meus maiores incentivadores e apoiadores.

À minha orientadora, prof.^a Dr.^a Ana Cristina de Albuquerque, por toda orientação, compreensão nos momentos difíceis que passei no decorrer da construção desta pesquisa. Sem o seu apoio e incentivo, eu não teria conseguido chegar até o final. Obrigada, por ter me acompanhado. Obrigada, pelas conversas e por me ajudar a conquistar esta etapa em minha vida que jamais pensei em chegar. Tem toda a minha admiração, respeito e reverência como grande profissional e mulher que é.

À minha banca, prof.^a Dr.^a Diana Vilas Boas Souto Aleixo e prof.^a Dr.^a Brígida Maria Nogueira Cervantes, mulheres por quem tenho uma profunda admiração e respeito. Estou muito grata, pelas palavras generosas e por compartilhar comigo um pouco do vosso conhecimento.

À CAPES, que proporcionou a oportunidade desta pesquisa ser realizada.

Aos meus gatinhos, netinhos de quatro patas, companheiros amorosos nesta longa jornada: Basílio Cristino (estrelinha), Nora Regina (estrelinha), Carmela Luísa, Romeu Augusto, Nose Maria e Preta Maria.

Enfim, a todos que de forma direta e indiretamente, contribuíram com palavras, oportunidades, ajuda e carinho por mim nesta caminhada.

**“O que está em cima é como o que está
embaixo. O que está dentro é como o que
está fora.”**

O Caibalion

RESUMO

CUNHA, S. S. **Classificação arquivística no âmbito da organização e representação do conhecimento**: teorias nas abordagens custodial e pós-custodial. 2023. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar a classificação arquivística no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento mediante as abordagens custodial e pós-custodial da Arquivologia. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória, de abordagem qualitativa recuperada em livros, artigos, teses e dissertações da área. A Organização e Representação do Conhecimento é um campo que auxilia substancialmente na elaboração de sistemas que permitem o acesso à informação e entende-se que a classificação organiza e representa o conhecimento registrado. Ainda é um tema pouco explorado em relação às funções, manuais, normas, preservação, apesar de ser considerada um alicerce no que se refere à gestão documental. Como resultado espera-se que a partir deste estudo, outros possam surgir no intuito de refletir teorias e metodologias a fim de compreender a Organização e Representação do Conhecimento nas ações e sistemas que organizam e representam o conhecimento no contexto arquivístico, com conceitos e classificação conforme suas características.

Palavras-chave: classificação; classificação arquivística; organização e representação do conhecimento arquivístico; Arquivologia custodial; Arquivologia pós-custodial; plano de classificação.

ABSTRACT

CUNHA, S. S. **Archival classification within the organization and representation of knowledge**: theories in custodial and post-custodial approaches. 2023. 122 f. Dissertation (Master in Information Science) - State University of Londrina, Londrina, 2023.

This research aims to present the archival classification within the Organization and Representation of Knowledge through the custodial and post-custodial approaches of Archival Science, characterizing its theories. It is a bibliographical, exploratory research, with a qualitative approach recovered in books, articles, theses and dissertations in the area. The Organization and Representation of Knowledge is a field that substantially helps in the development of systems that allow access to information, as it is understood that the classification organizes and represents the registered knowledge. It is still a subject little explored in relation to functions, manuals, norms, preservation, despite being considered a foundation in terms of document management. As a result, it is expected that from this study, others may arise in order to reflect theories and methodologies in order to understand the Organization and Representation of Knowledge in the actions and systems that organize and represent knowledge in the archival context, with concepts and classification according to your characteristics.

Keywords: classification; archival classification; organization and representation of archival knowledge; custodial archival science; post-custodial archival science; classification plan.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Análise de Conteúdo.....	22
Quadro 2	Desenvolvimento dos SOC.....	46
Quadro 3	Concepções terminológicas da Arquivologia.....	48
Quadro 4	Objetivos e Ações da Pesquisa.....	64
Quadro 5	Ficha de identificação da pesquisa.....	67
Quadro 6	Trabalhos relacionados à classificação arquivística e temáticas exploradas	68
Quadro 7	Recursos tecnológicos para Arquivologia.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CI	Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
DBTA	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
ICA	<i>International Council on Archives</i>
ISKO	<i>International Society for Knowledge Organization</i>
OC	Organização do Conhecimento
OCA	Organização do Conhecimento Arquivístico
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	24
2.1	A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ARQUIVOLOGIA... 30	
2.2	CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA E A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	35
3	ARQUIVOLOGIA CUSTODIAL	47
4	ARQUIVOLOGIA PÓS- CUSTODIAL.....	58
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS... ..	64
5.1	CORPUS DA PESQUISA	64
6	ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	68
6.1	CLASSIFICAÇÃO NA TEORIA CUSTODIAL DA ARQUIVOLOGIA... ..	79
6.2	CLASSIFICAÇÃO NA TEORIA PÓS-CUSTODIAL DA ARQUIVOLOGIA.....	85
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS.....	102

1 INTRODUÇÃO

É inerente ao homem o ato de classificar e o desejo de deixar registrado sua realidade, cotidiano e conhecimento. As civilizações antigas já retratavam nos mais variados recursos que dispunham sua cultura e seu modo de vida. Tal processo pode ser chamado de representação. Representar remete a vários significados como simbolizar, caracterizar, equivaler, entre outros. Entende-se que o ato de representar está inserido no contexto das antigas civilizações e é tão longo quanto.

Dahlberg (1978), em seu artigo Teoria do conceito, expressou que a partir do momento em que o homem foi capaz de falar e pensar, fez uso da palavra ou conjunto de símbolos para nomear e interpretar as ideias acerca dos objetos ao seu redor, ele conseguiu se fazer compreender, e passou a se comunicar com os de sua natureza.

A partir do momento em que o homem passa a relacionar conceitos a objetos, No entender de Alice Príncipe Barbosa (1969), ao tornar fundamental a reunião dos conhecimentos em uma disposição ordenada coerente, os filósofos estabeleceram grupos dos quais os ordenamentos se diversificavam de acordo com as concepções e abstrações de cada um.

Pombo (2008), reflete que a classificação dos entes, fatos, acontecimentos é parte constituinte da mente humana e é considerada natural. É como um componente seguro que não permite o desconforto de não conseguir definir ou qualificar algo. A classificação traz a orientação do que acontece na sociedade, ao instaurar, identificar, colocar em ordem, colocar em grupos, separar semelhanças, diferenças, espaços, hábitos e seres.

Concernente a tal reflexão, o estudo das classificações conduz a um conceito básico e significativo a classificação como “Um processo mental pelo qual coisas, seres ou pensamento, são reunidos segundo as semelhanças ou diferenças que apresentam.” (BARBOSA, 1969, p. 13). E tal processo acontece diariamente ao praticar atividades e desenvolver planos e projetos. Desta forma, ao separar mentalmente cada atividade, seja de trabalho, estudos, lazer, uma situação que demanda atendimento rápido ou não, boas ou ruins, realiza-se o procedimento de classificar (BARBOSA; 1969).

Essas premências vão ao encontro de decifrar e entender o seu redor para que “[...] o homem sintetize, articule, formule e organize todo o material que produz, material este que, sendo registrado, vai ser deixado como herança de algum momento

que não retornará, mas que poderá ser conhecido com o passar do tempo.” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 18). Tais práticas podem refletir ideias, a estruturação de um povo, uma cultura, em um determinado tempo e local. Para Albuquerque (2012) os mais variados documentos produzidos têm a incumbência de comprovação, testemunho ou lembranças de acontecimentos e de espelhar espaços diferentes com aspectos e identidade própria, que refletirão comportamentos e condutas relacionados com o conjunto de indivíduos e sua sociedade.

E quando fala-se sobre a Organização do Conhecimento (OC) observa-se que processo é semelhante, pois requer uma nitidez sobre um conceito de um documento para que este seja incluído em um conjunto de provas. As dificuldades entre as relações de conceitos seguem sendo estudadas, visto que o acúmulo de informação ocasiona obstáculos em sua recuperação (NUNES; TÁLAMO, 2009).

No âmbito da OC a classificação gera apresenta características, propriedades comuns, que podem ser analisadas separadamente e ao ser organizado e representado possibilita o acesso aos registros do conhecimento (COSTA, 2021). A OC é um campo que auxilia substancialmente na elaboração de sistemas que permitem o acesso à informação. “Nesse sentido, têm-se apresentado uma série de desdobramentos para o desenvolvimento de linguagens, estruturas, classificações, ou seja, sistemas de organização do conhecimento [...]” (BARROS E SOUSA, 2019, p. 77).

Para Barros e Sousa (2019), a OC promove um aprofundamento no âmbito da Ciência da Informação (CI), no sentido de propiciar que o conhecimento seja estruturado de forma social e científica em uma instituição, e ainda, debate teoria e procedimentos pertinentes aos diversos métodos de representação e organização.

De acordo com Caixeta e Souza (2008), não seria um despropósito declarar que a CI é de sobremodo uma ciência da representação, sendo que a maior parte das atividades exercidas por seus profissionais giram ao redor de sistemas de recuperação de informações. Em todo registro de conhecimento, metadados, em cada demanda de informação, está subtendida a necessidade de representação. Isso pode ser observado na Arquivologia¹, na qual a classificação é costumeiramente adotada como uma função matricial resultante do processo de gestão, organização e representação (BARROS; SOUSA, 2019).

¹ Na construção deste trabalho, optou-se por usar o termo “Arquivologia”. Contudo, o termo “Arquivística” eventualmente será utilizado quando assim estiver empregado na obra do autor citado.

Segundo Davanzo e Moreira (2017) as transformações ocorridas na área², ao longo dos anos, provocaram inquietações em relação aos processos de tratamento da informação arquivística. São novas conjunturas na geração de informação associadas à organização, representação, recuperação, ao acesso e uso da informação, abrangendo também seus instrumentos.

A expansão da ciência e da tecnologia teve como resultado um volume grande de conhecimento para a sociedade, por conseguinte de documentos, que necessitam de um tratamento apropriado para serem disseminados e gerarem novos conhecimentos, uma praxe procedente e intrínseca da ciência (CINTRA, *et al.*, 1994).

Sob o ponto de vista de Maimone (2020, p. 429), “[...] a criação de mecanismos para organizar e representar o conhecimento permite a identificação de termos/conceitos e a análise de suas características, possibilitando o estabelecimento de relações.”

Sabe-se que pode ser difícil compreender, na conjuntura das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), quando se fala de produção e quando se fala em uso do conhecimento arquivístico (ALENCAR; CERVANTES, 2019). No entanto, pondera-se acerca dos modelos de representação do conhecimento arquivístico como instrumentos que possibilitam e contribuem para o acesso à informação. Considera-se relevante enfatizar que arquivos, bibliotecas e museus, tem o papel de tornar público seus acervos, responder a seus usuários no que tange a recuperação de informações, e disponibilizar materiais tanto para pesquisas quanto para o lazer (ALBUQUERQUE, 2012).

A informação contida nos documentos de arquivo evidencia o tipo de encadeamento de comunicação humano, em diferentes suportes e tipos documentais, sendo resultados de uma ação administrativa, jurídica ou pessoal. A classificação e a descrição organizam e representam este conhecimento registrado, possibilitando ao usuário o acesso à informação arquivística em sua fase corrente, intermediária ou permanente (ALENCAR; CERVANTES, 2019).

Mokhtar e Yusof (2015 apud SOUSA, 2022) considera que mesmo sendo uma temática antiga na literatura e no exercício arquivístico, a classificação não consta nos programas de debates da área no presente. Infelizmente, ainda é um tema pouco

² No texto, empregaremos outros termos que serão tratados como sinônimos de área. São eles: campo e domínio. “O uso desses termos visa facilitar a leitura, evitando a repetição das expressões” (GUIMARÃES, 2018, p. 12).

explorado em relação às funções, manuais, normas, preservação, apesar de ser considerada um alicerce no que se refere à gestão documental. Para Sousa (2022, p. 2) “[...] a atividade básica e fundamental de organização de documentos foi deixada de lado pressionada por novos temas. Isso, em parte, explica a razão da existência de uma escassa literatura sobre classificação de documentos[...]” E tal cenário, sob o prisma arquivístico tem relevância na literatura, na expansão de sistemas automatizados de classificação, manuais e ao colocar em prática instrumentos de classificação (SOUSA, 2022).

Diante do exposto, a presente pesquisa buscou “apresentar a classificação arquivística no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento (ORC) mediante as abordagens Custodial e Pós-Custodial da Arquivologia”, caracterizando teorias em que os arquivos podem ser considerados locais de convergência e de práticas metodológicas relacionadas à ORC.³

Esta pesquisa propõe um estudo referente ao entendimento do processo de classificação no âmbito da Arquivologia, como uma atividade intelectual que gera um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC). Segundo Albuquerque (2016, p. 3),

[...] a classificação arquivística é a atividade que elabora, a partir de uma concepção intelectual, a articulação e identificação dos tipos documentais entre si e estuda a forma como estes foram produzidos, para que sua existência seja determinada e, a partir daí, se materializar no instrumento Plano de Classificação, que espelha a estrutura, funções e atividades de determinado órgão produtor.

Os SOC incluem alguns instrumentos que tratam do que está contido no documento com o propósito de armazenamento, recuperação ou gerenciamento (LARA, 2015). Compreende os sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, tesouros, taxonomias, terminologias, ontologias, além de listas de autoridade e anéis de sinônimos, ferramentas “[...] que se assemelham e se diferenciam pelo grau de estruturação semântica de seus elementos.” (LARA, 2015, p. 92).

Entende-se que além de oferecer de base para outras atividades dentro de um arquivo, a classificação é essencial para dar continuidade ao elo arquivístico, acesso às informações e documentos de um arquivo, seja físico ou digital.

Luciana Duranti, em seu trabalho “Registros Documentais Contemporâneos

³ Embora alguns autores aqui citados atribuam à Organização do Conhecimento uma autonomia como uma ciência, nesta pesquisa ela é entendida no âmbito da Ciência da Informação.

Como Provas De Ação”, cita algumas características dos registros documentais, dentre elas o inter-relacionamento, ou seja, uma relação que se forma entre os documentos no desenrolar de seus processos, sejam eles de produção ou de recebimento, o que resulta em um elo “[...] que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade.” [...] (DURANTI, 1994, p. 3).

Desse modo a classificação é considerada um processo essencial no tocante a organização dos documentos de um arquivo, que se utiliza de seus princípios e métodos ao colocar em prática a classificação dos documentos. É importante ressaltar que a [...] “classificação arquivística trata da forma de organização, por representação e ordenamento de elementos, seguindo uma hierarquia e estrutura. Ela faz a organização e categorização dos iguais e separação dos diferentes” [...] (LEANDRO, 2020, p. 16).

Diante de tais conjunturas, considera-se como problema da pesquisa o seguinte questionamento: “Como a classificação arquivística, compreendida pelo viés da ORC, caracteriza-se nas abordagens Custodial e Pós-Custodial da Arquivologia?”

A relevância e o desafio da pesquisa são percebidos pela discussão acerca do tema, demandando teorias em relação à classificação arquivística, para que se possa apresentar discussões no campo da CI, na perspectiva da ORC e no contexto da Arquivologia em suas abordagens Custodial e Pós-Custodial.

Nesse sentido, visto a importância da classificação em todas as áreas do conhecimento, justifica-se a pesquisa por entender sua significativa contribuição teórica no campo da arquivístico, buscando compreender a classificação arquivística e apresentar discussões no campo da CI na perspectiva da ORC e no contexto da Arquivologia em suas abordagens Custodial e Pós-Custodial.

Diante de tal compreensão, se percebe emergir uma demanda por estudos sobre o tema (SOUSA,2012), uma vez que a prática e o senso comum podem ter predominância nas atividades de arquivo. Cogita-se, até uma inclinação no sentido de se questionar sobre a existência de fundamentos científicos para o conhecimento arquivístico, utilizando-se como argumento o fato da classificação ser uma atividade de muitos séculos e que deixa de ter a obrigação de uma base teórica representativa.

A ideia de arquivo passa por transformações, visto o rápido desenvolvimento científico e tecnológico, da informação, da cultura que acontece na sociedade, que

prioriza, por sua parte, a informação e o conhecimento, o que acaba por se tornar um desafio atender às demandas. Sendo que, as informações que são geradas nos processos das instituições ou fora delas, são chamadas de informação orgânica e não orgânica e resultam na informação arquivística, de onde derivam os arquivos das instituições, conforme Elias (2015).

Ventura (2018) considera que o acesso à informação por parte de todos, é um desejo social, pois permite que se acompanhe e se insira o cidadão em um espaço que igualmente é de seu interesse. Nesta questão, para que isto se torne possível, segundo Ventura (2018, p. 32) [...] “[...] é preciso a cooperação entre cidadão e Estado nos diversos âmbitos em que esses dois sujeitos interagem”.

Existe a extensão política, social e individual, pois a Arquivologia, assim como a Medicina e o Jornalismo, é idealizada e colocada em prática por indivíduos reais, pessoas que administram, gerenciam e se responsabilizam pelas tomadas de decisões. Pessoas que trabalham em um ambiente político e social nítido e preciso, que se consegue identificar pelo contexto (LOPES, 2014).

Segundo Sousa (2003), conservar e resguardar a memória no âmbito técnico e administrativo das organizações e no exercício da cidadania é um diferencial no tocante à tomada de decisões. Dessa forma, a classificação é uma prática essencial quando se trata de clareza e de compartilhamento de informações.

Diante de tais afirmações faz-se necessário completar que o reconhecimento da classificação arquivística só se dará por meio de pesquisas, trabalhos, relatos e experiências que abordem a temática. De acordo com Sousa (2003), o arquivista canadense Jean-Pierre Wallot, ex-presidente do Conselho Internacional de Arquivos, pressupõe que sem tornar como importante a pesquisa, a Arquivística pode ser sentenciada a uma disciplina de práxis e fórmulas de receitas sem procedência científica.

Sendo assim, por ser de ordem prática, a classificação é posta em uma divisa arriscada com o empirismo. Dessa forma, faz-se imprescindível procurar uma base em teorias, portanto, buscar uma fundamentação teórica para a abordagem do quesito classificação arquivística (SOUSA, 2003).

Tendo em vista o exposto acima, a presente pesquisa teve como objetivo geral apresentar a classificação arquivística no âmbito da ORC mediante as abordagens Custodial e Pós-Custodial a partir da Análise de Conteúdo. Como objetivos específicos:

- ✓ Expor as teorias e procedimentos da classificação arquivística em teses e dissertações brasileiras;
- ✓ Caracterizar as teorias nas abordagens Custodial e Pós-Custodial nos trabalhos recuperados;
- ✓ Refletir sobre as relações da ORC nas abordagens Custodial e Pós-Custodial da Arquivologia.

Conforme Sousa (2003) sabe-se que o objeto de estudo de uma área do conhecimento é construído por meio de procedimentos de composição e ações necessárias para que se possa obter elaborações plausíveis ao entendimento do saber e fazer.

O tema foi objeto de estudo em pesquisa anterior, em nível de graduação, desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso, no qual foi investigada a Arquivologia Custodial e Pós-Custodial e os seus paradigmas. Continuar o estudo com enfoque na classificação arquivística e na perspectiva da ORC é deixar em evidência a relevância do tema, fato que pode estimular o debate acerca da temática.

Na primeira fase da pesquisa foi realizada uma revisão de literatura tanto nos meios físicos quanto nos digitais, em trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações, livros e artigos sobre o tema classificação na área de Arquivologia. Na segunda fase da pesquisa, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e uma busca pelo termo classificação e classificação arquivística na base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Brasil. Da revisão de literatura, foram traçados o problema de pesquisa e os objetivos. As teorias apresentadas pelos autores no decorrer desta pesquisa foram compiladas e aplicadas na Análise de Conteúdo.

Gil (2008), afirma que para se assegurar que um conhecimento seja respeitado como científico é fundamental distinguir os métodos e as ações mentais que proporcionem tal reconhecimento. Todo o processo serve para estabelecer com exatidão o meio utilizado para alcançar o conhecimento. O autor continua ao apontar que [...] “pode-se definir método como caminho para se chegar a um determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. (GIL, 2008, p. 8).

Caracteriza-se, neste contexto, esta pesquisa como de natureza básica e de abordagem qualitativa. Este tipo de abordagem busca a compreensão de fatos passíveis de observação no que diz respeito aos acontecimentos científicos. Godoy

(1995) assinala a pesquisa qualitativa da seguinte maneira:

Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. (GODOY, 1995, p. 21)

Evidencia-se a palavra escrita, na particularidade da abordagem, desenvolvendo uma função de relevância seja no conseguimento de dados quanto na divulgação de resultados. O tipo de abordagem permite três distintas perspectivas: pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia (GODOY, 1995).

Logo, quantos aos procedimentos técnicos é uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica está introduzida sobretudo no ambiente acadêmico e tem o intuito de tornar o conhecimento aperfeiçoado, por meio de uma averiguação científica de trabalhos divulgados, conforme Sousa, Oliveira e Alves (2021). Neste contexto, Gil (2008, p. 50) reforça:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Destarte, o ponto de destaque na pesquisa bibliográfica consiste em possibilitar ao pesquisador uma abrangência de ideias ocorridas muito maior do que a que conseguiria se fosse pesquisar de modo direto (GIL, 2008).

Diante do exposto, evidencia-se que, neste estudo, foi aplicada a pesquisa bibliográfica, pois se deu em teses e dissertações disponíveis na base de dados Capes de Programas de Pós-Graduação brasileiros em Ciência da Informação com o corte de tempo 10 anos - 2011 a 2021. A busca foi feita pelo título, resumo e palavras-chave. Após a busca os textos recuperados foram lidos e analisados para identificação das categorias.

As palavras-chave utilizadas nas buscas foram: classificação; classificação arquivística. Considera-se que as palavras-chave escolhidas possibilitaram bases seguras para identificar as categorias utilizadas na análise.

Foi elaborado um quadro de coleta para a categoria já delimitada, teorias, que se refere à utilizada para discutir e relacionar a classificação arquivística. A categoria

aqui elencada irá localizar sempre a discussão por meio das abordagens Custodial e/ou Pós-Custodial. A literatura que foi levantada sobre cada abordagem deu base à localização.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória. As pesquisas exploratórias focam em aumentar o conhecimento intelectual, bem como trazer clareza e transformar conceitos, com a visão de elaborar problemas mais exatos ou hipóteses passivas de serem analisadas para estudos subsequentes (GIL, 2008).

Gil (2008), esclarece que as pesquisas exploratórias fazem parte do começo de um estudo mais aprofundado. Se há uma abrangência do tema a ser investigado, faz-se imprescindível o tornar claro e delineado, necessitando revisão de literatura, debates especializados, bem como aplicação de outros métodos. “O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados” (GIL, 2008, p. 27).

Ao final de todo o processo, utilizou-se para a análise dos resultados, a Análise de Conteúdo seguindo o passo a passo definido por Bardin (1977). Sousa e Santos (2020) comentam que caracterizada como uma técnica de pesquisa, a análise de conteúdo é subsequente de várias perspectivas e formas de realizações, com um encandeamento metódico que permite uma congruência na pesquisa perante o que Laurence Bardin defende.

Como todo processo demanda um rigor e uma sistematização das regras que necessitam serem lembradas e colocadas em prática, com o intuito de se obter o maior número de ideias, conceitos seja de fatos, fenômenos ou frente à resposta de qualquer pessoa durante uma pesquisa (SOUSA; SANTOS, 2020).

Quadro 1 – Análise de conteúdo

<p style="text-align: center;">1ª Fase Organização da Análise Pré-análise</p> <ul style="list-style-type: none">• Leitura Flutuante• Escolha dos documentos {a priori e a posteriori}• Constituição do <i>Corpus</i> {(exaustividade; representatividade; homogeneidade e pertinência)}• Formulação de Hipóteses e objetivos {(indução e dedução)}• Preparação do Material• Exploração do Material• Tratamento dos resultados obtidos e interpretação
<p style="text-align: center;">2ª Fase Codificação Recorte</p> <ul style="list-style-type: none">• Unidades de registro {(palavra; tema; objeto ou referente; personagem; acontecimento; documento)}• Unidades de contexto {(custo e pertinência)}• Enumeração• Presença ou ausência
<p style="text-align: center;">3ª Fase Categorização</p>

Fonte: elaborado pela autora baseada nos resultados de pesquisa, 2023. ⁴

Urquiza e Marques (2016) indicam que a pré-análise é o primeiro passo no que se refere à organização da análise, sendo por meio dela que o cientista ordena as ferramentas que serão proveitosos para a pesquisa. No passo seguinte, se dará a codificação, que consiste em converter os dados brutos do texto em uma interpretação do conteúdo examinado e compreendido no *corpus* alcançando, dessa forma as particularidades do significado das mensagens tanto verbal quanto escrito.

Finalizando, a categorização é realizada em duas fases. A primeira é o inventário que acontece ao separar os elementos; e a classificação (URQUIZA; MARQUES, 2016).

Ao final do roteiro teórico, a interpretação dos resultados feita na Análise de Conteúdo, é realizada utilizando-se da inferência. Segundo Urquiza e Marques (2016), para ter sucesso nesta interpretação de resultados, o pesquisador deve possuir total controle do referencial teórico do embasamento teórico e que a hipótese de pesquisa evidentemente definida, possa ter contribuído e tenha lhe permitido conferir o que foi obtido com esse referencial.

Assim, conforme os autores supracitados, o pesquisador ao dominar as

⁴ Disponível em: <https://bit.ly/baixar-mapa-analise-conteudo>. Acesso em: 03 out. 2021.

referências teóricas da análise de Conteúdo, foque na percepção de atingir as respostas necessárias frente aos problemas que a metodologia está preparada para a responder.

No tocante à esta pesquisa, ela se divide da seguinte forma:

- 1.º tópico: Introdução com a inclusão do problema, justificativa, objetivos e a Metodologia.
- 2.º tópico: aborda a Organização e Representação do Conhecimento e subdivide-se em dois subtópicos: a Organização e Representação do Conhecimento na Arquivologia e a Classificação Arquivística e a Organização e Representação do Conhecimento.
- 3.º tópico: apresenta a Arquivologia Custodial.
- 4.º tópico: apresenta a Arquivologia Pós-Custodial.
- 5.º tópico: apresenta os procedimentos metodológicos.
- 6.º tópico: apresenta a Análise e Discussões dos Resultados, com dois subtópicos sobre a Classificação na Teoria Custodial e a Classificação na Teoria Pós-Custodial.
- 7.º tópico: este tópico finaliza o trabalho com as Considerações Finais.

2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Pode-se dizer que o conhecimento é ativo, transformador, efetivo na vida do homem desde o início até o final de sua existência, conforme Lima (2016). O conhecimento obtido durante tal percurso passa por alterações de modo contínuo, podendo gerar novos conhecimentos que demandam meios de serem percebidos e entendidos e, assim, registrá-los, armazená-los e disseminá-los em um corpo social. Tal ação que expressa continuidade tem sua origem na mente humana dentro da esfera de vida e dos objetos que a permeiam.

Contudo, aquilo que existe verdadeiramente, não se vê apenas por um ângulo, por um ponto de vista, diante do entendimento e impressão de um indivíduo somente. Levanta-se, dessa forma, a premência de métodos que desenvolvam um padrão que possibilite partilhar o conhecimento de maneira consentida entre as pessoas (LIMA, 2016).

Carlan (2010), ressalta que o conhecimento está em um movimento contínuo de crescimento que se altera e se concentra, não sendo desta maneira, imóvel e separado. O conhecimento permite uma relação com algo real que traz reflexões e resultados. A autora continua ao alegar que [...] “a criação de conhecimento sobre objetos que nos cercam constitui uma prerrogativa essencial da racionalidade humana” [...] Carlan (2010, p. 24).

Ao finalizar seu pensamento, a autora apresenta que uma percepção por meio de um sistema cognitivo leva a distinguir um aspecto de um objeto compreendido e buscar semelhança ou diferença com um objeto que se conhece. Com base nesse conhecimento, começa um sistema de classificação deste objeto (CARLAN, 2010).

De acordo com Lima (2016), um dos primeiros a classificar e categorizar o mundo foi o filósofo Aristóteles em sua inquietação de compreender como o homem simbolizaria, retrataria seu conhecimento.

Consequentemente, a Filosofia, por meio dos estudos aristotélicos, teve o interesse em ordenar o conhecimento com o propósito de padronizá-lo, retratar por símbolos as abstrações e refletir aquilo que é perceptível ao homem no seu entendimento do que é real (LIMA, 2016).

Assim, poderia ser possível expressar estas ideias “[...] por meio de um significado convencional, unindo as ideias e as coisas, ou seja, estariam integradas entre elas de forma que pudessem materializar o pensamento humano, dando aos

objetos características e atributos que os representassem” (LIMA, 2016, p. 68).

A utilização de classes para organizar conceitos em uma área específica de relevância foi inserido por Ranganathan no contexto da documentação com a aplicação de sua Teoria da Classificação Facetada. Ranganathan faz uso da ideia de categoria para estudar os assuntos compreendidos nos documentos. Desse modo, se organiza o conteúdo das partes constituintes separadamente em um sistema de classificação (CAMPOS; GOMES, 2006).

Dahlberg, da mesma forma, faz uso da ideia de categoria sob dois pontos: como um meio utilizado para se entender a natureza do conceito e para criar sistemas conceituais. Todavia, Dahlberg não separa estes dois pontos. Na concepção da autora, um complementa o outro (CAMPOS; GOMES, 2006).

Na visão de Campos e Campos (2012), a OC é necessária para a representação do conhecimento com objetivos específicos. As autoras ressaltam que a própria denominação já indica que organizar um domínio envolve a classificação, agrupar por igualdade ou diferença, estipular relações e associações, sejam de similaridade ou identidade, que serão manifestadas por intermédio de categorias de conceitos. Pretende-se com isso, desenvolver o processo de aprender e a capacidade de entender.

A OC foi instituída como um campo de estudo por Dahlberg e os membros da *International Society for Knowledge Organization – ISKO*, no início de 1973, de acordo com Lima (2016), conferindo-lhe o status de área e propondo que o conceito de classificação fosse entendido como sistema de classificação que reúne objetos que são análogos.

Além desse seu estudo, Dahlberg cria o periódico *Knowledge Organization*, em 1973, sob a responsabilidade da ISKO, tornando-se sua primeira presidente. A partir de 1993, este periódico veio a substituir o periódico *International Classification*, que foi publicado de 1974 a 1992, firmando assim, a Organização do Conhecimento como uma área. A partir daí, sob a influência de Dahlberg, o conceito “classificação” passa ser interpretado como um método de classificação, que agrupa objetos semelhantes. (LIMA, 2016, p. 69).

Lima (2016) ressalta que o periódico *Knowledge Organization* tem o objetivo de divulgar os trabalhos que caracterizem, evidenciem e ofereçam subsídios para que surjam novos conhecimentos a respeito da Teoria do Conceito, classificação, indexação e representação. Percebe-se, portanto, que a OC e a classificação são áreas que se aproximam em suas bases práticas e teóricas.

Guimarães (2008) relata que o termo organização do conhecimento foi à princípio empregado por Henry Evelyn Bliss, conforme relata Dahlberg (1995) e cita seus livros *The Organization of Knowledge and the System of Sciences* e *Organization of Knowledge in Libraries and the Subject Approach to Books* e os apresentam como marcos para a área. Continuando seu pensamento, atribui destaque para as teses acadêmicas de Dagobert Soergel e da própria Ingetraut Dahlberg, que versavam sobre o relacionamento da organização do conhecimento com a documentação, e das teorias basilares dessa área de estudos.

O motivo de investigação na OC pode se caracterizar em um conhecimento registrado e socializado e que tenha alguma concordância social, de modo que, ao se organizar e representar possibilite a geração de um conhecimento novo. Resultante deste processo social, concreto e periódico de conhecimento, nota-se que o objeto de interesse dessa investigação incide na direção de se compreender, organizar e representar o conhecimento de maneira a torná-la disponível e acessível para o maior número de pessoas possível (GUIMARÃES, 2008).

Esteban Navarro (1995) entende que a OC se empenha em averiguar os fundamentos científicos e a expansão dos métodos envolvidos no planejamento, na estruturação, no uso, na administração e para mensurar as competências e ferramentas que são usadas no tratamento da informação, visando uma melhor recuperação quando o indivíduo acessar aos sistemas de documentos.

Na concepção de Barité, segundo Calheiros e Cervantes (2017, p. 7), dez premissas fazem jus à explicação intelectual da OC:

- 1ª premissa: o conhecimento é um produto, uma necessidade e um dínamo social;
- 2ª premissa: o conhecimento se realiza a partir da informação e ao socializar-se é transformado novamente em informação;
- 3ª premissa: a estrutura e a comunicação do conhecimento formam um sistema aberto;
- 4ª premissa: o conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social;
- 5ª premissa: existem muitas formas possíveis de organizar o conhecimento.
- 6ª premissa: toda organização do conhecimento é artificial.
- 7ª premissa: o conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis, e admite usos indiscriminados;
- 8ª premissa: o conhecimento se expressa em conceitos e se organiza mediante sistemas de conceitos;
- 9ª premissa: os sistemas de conceitos se organizam para fins científicos, funcionais ou de documentação;
- 10ª premissa: as leis que regem a organização de sistemas de

conceitos são uniformes e previsíveis e se aplicam por igual a qualquer área disciplinar.

Sobre a OC, Hjørland (2008) discorre sobre seu sentido não abrangente, citando tarefas que se realizam em bibliotecas, museus, instituições de memória como descrição, indexação e classificação de documentos por profissionais da informação, pelos algoritmos de computador e até por quem não tem conhecimento sobre o assunto.

Com uma maior abrangência, a OC é a ação de dividir o trabalho social do mental, isto é, colocar de forma organizada universidades, instituições de pesquisa, a base de “disciplinas e profissões, a organização social da mídia, a produção e disseminação de conhecimento. Podemos distinguir entre a organização social do conhecimento, por um lado, e, por outro lado, a organização intelectual ou cognitiva do conhecimento” [...] (HJØRLAND, 2008, p. 86, tradução nossa).

Segundo Motta (1987), citado por Café, Barros e Fonseca (2014, p. 88), averiguar, estudar ou explorar alguma coisa de maneira minuciosa, com riqueza de detalhes é fundamental “[...] para a representação do conhecimento, pois possibilita a definição do conceito por meio de suas características e a nomeação correta, facilitando seu entendimento e estabelecendo o relacionamento entre conceitos de um sistema”.

Bräscher e Café (2008) traçam o contorno da OC como um molde do conhecimento, dirigindo-lhe seu olhar e compondo, assim, suas representações. Ressaltam que a OC trabalha na capacidade intelectual e cognitiva do ser humano em relação aos conceitos, visa alcançar um retrato que faça uma conexão entre conceitos e áreas do conhecimento que possibilite a produção de conhecimento.

No tocante à OC, Lima (2020, p. 62) considera que “[...] pode-se dizer que, organizar o conhecimento é reunir o que conhecemos em uma estrutura sistematicamente organizada.”

A área denominada OC traz consigo uma bagagem desenvolvida por meio da prática dos trabalhos gerados no dia a dia em centros de informação, como bibliotecas, arquivos e museus, sendo assim, a análise das premissas teóricas e práticas relacionadas ao conhecimento científico é o conhecimento registrado em documentos. Logo, [...] “a OC é realizada sobre o conhecimento registrado, pois de acordo com Rabello e Guimarães (2006) não há como organizar e representar conhecimento na forma cognitiva, ou seja, o conhecimento contido na mente humana”

(FREITAS, 2017, p. 55). Kesller (2017) elabora sua consideração sobre a OC citando Mário Barité (2015):

Segundo o professor Mario Barité (2015), a organização do conhecimento é uma área do conhecimento, recente de formação, que estuda as leis, princípios e procedimentos pelos quais o conhecimento especializado é estruturado em qualquer disciplina, a fim de representar tematicamente e recuperar as informações contidas em documentos de qualquer tipo (BARITÉ 2015 apud KESSLER, 2017, p. 1).

De acordo com Lima e Alvares (2012), caracterizar o conhecimento é um desafio, nas mais variadas ciências, de concretizar o que acontece na psique humana e na prática do conhecimento, da qual sistema e procedimento instigam a comunidade científica. Os autores continuam ao declarar que:

O homem busca formas de se apropriar e de compreender a dinâmica do conhecimento humano, conforme já mostrado previamente quando da definição desse conceito. Representar o conhecimento é uma tentativa de se apropriar dos elementos informacionais existentes nas estruturas e processos mentais que compõem o conhecimento individual, para que o saber possa ser socializado (LIMA; ALVARES, 2012, p. 33).

No contexto da CI, ao abordar a organização e representação da informação e do conhecimento, o destaque é concedido aos processos de organização, que fazem uso de representações das informações e dos conhecimentos dos quais componentes, para serem entendidos, necessitam de certos conceitos prévios (LIMA; ÁLVARES, 2012).

O esmero que a CI tem com a informação, a começar de sua concepção até sua utilização para a geração de conhecimento, demonstra sua função social ao identificar e representar conceitos mediante o uso de ferramentas de organização e representação em uma reunião de estudos e práticas (RODRIGUES; CERVANTES, 2017).

Ramalho (2009) discorre sobre a dificuldade que a RC encontra ao não ter um consenso sobre como e o que representar. Sendo assim, as várias abordagens das áreas do conhecimento como Ciência da Informação, Ciência da Computação, Linguística, Ciências Cognitivas, Inteligência Artificial, Administração apresentam seus próprios modelos de representação, conforme suas necessidades e objetivos.

Ramalho (2009) continua ao dizer que desde o início da CI os processos e ferramentas têm uma vital relevância para que se possa recuperar a informação da melhor maneira possível.

Acerca da RC, Barité *et al* (2015, p. 136, tradução nossa) conceitua:

ramo da Organização do Conhecimento que inclui todos os processos de simbolização notacional ou conceitual do conhecimento humano no campo de qualquer disciplina. Na Representação do Conhecimento incluem Classificação, Indexação e o conjunto de aspectos computacionais e linguísticos relacionados à tradução simbólica do Conhecimento.

Dessa forma, o autor reflete que o símbolo é como uma representação codificada ou conceitual de um termo ou notação, sendo uma consequência dos métodos de observação e resumo de uma imagem, documento, figura ou um indicativo que manifesta um conceito em um percurso padronizado. Para que isto ocorra, a representação do conhecimento envolve conceitos e ordenações e concebe, nesse sentido, conexões relacionadas às estruturas e sistemas de combinação e diferenciação (LIMA, 2020).

A ação de representar, segundo Lima (2020) é o método que troca uma realidade por meio de uma interpretação representativa e que reporta novamente àquela ideia. Em vista disso, ao se representar, o ato de modelar demanda a transferência do objeto que se encontra no mundo real para um local de representação. O resultado da RC são os instrumentos terminológicos. Desse modo, se faz necessário alicerçar um domínio e representá-lo por intermédio de termos abreviados que se constituirão em Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).

Segundo Hjørland (2008), a OC como um campo de estudo preocupa-se com o que caracteriza e qualifica seus processos e seus SOC, utilizados na organização e representação tanto de documentos, quanto de conceitos.

Bräscher e Café (2008) alegam que a representação do conhecimento é realizada por intermédio de diversos modelos de sistemas de organização do conhecimento (SOC) que são procedimentos teóricos que retratam um domínio estabelecido por meio da ordenação organizada dos conceitos e dos vínculos significativos (semânticos) estipulados entre eles.

Concomitante a este pensamento, leva-se em consideração a alegação de Freitas (2017), quando diz que a Arquivologia trabalha com a teoria e a prática da organização do conhecimento registrado, produzido ou recebido durante o exercício das atividades de uma instituição pública, privada ou em nível pessoal e em um suporte físico ou eletrônico, faz-se as considerações que, assim como na área da ORC, a classificação é o fundamento da organização arquivística e evidencia como

um relevante instrumento da ORC. Os próximos tópicos abordarão sobre este assunto tão importante.

2.1 A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ARQUIVOLOGIA

Pondera-se que o conhecimento arquivístico é todo conhecimento gerado, produzido por uma pessoa ou instituição no decorrer de suas atividades, e que é demonstrado por meio da reunião de ⁵documentos compreendidos em um fundo documental (TOGNOLI; VITORIANO; LEME, 2017). O conhecimento retratado neste contexto, continuam os autores, reflete o conhecimento de quem o produziu, evidenciando três atores: quem o criou, quem o utiliza e quem organiza os documentos.

Observa-se, então, que a expansão e o crescimento da ciência têm conduzido as disciplinas a se esmerarem na construção de suas especificidades e métodos inerentes, empenhando-se em sua consolidação na área científica. Neste contexto, diálogos em diferentes disciplinas têm condições essenciais para se desenvolverem em um movimento passível de observação, alcunhado de interdisciplinaridade. Entre estas áreas, encontram-se a OC e Arquivologia:

Organização do Conhecimento (OC) trata de questões relacionadas à representação, organização e acesso ao conhecimento. Enquanto Arquivologia é pautada em teorias e metodologias que abrangem desde a criação do documento arquivístico ao acesso a eles. (LEHMKUHL *et al.*, 2019, p. 58).

A Arquivologia é uma disciplina que se empenha em pesquisar, examinar os processos, a ação contínua e prolongada, ou seja, os métodos que expressam continuidade na realização de determinada atividade em âmbito organizacional, tendo como ponto de partida a movimentação, o fluxo de informação, examinando sobretudo os documentos orgânicos (LEHMKUHL *et al.*, 2019).

Dessa maneira, pretende alcançar um meio adequado para a abordagem, englobando normas de criação, ordenação, procedimento, uso, conservação, análise e encaminhamento (permanente ou eliminação) da informação orgânica originada no desempenho das atribuições e ações de dada organização ou indivíduo, tanto no

⁵ O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA, 2005, p. 73) conceitua documento como: “Unidade de registro de informações, qual informações quer que seja o suporte ou suporte formato”.

âmbito público quanto o privado (LEHMKUHL *et al.*, 2019).

Como resultado de ações pessoais ou organizacionais, os documentos de arquivo são gerados por meio de atividades e interesses próprios, segundo Silva e Albuquerque (2020), dessa forma, ganha-se melhores características de acesso quando envoltos pelas funções de classificação e de descrição, sendo distintas em seus fins, mas com uma conexão entre elas.

Os autores Silva e Albuquerque (2020, p. 70) têm a visão da organização e representação do conhecimento nos arquivos como norteadora, no sentido de conduzir o usuário nas suas diferentes ideias e opiniões em sua busca por informação e conhecimento. Os autores supracitados afirmam que a representação e organização em Arquivologia [...] “devem ser realizadas respeitando elementos específicos dos documentos, observando a manutenção e a projeção dessas informações, considerando, assim, as atividades de classificação e de descrição como propiciadoras desse processo” [...]. Barros e Sousa (2019) pontuam que a Arquivologia tem um percurso parecido, análogo à ORC, embora de maneira básica e não proposital, por vezes:

Essas aproximações, que muitas vezes não foram tão claras, se devem ao fato de que, nos últimos vinte anos, foram alteradas à gestão administrativa e à forma como as pessoas constroem conhecimento e buscam informação. Por outro lado, como destaca Esteban Navarro (1995), a própria área de Organização e Representação do Conhecimento relegou por muito tempo a questão da organização em Arquivologia ao segundo plano e a uma área muito do entorno da própria Organização do Conhecimento. Na Arquivologia, a partir da década de 1980, vê-se uma intensificação de textos dedicados a essa temática. (BARROS; SOUSA, 2019, p. 77)

Desta maneira, os procedimentos da ORC na Arquivologia, mostram-se como divididas em compartimentos, não desenvolveram uma relação ou ligação representativa sistemática, capaz de afetar inteiramente um organismo, conforme Barros e Sousa (2019).

Os autores dizem que essa ação de ver os sistemas de organização do conhecimento (SOC), como parte do processo de retratar a informação compreendida nos documentos de arquivo, ainda é pouco aproveitada no âmbito da teoria e metodologia no que se refere aos arquivos e à Arquivologia, o que pode ocasionar o seu uso sem um preparo prévio (BARROS; SOUSA, 2019).

A OC possui a capacidade de se vincular aos arquivos e à Arquivologia no determinado momento em que se considera a conexão e as probabilidades de

aproximação, relativo à categorização de um conjunto de organização. “Já que os sistemas de gestão, classificação, acesso e controle arquivísticos são justamente isso: sistemas conceituais baseados em características das instituições produtoras de documentos” (BARROS; SOUSA, 2019, p. 78).

Há pouco tempo, a Arquivologia que por vários anos permaneceu vinculada ao campo da História, Administração e Diplomática, vem conversando de maneira proveitosa com as áreas de ensino que têm a informação e o conhecimento como objeto de estudo, descobrindo nos domínios da CI e da OC um ambiente propício de diálogo, em especial com base no que se corresponde alcinhar “conhecimento arquivístico” (TOGNOLI; RODRIGUES; GUIMARÃES, 2019).

Os autores supracitados citam Esteban Navarro (1995) que, no início da década de 1990, relacionava os estudos arquivísticos à OC, cogitando-a como um campo que os abarca, apto a ir muito adiante da segmentação dividida em três partes entre as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação, considerando uma aproximação entre elas por meio do estudo dos métodos de armazenamento, tratamento e recuperação de documentos.

O autor continua ao dizer que não existira razões para que os envolvidos no assunto (pesquisadores, as sociedades científicas e os congressos sobre OC) desconsiderassem os arquivos em suas conferências e debates, visto que os documentos de arquivo são igualmente classificados e descritos (TOGNOLI; RODRIGUES; GUIMARÃES, 2019).

Esteban Navarro (1995) entende que a OC é uma disciplina empenhada em averiguar os fundamentos científicos e a expansão dos métodos envolvidos no planejamento, na estruturação, no uso, na administração e para mensurar as competências e ferramentas que são usadas no tratamento da informação, visando uma melhor recuperação quando o indivíduo acessar aos sistemas de documentos.

Dessa forma, além do conhecimento obtido, que acarretará em novos conhecimentos pela transmutação da informação, todos estes procedimentos influenciarão em um processo de tomada de decisão (ESTEBAN NAVARRO, 1995).

Como resultado, segundo Esteban Navarro (1995), a OC, na vasta área da gestão documental, ocupa-se de examinar os meios e o mecanismo usados nos variados centros de informação. Utilizando ou não computadores que identifiquem, extraiam e descrevam a informação contida nos documentos, a partir da investigação do conteúdo e da estratégia de produção destes documentos, com o intuito de

classificá-los e ordená-los de maneira que, ao acessá-los, sua recuperação seja competente e adequada em relação às condições dos documentos.

O autor, ao se referir à tecnologia da informação, diz que os modelos de descrição, as linguagens documentais e os procedimentos proporcionados por esta tecnologia são importantes ferramentas forjadas para favorecer o tratamento e a recuperação da informação, formando um segmento indispensável na OC (ESTEBAN NAVARRO, 1995).

Esteban Navarro (1995) faz uma reflexão acerca da dificuldade do diálogo entre essa disciplina científica e as outras áreas que trabalham com documentos, talvez pela falta de interesse em se perceber e entender as singularidades do fazer arquivístico. De acordo com o autor, o documento de arquivo contém todo o tipo de informação, seja em qualquer suporte e por meio dos diferentes métodos de representação, gerada ou recebida por pessoa física ou organizações públicas ou privadas.

A narração histórica das mudanças constantes e regulares nas perspectivas científica, tecnológica, organizacional, política, demonstram que os estudos em Arquivologia se tornam progressivamente essenciais. Estes estudos revelam que se faz basilar gerar conhecimento tanto para as razões diretas de gestão arquivística, como nas circunstâncias prestes a despontar. Versa, segundo Jardim (2012), não somente a produção de conhecimento para uma matéria ou disciplina de classificação arquivística a ser instituída a curto prazo.

A partir deste momento, faz-se necessário esquadrihar e orientar com um novo sentido à classificação em períodos médios e longos, em um sistema de redes informacionais, frente à utilização efetivada à distância (on-line) do que se refere à reunião daquilo que compõe o patrimônio de uma pessoa, de uma empresa, de uma organização, de um país, políticas e práticas de governo aberto. Contribuir com competência perante essa atividade roga aplicação em pesquisa (JARDIM, 2012).

O autor supracitado continua sua narrativa ao afirmar que a estruturação da dos estudos em Arquivologia acarreta contínuos debates enquanto disciplina científica. Quando se constrói programas que visam descobrir novos conhecimentos no âmbito, é primordial fazer uma reflexão epistemológica no que concerne seus métodos, objetos, universo empírico, recursos teóricos e questões interdisciplinares do campo (JARDIM, 2012).

Dessa forma, pondera-se evidenciar para outras áreas das ciências sociais o

discernimento entre pesquisa em arquivos (desenvolvida por cientistas sociais de maneira geral) e pesquisa em Arquivologia (concebida por arquivistas que indagam sobre as diversas dimensões do fenômeno arquivística). Jardim (2012) aponta que a geração de conhecimento arquivístico ultrapassaria os ambientes das práxis arquivísticas. A conceituação dessas práticas, pede concentrações e apurações teóricas e metodológicas.

Segundo Jardim (2012), as universidades passam, também, a produzir este conhecimento científico, reposicionando o controle quase absoluto, no decorrer de muitos anos, das instituições arquivísticas como lugares de criação e validação do saber na área. Desta maneira, a inseparabilidade nos quesitos ensino, produção e difusão do conhecimento procuram por pontos de vistas e interações dentre os vários domínios como universidades, instituições e atividades arquivísticos, abrindo assim, condições para colóquios interdisciplinares.

Continuando com a visão de Jardim (2012), pondera-se que repercutir no tocante a Arquivologia na esfera de pesquisa solicita-se admitir como verdadeira a sua trajetória. De acordo com o autor supracitado, os autores Couture e Ducharme (2005) recordam que se há uma conotação antiga das atividades arquivísticas, o mesmo não acontece em relação à disciplina, que é vista e entendida como uma manifestação atual, nova.

A Arquivologia é traçada pela parte teórica, pelos procedimentos e pelas práticas que abarcam desde a gênese do documento arquivístico até seu acesso a eles. Tendo como funções a classificação e a descrição, que conduzem a construção de mecanismos arquivísticos, resulta do processo, dentre eles, os planos de classificação. Leva-se em consideração [...] “a partir das duas funções mencionadas, a Arquivologia e os SOC possam dialogar de maneira mais efetiva e suscitar aprofundamentos a respeito de teorias, métodos e aplicações” (LEHMKUHL *et al.*, 2019, p. 58).

Logo, leva-se em consideração o fato de que é viável entender a função de representação arquivística como um SOC, percebendo o arquivista e a Arquivística como campo interdisciplinar com a Organização do Conhecimento (TOGNOLI; BARROS, 2015).

Destaca-se, como forma de entendimento, que um SOC somente pode não contemplar de forma necessária a organização do conhecimento estipulado em um ambiente organizacional. É função dos profissionais da informação pesquisar e trazer

novos recursos que possibilitem construir modelos que contribuam na representação dos campos e áreas que irão ser trabalhados (FREITAS, 2017).

No que se refere à interação da Arquivologia com a OC, Barros, Bastos e Santos (2022) acreditam que se encontra cada mais sólida, pois considera o fato da comunidade arquivística na OC, não há muito tempo, ter levantado um debate que ainda continua, sobre os pressupostos arquivísticos no âmbito característico da OC tradicional, mencionando neste sentido, a *International Society for Knowledge Organization*.

Dessa forma, leva-se a crer em uma OC que integralize e contribua para além do seu campo de atividade, com o intuito de colaborar na elaboração de SOC de qualidade no âmbito da Arquivologia (BARROS; BASTOS; SANTOS, 2022).

Tendo em vista a relevância para esta pesquisa, o próximo tópico ressaltará a ORC no contexto da Arquivologia, elaborando uma análise da classificação arquivística.

2.2 CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA E A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

A Arquivologia começa a esboçar seu aspecto como disciplina de acordo com o aprimoramento prático do seu Fazer na metade do século XVIII, conforme Schmidt e Smit (2015). Segundo as autoras, Adolf Brenneke (1953), arquivista alemão, analisou o percurso da Arquivologia doravante os recursos e procedimentos elaborados e empregados pelos arquivistas na ordenação dos documentos do arquivo, no decorrer de seu trajeto histórico,

Schmidt e Smit (2015) ressaltam que para o autor, a Arquivologia decorre dos variados métodos utilizados relativos à organização documental. Com o ponto de vista baseado na expansão da teoria arquivística, estabelece três períodos para análise de sua trajetória: o primeiro período dos séculos XVI até século XVII quando se predominava o procedimento prático indutivo para classificação arquivística; cunho técnico e empírico da área, cuja representação se dava pelos arquivos antigos e medievais e havia uma dualidade entre os arquivos de expedição e recepção.

O segundo período, Século XVIII, com a predominância do sistema de classificação teórico dedutivo em razão da racionalidade iluminista da época; o sistema de classificação possui uma particularidade de teoria. O terceiro período, Século XIX, abrange o aparecimento do princípio da proveniência como o sistema

vigente de classificação arquivística, trazendo o significado de mudança teórica por se estabelecer as bases teóricas para a área (SCHMIDT; SMIT, 2015).

Esses intervalos que Brenneke propõe, esclarecem Schmidt e Smit (2015), baseiam-se na classificação como parte constituinte e condutora do crescimento da área, o que leva a pensar sua ideia de que os estudos sobre os arquivos se desenvolvem quando se encontra metodologias específicas para organizar e classificar o objeto de trabalho da Arquivologia, o documento arquivístico, elaborando e resultando, dessa forma, o desenvolvimento de teorias.

Em relação a tal aspecto, no que se refere à classificação arquivística, quando se anuncia o princípio da proveniência, apresenta-se a primeira teoria marcante, um divisor de águas na Arquivologia, que começa a modificar o processo de classificação de documentos de arquivo, ao considerar sua produção, diminuindo o enfoque por temas e assuntos. As autoras supracitadas acrescentam:

Neste sentido, é fundamental considerarmos que durante esse período a Arquivologia se delineia enquanto área de conhecimento a partir do estabelecimento do Princípio da Proveniência, que surge como resposta a problemas práticos junto aos arquivos, do Fazer, tendo como necessidade classificar documentos. Ou seja, este princípio, ao ser erigido como critério norteador da classificação de documentos de arquivo, altera a situação anterior de classificação por assuntos e temas (SCHMIDT, SMIT, 2015, p. 2).

É por intermédio da classificação que se torna possível ter a noção das funções e atividades de uma instituição ou arquivo particular e identificar o elo existentes entre os documentos.

No entanto, Sales (2016) indica que o conceito de classificação na Arquivologia não possui um acordo, uma anuência, em virtude de variadas terminologias encontradas nas distintas escolas arquivísticas. Isto ocorre não somente ao tocante à classificação, mas em todo o percurso arquivístico, possibilitando uma falta de entendimento acerca de seu conceito.

Segundo Sousa (2012), a Filosofia é o princípio vital para o processo de classificação, pois colabora para o pensamento e debate para quem deseja trabalhar com mais de uma disciplina na construção técnica e científica de sistemas de classificação arquivística.

O próprio Sousa, já citado anteriormente, salienta a importância basilar da Filosofia no conjunto de saberes da classificação, pois lhe concerne o caráter inerente científico e cria distância de suportes somente estabelecidos de modo direto ou

instantâneo. O autor supracitado cita Pombo (2008) ao acrescentar que as respostas certas para uma prática são as que oferecem uma sugestão de resolução de problemas de competência prática em conteúdos teóricos e conceituais.

Obviamente há diferença entre o objetivo da classificação nas ciências e da classificação arquivística, pois enquanto a classificação nas ciências possui características sem utilização prática, de forma geral, a classificação arquivística tem objetivo prático, já que sua consequência tem relação direta com a práxis, precisão e facilidade de em sua utilização (SOUSA, 2012).

Em suas reflexões, Sousa (2014) chama a atenção que embora seja de cunho intelectual, a classificação arquivística não incorporou em sua formação e base os aportes da classificação oriundas da Filosofia e subsequentemente da Teoria da Classificação.

A Teoria do Conceito⁶, que estipula os encandeamentos e prováveis vínculos, não é conhecida pela Arquivologia. As condições básicas necessárias e os fundamentos que a área desenvolveu, tanto na Filosofia quanto na Teoria da Classificação⁷, quando surgem é de maneira acanhada. Segundo Sousa (2014) é no trabalho de Schellenberg nos métodos de classificação arquivística, que se percebe algum traço de influência destes conhecimentos.

Sousa (2014) esclarece que isto denota uma falta de comunicação entre a Arquivologia e outras áreas do conhecimento, o que a priva de contribuições para o fortalecimento em seus alicerces teóricos e metodológicos intrínsecos da disciplina e considerando as características de seu objeto de estudo.

⁶ “[...] Podemos agora definir a formação dos conceitos como a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto. Para fixar o resultado dessa compilação necessitamos de um instrumento. Este é constituído pela palavra ou por qualquer signo que possa traduzir e fixar essa compilação. É possível definir, então, o conceito como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico [...]” (DAHLBERG, 1978, p. 102)

⁷ Sousa (2007) esclarece sobre a Teoria da Classificação: “[...] É, sobretudo, com o italiano Ângelo Poliziano que foi iniciado um movimento de elaboração de sistemas de classificação. A partir daí vários filósofos e cientistas (Francis Bacon, Ampère) elaboraram planos de classificação das ciências. E é esta arte de elaborar sistemas, com alguma idéia intuitiva sobre divisões, prioridades no arranjo (hierarquias e subordinações) que, até recentemente, era conhecida como teoria da classificação” (SOUSA, 2007, p. 10-11).

[...] Apresentando avanços notáveis em relação ao sistema de Dewey, surge na década de 1930 o sistema do matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramamnta Ranganathan. Para Dahlberg, ele tem um papel privilegiado na moderna Teoria da Classificação [...] O sistema de classificação de Ranganathan, que teve como base a Teoria da Classificação Facetada, apesar do pequeno emprego, mesmo na Índia, representou, sem dúvida nenhuma, um grande avanço da Teoria da Classificação [...]” (SOUSA, 2007, p. 14). Segundo Dahlberg (1979) Ranganathan é o pai da Teoria de Classificação moderna.

Por ser um procedimento complexo e fundamental para o fazer na Arquivologia, a área prepara-se apenas com as poucas ferramentas teóricas que estão ao dispor: o princípio de proveniência e da ordem original. Sousa (2014) comenta que parece pouco para esta atividade.

O referido autor também pondera sobre a confusão terminológica entre os termos classificação e arranjo não ser benéfica para o desenvolvimento da Arquivologia, pois coloca uma visão de divisão entre arquivo corrente e permanente, que na concepção do autor não existe. Segundo Sousa (2014) são fases que fazem parte do mesmo processo.

Ao fazer uma análise dos princípios e condições colocadas pelos filósofos e estudiosos da Teoria da Classificação, Sousa (2012) afirma que são inteiramente extensivos ao processo de classificação em arquivos em todo seu enfoque e característica. Os princípios, segundo Sousa (2012, p. 115-116):

- a classificação é uma representação da realidade, e como tal, uma aproximação. É necessário, entretanto, definir níveis de tolerância quanto à indeterminação. Há limites para essa operação. Limites reconhecidos na própria característica humana de sua elaboração. As indeterminações são mais comprometedoras quando ocorrem nos níveis mais altos da estrutura de classificação;
- a classificação persegue um fim, um objetivo, uma finalidade. No caso dos arquivos, é a organização dos documentos;
- classificação em arquivos presume um agente classificador, que é o arquivista;
- a classificação tem por trás um mecanismo classificador que executa as operações necessárias, tanto em termos do estabelecimento de uma denominação adequada a cada unidade de classificação quanto nas exigências de proliferação, de derivação, de linearidade, de regularidade e simetria, de circularidade, de hierarquia e subordinação;
- a classificação necessita de um princípio de classificação ou de divisão estabelecido pela finalidade e pelas características e relação dos objetos;
- o princípio de classificação é natural quando é o mais adaptado (aproximado) ao conjunto documental;
- o fundamento da divisão deve se manter inalterado para todas as divisões realizadas no mesmo nível, ou seja, deve-se utilizar um único princípio de classificação de cada vez;
- a relação entre os vários níveis (relação entre os conceitos) não pode se resumir ao modelo aristotélico de gênero/espécie, outras relações podem ser utilizadas na articulação entre os níveis;
- as divisões, resultado da aplicação de um princípio de classificação, não devem ser vazias e nem se sobrepor no seu conjunto. Devem sempre exaurir a totalidade do domínio (extensão) de cada nível de classificação;
- a classificação em arquivos exerce-se sobre um conjunto finito de elementos: o arquivo de uma pessoa física ou jurídica. Ela provém de um único ponto de partida (conjunto inicial);

a classificação deve ser lida simultaneamente de cima para baixo para cima;
a classificação em arquivos tem como resultado um produto: o instrumento de classificação (plano de classificação). E é nele que deverão estar representadas as equivalências e as hierarquias.

Sousa (2012) afirma que os princípios arquivísticos envolvidos no processo classificatório e que sem sombra de dúvidas, é o alicerce teórico- metodológico e o fundamento de construção da Arquivística atual, são o princípio de proveniência (pode ser encontrado como “respeito aos fundos”⁸) e de ordem original. O primeiro, estabelece o conjunto de maneira externa e o segundo propicia a organização interna do fundo.

No tocante aos dois princípios acima citados, Sousa (2012) ressalta que mostram claramente um pensamento comum entre os autores, seja de uma escola ou outra, de uma tradição ou outra, mesmo com diferentes níveis empregados e de compreensão.

Na Arquivologia, nas palavras de Barros, Bastos e Santos (2022) é baseado nos documentos de arquivo que se começa construir representações acerca do que é tratado, com o propósito de recuperar a informação e fazer com que o armazenamento e o acesso às informações tenham um bom resultado.

Portanto, entende-se que o objetivo da classificação em relação aos documentos e informações é ordená-los, para que outras funções e etapas possam acontecer durante a guarda de documentos, segundo Barros e Monteiro (2017).

Após estes procedimentos, o intuito é que estes documentos sejam encontrados de maneira acessível, quando procurados, suprimindo as necessidades de usuários e até dos arquivistas (BARROS; MONTEIRO, 2017).

Schellenberg (2004) define três meios de se classificar em arquivos: funcional, que segue a funcionalidade de quem produziu o documento, refletindo as funções e adicionando novas que forem criadas. Estrutural, leva em consideração a estrutura da instituição, observando suas divisões e setores administrativos. Por fim, por assunto, estuda o conteúdo dos documentos que irá refletir na classificação.

⁸ Bellotto (2007, p.130) “[...] princípio fundamental da arquivística no âmbito dos arquivos permanentes: o *respect des fonds* (ou princípio da proveniência [...]).
Bellotto (2017, p. 128) “Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas atividades, guardando entre si relações orgânicas [...] não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim”.

Baseado nesses vínculos, a classificação é entendida como uma atividade que permite que outras funções arquivísticas aconteçam, pois estabelece e posiciona os documentos no contexto de produção, associando-os em classes que tornem a recuperação e a análise para a avaliação e descrição (SILVA; ALBUQUERQUE, 2020).

Na classificação arquivística, segundo Pinto e Schmidt (2017, p. 52-53) “[...]classifica-se o contexto e não o conteúdo do documento, ou seja, não há representação temática do documento, mas sim contextual”. Conforme os princípios de proveniência e ordem original, a base da classificação, o propósito desta atividade é a preservação da organicidade.

No entanto, Schmidt e Smit (2015) discorrem sobre duas probabilidades de informações encontradas nos documentos de arquivo: informação de fora e informação de dentro. A informação de fora é a informação do contexto do documento, proveniente dos princípios de proveniência e ordem original, oriundas das atividades e funções que geraram o documento. Para se ter o entendimento sobre ela, é necessário saber quem produziu o documento, por que, para que, como e quando.

A informação de dentro, refere-se ao tema, assunto, ou seja, o conteúdo do documento. Schmidt e Smit (2015) afirmam que não existe conflito, mas complemento entre ambas, mas que há de prevalecer a identificação contextual. Isto não evidencia que não se deva levar em consideração a informação de conteúdo, mas sim mostrar as diferenças de atribuições que ambas as perspectivas de informação compreendem no desenvolvimento do conhecimento arquivístico.

Nesse sentido, no campo dos arquivos a função classificação preocupa-se em representar as informações de “fora” de modo a garantir os vínculos, o caráter orgânico e conseqüentemente o valor primário e probatório do documento de arquivo. Trata-se de elemento caro à área, pois é o que atribui identidade e autonomia ao conhecimento arquivístico (SCHMIDT; SMIT, 2015, p. 4).

Sousa (2006) relata que a Arquivística contemporânea possui alguns grandes temas, sendo um deles a organização dos documentos, sendo possível discorrer sobre ele a começar por dois pontos de vista: o primeiro refere-se ao acúmulo de documentos gerados diariamente pelas instituições e demanda um refinamento das ferramentas de classificação.

O segundo ponto de vista de acordo com Sousa (2006) está relacionado ao aprimoramento da teoria da organização dos documentos de arquivo, tendo como

fomentador o surgimento do princípio de respeito aos fundos, motivo de uma grande transformação tanto na disciplina Arquivística, quanto em sua teoria e metodologia.

Por conseguinte, Sousa (2006) continua ao alegar que a classificação em Arquivística se modela, em contrapartida, pela reunião de muitos documentos, que podem ser produzidos ou recebidos e pela demanda em se estabelecer respostas em relação à organização e recuperação dos registros de documentos nos fundamentos convalidados de maneira geral.

Desta forma, com as mudanças sucedidas após o surgimento da escrita e dos meios de comunicação, segundo Alencar (2017), expandiram as probabilidades de se registrar o conhecimento e, com isso, surgiu o cuidado no desempenho de organizar, representar e divulgar as funções informadas por intermédio dos registros documentais.

Ao expor seu ponto de vista, Sousa (1995) ressalta que, diferente das bibliotecas ou outro gênero de coleções, os arquivos não consistem em um conjunto de documentos desenvolvidos na intenção de um propósito particular. Eles retratam o produto resultante de uma atividade de uma instituição ou de uma pessoa.

Compreender a estruturação e o fazer das atividades e funções desta instituição é perceber como a informação é reunida e armazenada. O produto desta ação intrínseca e diária, é o registro documental. A gênese documental acontece quando a instituição precisa cumprir ou provar alguma coisa:

Os documentos, à medida que vão sendo acumulados, estabelecem relações entre si. O significado dos mesmos necessita desta relação. Eles estão unidos por um elo que é criado no momento em que são acumulados, o qual é determinado pela razão de sua produção e o qual é necessário à sua própria existência e à sua capacidade de cumprir seu objetivo. Os registros documentais são um conjunto indivisível de relações intelectuais (SOUSA, 1995, p. 3).

Posteriormente ao registro das informações em seus variados suportes, quais sejam, (papel, microfilme, fotografias) é essencial preservá-los pelos valores administrativos e históricos que estes documentos possam vir a ter. Na concepção de Sousa (1995), esta distinção de onde surgiu a informação, ou seja, sua criação, tem como propósito determinar em que se alicerça a classificação.

Tognoli e Barros (2015, p. 97) reforçam que “[...] as atividades de descrição e classificação são, para os arquivos, o que são as atividades de classificação, catalogação e indexação para as bibliotecas, ou seja, a organização do conhecimento arquivístico em si [...]”.

Ressalta-se, que a OC não obstante possa dispor de competência teórica e metodológica apta de ser praticada em várias áreas do saber, está usualmente relacionada com as especificidades do conhecimento a que se dispõe a organizar. Dessa maneira, entende-se que no ato da classificação arquivística, a OC tratará dos documentos arquivísticos (SALES, 2016).

Pode-se dizer que, quando se busca organizar e representar a informação, também se busca por conhecimento, segundo Alencar (2017). Dessa forma, pondera-se que, pesquisando meios da Organização do Conhecimento Arquivístico (OCA) torna-se viável levantar novos modelos que proporcionem o acesso à informação.

Nesse contexto, entende-se a OCA na qualidade de sistema de atuação, no sentido orgânico, funcional e intencional que sucede em informação, simbolizado e materializado em documentos, em uma conjuntura própria de alguma ação humana (ALENCAR, 2017).

Segundo Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), após as reflexões feitas por Esteban Navarro (1995), os debates sobre a incorporação da OC às atividades arquivísticas de classificação e descrição diminuíram de intensidade na área por vinte anos, quando Guimarães e Tognoli (2015) reestabeleceram as polêmicas sobre a Arquivologia no campo da OC em seu artigo sobre o princípio da proveniência na qualidade de uma perspectiva de análise de domínio, de forma a incluir as pesquisas acerca da proveniência às onze abordagens propostas por Hjørland (2002).

Assim, ressaltam-se as pesquisas de autores como: Tognoli, Guimarães e Tennis (2013), Guimarães e Tognoli (2015), Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), Barros e Moraes (2012), Alencar e Cervantes (2019), Lehmkuhl *et al.* (2019), passando a constituir [...]” uma comunidade discursiva comprometida na construção de conhecimento teórico-metodológico que auxilie a Arquivologia na produção, organização e uso dos documentos de arquivo, notadamente a partir dos estudos da OC” (TOGNOLI; RODRIGUES; GUIMARÃES, 2019, p. 60).

Todavia, mesmo com um conjunto de indivíduos com objetivos em comum em composição de maneira profunda e envolta na estruturação das bases epistemológicas da área, ao usar um arcabouço discursivo direcionado, que coadune o conjunto de termos arquivísticos àquela da OC, a OCA na qualidade de um domínio, necessita de uma nitidez do conceito de seu objeto – o conhecimento arquivístico – característica imprescindível para consolidar os estudos arquivísticos e sua

comunidade discursiva na OC.

Ao continuar sua reflexão, Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019) afirmam que o conjunto de termos ou conceitos (*definiendum*) que irão definir o conhecimento arquivístico são o conceito de fundo (*definiendum 1*), o conhecimento da forma documental (*definiendum 2*) e o conhecimento do contexto de produção de documentos (*definiendum 3*).

Entendendo o conhecimento como uma construção social em constante desenvolvimento e atividade, que não pode ser interpretado como um fato separado, os autores supracitados se utilizaram da Teoria do Conceito de Dahlberg para criar um conceito de conhecimento arquivístico em uma equação: “*definiendum* = def1 + def2 + def3, ou seja, conhecimento arquivístico = conceito de fundo + conhecimento da forma documental + conhecimento do contexto de produção” (TOGNOLI; RODRIGUES; GUIMARÃES, 2019, p. 71).

Fica, pois, claro que na concepção de Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019) que ao buscarem a definição do conceito de conhecimento arquivístico, trouxeram uma aproximação entre os estudos arquivísticos e a OC, visto que consideram esta última como área que integraliza e auxilia os processos de organização no campo dos arquivos. A classificação está incluída neste processo, juntamente com a descrição.

No tocante a classificação, Freitas e Albuquerque (2017) salientam que a classificação arquivística é uma atividade básica e decisiva de organização do conhecimento, que se constitui uma ordem intelectual de disposição de componentes de uma ou mais entidades, organizados metodicamente e em concordância em relação aos seus aspectos de igualdade ou diferenciação.

As autoras continuam ao evidenciar a importância da classificação arquivística, que despontou no século XVII, com seus manuais, com o propósito de reunir documentos com atributos semelhantes, no intuito de organizá-los e consecutivamente recuperá-los (FREITAS; ALBUQUERQUE, 2017).

Não obstante, faz-se necessário entender a classificação arquivística como uma ação intelectual de organização do conhecimento já que ela se destaca pela organização de conceitos do domínio do conhecimento por parte de quem o produz, seja no âmbito pessoal, público ou privado (FREITAS; ALBUQUERQUE, 2017).

No entendimento de Sousa (1995), a classificação de documentos de um arquivo terá que ser consequência de uma averiguação que permita alcançar informações acerca da estrutura, funções e atividades elaboradas pela instituição e

das efetivas tipologias de documentos. Apoiado nestas informações, torna-se viável a concepção de um plano introdutório de classificação.

O produto tem a possibilidade de ser um plano de classificação, para o arquivo corrente; um descarte de documentos acumulados ou um quadro de arranjo, no caso do arquivo permanente, estruturado do geral para o particular, com as informações em classes (séries, subséries), dispostos e ordenados de forma coerente caracterizando o teor do conjunto. De acordo com Sousa (1995) seguindo este procedimento é possível conservar o elo que liga os documentos e as atividades que os criaram.

O termo representar no contexto arquivístico abrange a atividade de classificação e a função de descrição, pois são as que mais absorvem o trabalho do arquivista no que concerne a organizar, interpretar, reorganizar, produzir termos substitutivos e termos que compõe o processo de representar (BARROS, MONTEIRO, 2017).

A representação arquivística é a ação que procura gerar formas que proporcionem o acesso às informações presentes nos documentos de arquivos, envolvendo os processos organizacionais e descritivos e se aprimorando consoante ao cenário social em que se encontra o documento. A representação busca por intermédio dos métodos de classificação e descrição, constituir um diálogo entre o órgão produtor da informação e o usuário que seja eficiente (BARROS; MONTEIRO, 2017).

Os arquivos se preocupam com a memória coletiva social e procuram conservar seus documentos para um futuro acesso. Para que isto ocorra de maneira prática, empregaram como mecanismos metodológicos instrumentos de pesquisa, como forma mais fácil de acesso documental, como mediadores de informação e fornecendo informações sobre os pontos de acesso, isto é, a utilização de instrumentos de pesquisa no acesso aos documentos (RIOS; CORDEIRO, 2010).

As autoras Rios e Cordeiro (2010) esclarecem que o instrumento de pesquisa recebe outras denominações como: plano de classificação, código de classificação, esquema de classificação, plano de classificação de documentos arquivísticos, quadro de arranjo entre outros.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) define plano de classificação da seguinte maneira: “Esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do

estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido” (2005, p. 132). Dessa forma, pode-se compreender o plano de classificação como um SOC.

Hodge (2000), considera que o termo SOC tem em vista contemplar toda classe que representa a informação e o conhecimento. Estão incluídos neste processo os sistemas de classificação, categorização, cabeçalho de assuntos, vocabulário estruturado, tesouros, ontologias. Na concepção do autor, como o SOC é uma ferramenta de organização da informação e do conhecimento, está no cerne de arquivos, bibliotecas e museu.

Os SOC aparecem como instrumentos no exercício de organizar e representar o conhecimento, tendo como incumbência construir um vínculo com o conhecimento e instituir um elo de sentido entre as percepções e conceitos (FREITAS, 2017).

O termo SOC surgiu com o avanço da web, “pois, segundo Carlan (2010), o SOC é uma denominação para a linguagem documentária, que tem a função de tratar, organizar e padronizar a linguagem utilizada para a representação do conhecimento de determinado domínio” (FREITAS, 2017, p. 58).

O professor Mário Barité define SOC como:

os sistemas de organização do conhecimento são ferramentas que tem como objetivo principal servir à representação temática do conteúdo de documentos, dados e qualquer outro recurso de informação, em qualquer suporte ou estrutura em que se encontrem, através de símbolos codificados ou expressões linguísticas [...] a fim de favorecer a busca, recuperação temática, de forma efetiva, pertinente e relevante. Em última análise, eles procuram facilitar a circulação da informação e o uso social do conhecimento [...] (BARITÉ, 2011, p. 127-128, tradução nossa).

Diferentes tipos de SOC, tendo por objetivo exercer funções essenciais, foram esquematizados e colocados em prática. Essas funções são: a exclusão do que for ambíguo, o controle de sinônimos, o estabelecimento de relações, sejam por hierarquia ou associativa e estabelecer relações e colocar à mostra as propriedades esclarece Marcia Zeng (2008).

É válido ressaltar que Freitas (2017), explica que a organização metódica dos SOC comporta a monitorização da linguagem empregada no âmbito de informação. Na esfera da web, os objetos se movimentaram a uma condição de pluralidade de definição, isto é, “as coisas podem estar em mais de um lugar ao mesmo tempo fazendo com que as informações não fiquem armazenadas de forma contígua. Assim,

a implementação de um SOC permite o controle nas relações conceituais” (FREITAS, 2017, p. 58).

A referida autora elaborou um quadro para demonstrar o desenvolvimento dos SOC conforme Vickery (2008) transposto a seguir.

Quadro 2 – Desenvolvimento dos SOC

ERA		DESCRIÇÃO	INSTRUMENTOS PRODUZIDOS
1	Pré-coordenada	Compreendia estruturas estáticas para atender sistemas manuais de organização e recuperação da informação.	Índices e Catálogos
2	Pós-coordenada	Compreendia estruturas mais dinâmicas, possibilitando a manipulação de seus elementos de forma independente para representar os assuntos de cada documento.	Vocabulário controlado e Tesouros
3	Internet	Orientada para classificações hierárquicas, com vistas a auxiliar os usuários na escolha dos termos que melhor definem o sentido de suas buscas.	Taxonomias
4	Web	Projetados por agentes inteligentes, inteligência artificial.	Ontologias

Fonte: elaborada por Freitas (2017, p. 59), fundamentado em Vickery (2008).

Nota-se, no entanto, que as classificações bibliográficas sobre o desenvolvimento dos SOC não estão presentes no quadro acima. Contudo as classificações estão inseridas nesse contexto, nas ferramentas geradas nesse período, mesmo que não seja de forma direta. Schiessl e Shintaku (2012 apud FREITAS, 2017, p. 59) pontificam que as classificações têm um ângulo mais geral no que se refere à representação do conhecimento, já taxonomias, ontologias e tesouros têm um ângulo mais específico, caracterizado em uma área do conhecimento. Entretanto, as classificações têm a incumbência de estabelecer limites disciplinares dos domínios e distinguir as categorias.

Logo, leva-se em consideração o fato de que é viável entender a função de representação arquivística como um SOC, percebendo o arquivista e a Arquivística como campo interdisciplinar com a Organização do Conhecimento (TOGNOLI; BARROS, 2015).

Nos próximos tópicos, serão abordados o percurso percorrido pela Arquivologia, sua parte tecnicista e Custodial, como também os marcos paradigmáticos que levaram a uma reflexão de uma Arquivologia Pós-Custodial.

3 ARQUIVOLOGIA CUSTODIAL

De acordo com o DBTA a “Arquivologia é a disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação dos arquivos. Também chamada Arquivística” (2005, p. 37).

Em sua origem, era predominante na Arquivologia o tecnicismo, pragmatismo, o patrimonialismo, com enfoque na custódia documental e baseado em uma visão positivista, uma corrente surgida na França em meados do século XIX e cujo idealizador foi Auguste Comte.

Embora, à princípio tenha se pautado mais no fazer, com documentos e manuais, a Arquivologia não se limita a um âmbito extremamente pragmático, necessitando de princípios que deem um norte em sua aplicação e mecanismos, como também de bases teóricas para sua fundamentação (SCHMIDT, 2012).

Como a área do saber ainda está em composição e crescimento, demanda estudos e revisão em sua conjectura, instaurando desse modo, sua condição de “ciência”. Há diversos autores no campo, com diferentes concepções sobre o que se pode determinar acerca de sua terminologia: disciplina em desenvolvimento, disciplina científica e ciência, segundo Schmidt (2012). A autora elaborou um quadro sobre a natureza e autores dessas concepções terminológicas.

Quadro 3 – Concepções terminológicas da Arquivologia

País	Autor	Definição
Alemanha	Adolf Brenneke	Ciência
Argentina	Aurelio Tanodi	Disciplina técnica, jovem e moderna
Brasil	Astréa de Moraes Castro	Ciência dos arquivos
Brasil	Natália Tognoli	Disciplina científica inserida na CI
Brasil	Heloísa Bellotto, Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional, Dicionário de Terminologia Arquivística.	Disciplina
País	Autor	Definição
Brasil	Esposel	Ciência auxiliar da História/disciplina
Canadá	Carol Couture, Jean Yves Rousseau, Jacques Ducharme, Louise Gagnon-Arguin.	Disciplina científica da Ciência da Informação
Canadá	Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, David Bearman, Barbara Craig, Richard Brown, Brien Brown.	Disciplina científica
Canadá	Heather MacNeil, Terry Eastwood	Ciência
Canadá/EUA	Hugh Taylor	Disciplina científica
Canadá/Itália	Luciana Duranti, Paola Carucci	Ciência
Espanha	Ramon Alberch Fugueras, Concepción Mendo Carmona, Antonia Heredia, Maria Paz Martín-Pozuelo Campillos	Ciência
Espanha	Maria Del Carmen Rodríguez López	Ciências da Informação
Espanha	Jose Ramon Cruz Mundet	Ciência emergente
Espanha	Antonio Ángel Ruiz Rodríguez	Ciência em formação
Estados Unidos	David B. Gracy	Disciplina científica da Ciência da Informação
Estados Unidos	Schellenberg	Ciência
França	Michel Duchein, Robert Henri-Bautier, Bruno Delmas	Ciência
França	Le Coadic	Disciplina auxiliar da História
Holanda	Theo Thomassen	Disciplina em desenvolvimento
Holanda	Eric Ketelaar	Ciência
Inglaterra	Hilary Jenkinson	Ciência
Itália	Giulio Battelli	Disciplina de caráter eminentemente Prático
Itália	Elio Lodolini, Eugenio Casanova	Ciência
México	Merizanda Ramírez Aceves	Ciência
México	Silvana Elisa Cruz Domínguez	Disciplina científica em desenvolvimento
Portugal	Fernanda Ribeiro, Armando Malheiro	Disciplina da Ciência da Informação

Fonte: elaborado por Schmidt (2012, p. 85-86).

Tem-se a publicação do Manual de arranjo e descrição de arquivos ou Manual dos Holandeses por Muller, Feith e Fruin, em 1898, como um importante divisor e precursor da Arquivologia. A sua composição como área se liga de maneira forte à concepção dos arquivos públicos como entidade, iniciada pela Revolução Francesa e a um reunido de práticas na disposição dos arquivos do Estado moderno (JARDIM, 2012).

A Arquivologia, é fruto do Estado moderno europeu. Se apresenta ligada vigorosamente naquela ocasião, ao painel de memórias que ao estabelecer base na constatação do governo, traz um relato que dá legalidade e certificação do Estado (JARDIM, 2012).

Até a metade do Século XX, conforme Jardim (2012), prevalece a compreensão do arquivo histórico como coisa prerrogativa da Arquivologia que se estabelece como ciência auxiliar da História. A prática arquivística demanda ao arquivista, não somente o conhecimento teórico ao traçar sua trajetória, requer também o entendimento de História e do Direito.

Quando se reflete em como surgiu a Arquivologia se volta às primeiras práticas exercidas pelo homem em relação à cultura, levando-se em consideração a cultura como um exercício metafórico humano na busca da compreensão de entendimento de mundo, gerando desta forma, registros nos mais variados suportes físicos que dispunham na época. Alguns destes registros materiais conceberam, muitos séculos depois, o que chamamos de documento de arquivo (ARAÚJO, 2013).

Foi com advento da escrita e a fundação das primeiras cidades, segundo Araújo (2013) e dos sistemas de estabelecimento de vários grupos em um local próprio que surgiram as primeiras presenças de lugares particulares, conhecidos posteriormente como instituições arquivísticas, com o enfoque na guarda e preservação dos documentos.

Citando como exemplo: Egito Antigo, a Grécia Clássica, o Império Romano, em civilizações árabes e chinesas no primeiro milênio, assim como na Idade Média europeia, levantaram-se e assentaram-se diferentes arquivos com os mais distintos fins: políticos, religiosos, jurídicos, (ARAÚJO, 2013).

Araújo (2013) segue sua reflexão ao relatar que somente após o Renascimento, século XV, que principiaram os primeiros rabiscos concretos e realistas do que se poderia conceber como conhecimento teórico próprio da Arquivologia. Neste período tão importante para a humanidade, ressurgiu a disposição

pelo produto humano, por sua história e seu crescimento nos campos políticos e econômicos. Deixou-se claro a relevância pela guarda e preservação das atividades desempenhadas pelo homem, nas mais diversas áreas.

Dessa forma, ao se pensar nas particularidades científicas que envolveram a Arquivologia, sua história e dos arquivos, como progrediu traz a reflexão no significado, conceito, teoria e técnica que até o final do século XIX, tinha em seu curso um paradigma patrimonial, que posicionava à Arquivologia como sendo uma auxiliadora da história (SCHMIDT, 2012).

Jardim (2012) relata que até os anos de 1990 o saber arquivístico foi produzido principalmente pelas técnicas de gestão das atividades e das entidades arquivísticas. Esse fazer era pautado principalmente nos manuais existentes e que compunham a estrutura estabelecida e trazia a compreensão do que se entendia por Arquivologia. O exercício da prática arquivística era registrado, transmitido e explicado com um enfoque grande no que se referia ao seu campo prático.

Contudo, esse ponto de vista não contribuiu para que a teoria da área tivesse claramente consistência. Sendo assim, os profissionais do campo, os arquivistas, tomaram a consciência da necessidade de refletir e ponderar a questão teórica-metodológica e a prática da Arquivologia relativo ao panorama de informações advindas e manifestas a partir do decênio de 90 (JARDIM, 2012).

Na concepção de Matos (2012) é fundamental ter a compreensão de como se compõe, se forma, se elabora o conhecimento em uma esfera do saber, para que possa haver um aprofundamento e melhoramento da área em questão.

Neste sentido, o desenvolvimento do pensar arquivístico não pode ter o olhar casual e incerto, pois se tornou o objeto de seu próprio estudo, observação, ponderação e análise de seus atos, maneiras de agir, erros cometidos e autocorreção, fruto de suas contestações e conferências epistemológicas (MATOS, 2012). Conforme Heredia Herrera (1991, p. 32) "*Importa mucho que no perdamos de vista la triple dimensión del objeto de la Archivística y su orden: Archivos- Documentos de archivo- Información*".

Segundo Theo Thomassen (2006), a noção de arquivo é o ponto cêntrico na Arquivologia. O autor faz alusão de como o arquivo é visto na vida diária, com os documentos guardados e conservados em casa e pelas empresas, entidades, organizações. O que ocorre dia a dia é documentado e as pessoas veem o arquivo como uma reunião de documentos pertinente a grupos sociais ou a empresas, com a

intenção de se preservar e dar base às suas memórias.

Um documento, segundo Thomassen (2006, p. 7), “[...] é a menor unidade de informação registrada com significado próprio”. Ressalva-se, no entanto, que nem toda informação pode ser recuperada com aspecto documental é caracterizado como documento. O que diferencia um documento de arquivo dos demais documentos é o motivo pelo qual ele é gerado. Ao contrário de livros em bibliotecas que são resultados de coleções, o documento arquivístico é resultado de estar vinculado aos métodos de trabalho pelos quais foram gerados.

Os documentos arquivísticos estão inclusos nos métodos do trabalho, são criados e dispostos por métodos de trabalho. Tais métodos de trabalho são redes de exercícios congruentes, com um começo e um final e orientados para um escopo próprio. O escopo final, é o motivo do existir, do cumprir, do produzir e da criação de relação entre os métodos de trabalho, transformando os arquivos íntegros e coesos (THOMASSEN, 2006).

Calderon (2013) expõe sobre a composição do alicerce da Arquivologia ou Arquivística que se levantou paralelamente às atividades desempenhadas nos arquivos no cumprimento de suas funções.

Contudo, os arquivos também sofreram mudanças consideráveis ao longo do tempo, em virtude da instabilidade social, próprio do crescimento do homem. Sendo considerada como consequência da ação humana, sofrendo intervenção do progresso social, sua história não pode ser narrada separadamente da História Geral (CALDERON, 2013).

Antes da institucionalização dos arquivos, já havia existência das práticas arquivísticas. No entanto, foi a partir da Revolução Francesa em 1789 é que se estabelece os Arquivos Nacionais no século XVIII e se pondera a Arquivística e toda a sua expansão. A Revolução Francesa caracterizou essa grande transformação dentro da sociedade ocidental, que passava de um regime de monarquia e colonial para uma mobilização autônoma, modificando todo o arcabouço social ocidental. À vista disso, houve uma alteração no modo de relacionamento das classes sociais e das instituições, abrangendo também os arquivos (BARROS, 2010).

Continuando o raciocínio de Barros (2010), o surgimento dos Arquivos Nacionais transmudou toda a base disposta nos arquivos, apontando um arquivo central incumbido de estipular critérios e procedimentos aplicados na administração pública aprimorando, dessa forma, a competência governamental. Seguido deste

acontecimento, surge o Arquivo Nacional da França que se transformará no dia 24 de junho de 1794 nos *Archives Nationales*.

Com isso, Barros (2010) comenta que se tem início a procura por métodos e ferramentas no sentido ordenar os arquivos que já começam a ser procurados como fonte de pesquisa aos historiadores da época. Constata-se neste período a autoridade dos arquivos nas sociedades e evidencia-se uma transição de paradigma, ao se perceber o arquivo como patrimônio.

O poder contido nos arquivos é encontrado na maioria das civilizações; nesse momento, porém, existe uma mudança de paradigma porque o arquivo torna-se um bem comum, compartilhado e ao alcance de todos. Barros (2010, p.20) afirma:

Sua importância histórica é percebida e a Arquivística passa a ser considerada como uma “ciência auxiliar da história”, a exemplo de outras disciplinas como a Diplomática, a Paleografia, a Sigilografia, etc. Nesse sentido, os arquivos são considerados laboratórios da História, visando ao estudo e estabelecimento de historiografias nacionais.

Sob esta ótica de laboratório da História, surge em Paris no ano de 1821 a *École National des Chartes*, tendo como intuito, dispor estes acervos de documentos utilizando-se da Diplomática, Paleografia e Sigilografia em seu arranjo e descrição arquivísticos. Unida, dessa forma, à biblioteca, a *École National des Chartes* abriga dois preceitos: “[...] a conservação empírica de documentos e a política documental de seleção, concentração e comunicação de documentos históricos, contemplados como monumentos” (MARQUES; RODRIGUES; NOUGARET, 2018, *online*).

Nesta mesma época, em um movimento pela Europa levantam-se escolas com a proposta de estudar Diplomática e Paleografia, com a finalidade de organizar os documentos. Uma amostra é a fundação da escola de Diplomática na Espanha (BARROS, 2010).

Em 1841, havia problemas em relação à abundância e diversidade de fundos encerrados nos Arquivos Nacionais franceses, talvez pela alta concentração documental destes arquivos. O então chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior e diretor da *École des Chartes*, Natalis de Wailly, proclama o princípio de respeito aos fundos, em 24 de abril de 1841, tentando desta maneira, readaptar os documentos administrativos franceses (BARROS, 2010).

Mesclavam-se os mais variados documentos: do tesouro, das abadias e conventos, arquivos do parlamento de Paris e das novas assembleias e

administrações gerados pela Revolução Francesa. De acordo com Barros (2010), este princípio foi expedido após a queda do Império francês, com a eliminação de muitas organizações originadas na era napoleônica, que trazia as várias conquistas de países europeus, conseqüentemente, uma grande produtividade documental. A escalada e a decadência da supremacia francesa, ocasionou a envoltura de muitos países no começo da Arquivística.

Países estes, cativos de Napoleão em suas cruzadas e com modificações em suas bases políticas e de administração. Para solucionar este caos ocasionado pela concentração destes arquivos, surge o princípio de respeito aos fundos. O desenrolar primeiro desta disciplina, no século XIX, se dá em virtude da influência francesa e alemã, contudo é na Holanda, com a divulgação de um manual que se tornam coesos os princípios, regras, normas consideradas até aquele momento (Barros, 2010).

O Manual dos Arquivistas Holandeses por meio de sua publicação disseminou o conhecimento que alteou as práticas e técnicas relacionadas aos arquivos na condição de ciência, visto que se constituía como consequência do conhecimento utilizado com o propósito a otimizar problemas/fenômenos pragmáticos (SCHMIDT, 2012).

Esse Manual pode ser considerado não só um marco para a disciplina, em sentido estrito, mas como o engenho de uma nova formação discursiva, no sentido instaurar premissas básicas para a classificação/arranjo e a descrição em arquivos, reunindo em sua discussão boa parte dos enunciados promulgados na área até então (BARROS, 2010, p. 22).

Visto como uma das bases da teoria arquivística, o Manual dos Arquivistas Holandeses é conhecido por realizar uma mudança importante no rumo dos acontecimentos na história da Arquivologia. A data desse manual, com suporte em uma base teórica e princípios próprios, a Arquivologia procura fazer-se independente no que se refere em sua associação com a História, a Paleografia, a Diplomática e a Biblioteconomia (COSTA, 2019).

Ratificando este pensamento está Silva *et al* (1999, p. 115), ao respaldar que:

[...] apesar de algumas limitações conceituais, pode-se considerar que este Manual marca o início de um novo período, em que o predomínio da vertente técnica se vai afirmar, libertando definitivamente a Arquivística das disciplinas a que outrora estivera ligada”,

Segundo Schellenberg (2004), houve uma tradução para o inglês do Manual dos Arquivistas Holandeses, pelo americano Arthur H. Leavitt, com o título *Manual for*

the arrangement and discription of archives. A publicação aconteceu na cidade de Nova York no ano de 1940. Nesta tradução, a palavra de origem holandesa *archieff* é traduzida como:

o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por um órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer sob a custódia desse órgão ou funcionário (SCHELLENBERG, 2004, p. 36).

Não deixando de mencionar neste processo de construção da Arquivologia, importantes manuais: o do italiano Eugênio Casanova que contribuiu de forma valiosa para o progresso do pensar arquivístico, com sua obra *Archivistica* (1928). Ante a sua direção, é sugerida normalização da terminologia arquivística internacional e a publicação de um dicionário (MARQUES, 2011).

Outra grande contribuição é a publicação em 1922 na Inglaterra *A Manual of Archival Administration* por *Sir Hilary Jenkinson* outra importante contribuição para a consolidação da disciplina. Jenkinson e Schellenberg, são considerados fundamentais como pensadores, tanto da prática quanto da teoria Arquivística em países de língua inglesa do século XX, caracterizando um papel significativo e respeitável na Arquivística atual (TOGNOLI, 2010).

A referida autora aponta que, o trabalho realizado por Jenkinson, ao colocar ordem nos documentos acumulados no período o qual aconteceu a Primeira Grande Guerra Mundial, foi uma resposta a esse imenso desafio. Seu intuito, conforme Tognoli (2010, p. 25) [...] “era estudar as características dos documentos de arquivo para chegar à compreensão dos princípios e conceitos que poderiam auxiliar os arquivistas no tratamento da documentação moderna”.

Conforme relata Tognoli (2010) de acordo com Jenkinson, os arquivos deveriam ser conservados por quem os gerou, para utilização exclusivamente pessoal, não cogitando o seu uso posterior com finalidade histórica ou de pesquisa.

Sendo assim, a visão era dos documentos como resultado de uma produção de ações e práticas administrativas que atribuíam características de imparcialidade e autenticidade. Essas particularidades conferiam um valor de prova, comprovação e testemunho do passado ao arquivo (TOGNOLI, 2010). Dessa forma:

O papel do arquivista era reduzido ao de um simples guardião dos documentos, cuja tarefa era proteger a integridade dos fundos, e a imparcialidade e autenticidade dos documentos de “valor arquivístico”, ou seja, aqueles que já haviam sido avaliados pelos criadores. Nesse

sentido, a avaliação documental não era discutida por Jenkinson, muito menos aceita. (TOGNOLI, 2010, p. 26)

Schmidt (2012) aborda que não deve ser deixada de lado o documento de arquivo como sinônimo de comprovação em relação à garantia de direitos e influenciando no sentido de que, a função de organização, preservação e acesso se transformassem em atribuições imprescindíveis a serem executadas diariamente. Toda a movimentação e progressão das ciências são produtos das mudanças sociais acontecidas entre os séculos XVI e XIX bem como do surgimento da sociedade industrial.

Vista até este período como uma disciplina voltada à descrição e recuperação de documentos, a Arquivística se encontrava diante de um novo quadro, o efetivo e vultoso aumento da massa documental. Segundo Staplenton (1983), Schellenberg tomou para si a incumbência, no recém-formado Arquivo Nacional Americano, 1935, de gerir dez milhões de metros cúbicos de documentos, reunidos por um intervalo de tempo de cerca de um século e meio, segundo (BARROS, 2010), criando o *Records Management*.

A Grande Depressão, causada pela quebra da bolsa no ano de 1929, fez com que o governo americano se preocupasse e estabelecesse vários programas, visando controlar a economia e dessa maneira, aumentaram ainda mais a geração de documentos. O período temporal de 1929 até o fim de 1930, foi para a história americana turbulento, com uma das grandes crises econômicas já vistas, (BARROS, 2010).

Bem como Jenkinson, Schellenberg criou e redigiu seu manual com base no que lhe era factual no momento: a produção e o acúmulo dos documentos modernos, constatada após a década de 30. Tognoli (2010) ressalta que Schellenberg acreditava que os manuais já publicados sobre o assunto, inclusive o de Jenkinson, não retratavam a realidade encontrada nos arquivos dos Estados Unidos, mas a realidade dos arquivos europeus, o que reduzia o trabalho dos arquivistas norte-americanos.

Chagas (2020) aponta que Theodore Schellenberg (2006) sustenta firmemente aquele que seria o primeiro exemplo de avaliação de grande repercussão internacional: os valores primários e secundários dos documentos. Os valores primários relativos aos “objetivos para os quais eles foram criados, sejam eles administrativos, fiscais, legais ou executivos. Já os valores secundários são aqueles que persistirão por muito tempo, ainda depois de cessado o uso corrente” (CHAGAS,

2020, p. 482).

Os valores secundários, por sua vez, se dividiriam em: valor probatório ou evidencial e valor informativo. Outro ponto de relevância é a teoria das três idades ou ciclo vital dos documentos disseminada por Schellenberg:

A primeira idade, chamada de arquivo corrente, tipologia, função e vigência dos documentos. A segunda idade, chamada de arquivo intermediário, os documentos já passaram pelo seu prazo de validade, podendo ainda ser utilizados pelo seu produtor e o chamado arquivo permanente, documentos preservados e conservados como patrimônio documental. Trouxe uma norma para o controle do documento, a partir de sua criação até a sua eliminação ou guarda definitiva. (CUNHA, 2008, p. 57)

Distinguiu-se, neste período *records management e archivists*, isto ocasionou uma ruptura na teoria e na prática arquivística norte-americana, diferenciando e especificando o profissional que vai trabalhar com os documentos em sua fase corrente e intermediária e os que vão trabalhar com os documentos em sua fase permanente (TOGNOLI, 2010).

A autora supracitada, continua seu pensamento ao afirmar que esse agrupamento, esta junção entre a teoria e a prática relacionada aos arquivos só seriam restabelecidas, nos anos 80, na parte francesa do Canadá, ante o nome de Arquivística Integrada (TOGNOLI, 2010).

Na perspectiva destas mudanças, a Arquivística Integrada tem como objetivo de se dedicar a reintegração da disciplina. A sugestão é de trabalhar todo o ciclo documental, alicerçado nos estudos europeus com os documentos históricos e gestão de documentos na norte-americana, ocasionando desta maneira, o fortalecimento da disciplina nos séculos XX e XXI (TOGNOLI, 2010, p. 7).

Os termos “informação orgânica” e “informação não-orgânica”, segundo Tognoli (2010), são decorrentes do enfoque quebequense. Entende-se por informação orgânica a que foi originada, produzida ou recebida durante uma atividade e não orgânica são as de origem bibliográficas.

Dessa forma, ao se definir o objeto de estudo da Arquivologia como a informação orgânica registrada, a visão quebequense insere a disciplina na denominada “[...] era da informação, integrando *manager* e *archivist* em uma só profissão, de maneira a garantir a sustentação da Arquivística em um novo contexto de produção de informações” (TOGNOLI, 2010, p. 8).

A composição integrada da Arquivologia no sentido de um novo

direcionamento, viabiliza a unicidade das ações arquivísticas nos documentos, coordena e baseia as atividades arquivísticas em conformidade com uma política organizacional e concilia os valores primário e secundário dos documentos, ressignificando o arquivo e trazendo a sua identificação social (MARQUES, 2011).

4 ARQUIVOLOGIA PÓS- CUSTODIAL

Ao refletir sobre uma Arquivologia Pós-Custodial, se faz importante entender minimamente sobre sua origem. Tognoli (2010) ressalta a influência dos fatos ocorridos na parte inglesa do Canadá que atenderam às características e particularidades apresentadas aos profissionais de arquivo no século XXI, trouxe à tona os debates que abraçam a Arquivologia ou Arquivística na atualidade.

O crescente avanço das tecnologias de informação, as ferramentas e formas de conteúdo no processo comunicacional e os recentes meios de gerar documentos, levaram este domínio a reexaminar concepções, princípios arquivísticos e conseqüentemente, a atribuição concernente ao arquivista neste momento em que a ferramenta informação se tornou essencial para o desenvolvimento pessoal e coletivo dentro de uma sociedade (TOGNOLI, 2010).

Ao encontro deste pensamento, Tognoli (2010) afirma que se muda a percepção em relação ao objeto da Arquivística. O entendimento sobre o conjunto documental, antes visto como o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma entidade ou pessoa no decorrer de uma atividade, é percebido e converte-se na reunião, no agrupamento de informações orgânicas, cujos registros se encontram em meios virtuais que se modificam continuamente em um processo de evolução.

Na concepção da autora supracitada, é um tempo conseqüentemente de revolução científica:

[...]. No início dos anos 1980, ficou claro que os computadores afetariam tremendamente o mundo arquivístico, mas a maioria dos arquivistas ainda considerava o computador como uma simples ferramenta técnica. (TOGNOLI, 2010, p. 56)

Tognoli (2010), continua sua reflexão ao apontar que diante deste novo contexto de reformulação e ressignificação, com um novo paradigma surgindo em relação ao modo de concepção da organização do conhecimento arquivístico, despontou na parte inglesa do Canadá uma nova corrente a Arquivística Funcional ou Pós-moderna, cujo propósito é defender e reconsiderar os princípios, conceitos e metodologias fundamentais da disciplina, ocasionando, dessa forma, uma adequação, um ajuste para sua permanência e subsistência na atualidade (TOGNOLI, 2010).

Costa (2019) narra que o nome Arquivística Funcional ou “Pós-Moderna” é uma interpretação da escola canadense inglesa oriunda na final da década de 1980.

Estabelecida por Hugh Taylor, foi aprimorada e desenvolvida pelos estudos do canadense Terry Cook que é considerado pelo referido autor, como o mais controverso e questionador teórico da atualidade em relação à perspectiva clássica e moderna da Arquivologia.

Continuando com seu pensamento, Costa (2019) afirma que o nome “Arquivística Funcional” é concebido neste conceito “pós-moderno” que se fundamenta no exame e relatório sobre os procedimentos de produção dos documentos. Desse modo, o que se verifica neste processo é o “contexto por trás do texto”.

Leva-se em consideração quem, como e o porquê da produção deste documento e a finalidade na retaguarda do texto elaborado. Destarte, o estudo visa entender o processo no sentido do criador para o documento, o que vai gerar a percepção da função, modo e não o contrário, e permite uma melhor compreensão da atribuição, do processo e da ação que o concebeu (COSTA, 2019).

Terry Cook acredita que os princípios e procedimentos configurados no final do século XIX e início do século XX sejam ultrapassados e reitera que é inevitável que a Arquivologia consiga conservar-se na atualidade sem rever e reconsiderar esses princípios. Na concepção do autor, a adesão a um novo paradigma é primordial e substancial, acreditando ainda, que isto já está acontecendo. Cook discorre que a nova perspectiva dessa transformação intercorra na teoria e noções fundamentais (COSTA, 2019).

Em seu artigo Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno, Terry Cook (1998) aborda que no mundo de hoje, os vários sistemas de armazenamento de informações não refletem a organização de suas estruturas internas e nem às muitas funções do órgão gerador, que em contrapartida é mais complicado, descentralizado, desordenado, transitivo e pode ser de cunho virtual ao colaborar partilhando serviços de funcionários, com outra instituição ao realizar um trabalho.

Neste contexto, os profissionais de arquivo tratariam também de documentos oriundos de séries correntes abertas e não somente com as séries fechadas de documentos antigos. De acordo com Terry Cook (1998). As mudanças ocorridas na tecnologia e telecomunicações, nos últimos tempos, tornaram essa descentralização, divulgação e desordem mais acentuada, de tal forma que as relações entre uma série

fechada e uma estrutura administrativa específica, com estabilidade estão apagadas com regularidade.

Hoje há o entrelace ente as funções e processos administrativos e empresariais, por todos os tipos de divisões estruturais, e os documentos são gerados conforme forem produzidos. As atividades são realizadas tanto vertical quanto horizontalmente nas organizações. Como consequência, os documentos são gerados e guardados de diferentes maneiras, conforme Terry Cook (1998).

A Arquivística percebe vagamente o efeito de tais mudanças sobre os princípios tradicionais, “[...] que foram desenvolvidos para documentos e organizações em uma época bem mais simples. Podemos certamente acreditar no "respeito aos fundos”, mas qual é o "fundo" que deveremos respeitar neste novo mundo? [...]” (COOK, 1998, p. 134-135).

Considerando então o pensamento pós-moderno, Tognoli (2010, p. 72) observa que:

[...] a concepção pós-moderna procura, portanto, “desnaturalizar” o que a sociedade assume como natural, aquilo que foi durante anos, aceito como normal, natural e racional. Tudo é socialmente e culturalmente construído. Para os pós-modernos, desconstruir e reformular são as melhores maneiras de refletir a diversidade da época contemporânea. E é exatamente nesse contexto de reinterpretações, desconstruções e reformulações, que está inserida a Arquivística Pós-Moderna, ou Arquivística Funcional, enunciada e caracterizada por Cook.

O ponto que recebe a convergência na conjuntura do documento é oferecido por meio do estudo da proveniência. O enfoque pós-moderno é consequência do descobrimento e busca uma vinculação entre quem gerou o documento, as atividades por ele exercida e que são retratadas nos registros assim como o ponto de vista coletivo adotado no sistema que terminam por refletir, de alguma maneira, na herança documental (TOGNOLI, 2010).

Apoiado na análise funcional em relação aos procedimentos que geram os documentos, por isto o nome Arquivística Funcional - o diagnóstico de tal situação é realizado com o início com o estudo dos criadores de documentos de cima para baixo, do todo para a peça, segundo Tognoli (2010). O intuito é dar autorização para que o profissional de arquivo consiga compreender, de uma forma mais acertada, a função, procedimentos e ação que permitiram a criação do documento.

É basilar que a disciplina analise o “[...] contexto social, organizacional e funcional de criação e manutenção dos registros. Com isso, o foco passa a ser externo

e não mais interno. O que se deve levar em conta é o contexto e o processo do documento” (TOGNOLI, 2010, p. 72).

Logo, o centro no objeto de estudo desta disciplina deve ser mudado do registro do documento para os métodos que geram este registro e que deixa de ser estático e sem possibilidades de mudança, de sofrer alteração. Da mesma forma que o enfoque do estudo da disciplina deve ser mudado, também é essencial que a Arquivística seja vista e compreendida como uma ciência proativa e empreendedora, apta a se adequar e ajustar às mais variadas realidades documentais, a despeito de suporte, processos, princípios e tempo (TOGNOLI, 2010).

Dentro deste contexto, o arquivista, como um profissional da informação, necessita estar ciente destas mudanças ocorridas no campo social, tecnológico, profissional, ao longo das últimas décadas. O acesso e o direito à informação estão cada dia mais sendo compreendido e incorporado no cotidiano das pessoas. Reconsiderar como atua o papel da informação e do arquivista dentro de arquivos públicos e privados é emergente (TOGNOLI, 2012).

Bellotto (2004), reflete que o arquivista, na atualidade, deve lembrar que está inserido profissionalmente no que se denomina “era da informação”, com a predominância das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Sendo assim, há necessidade de se aprimorar no entendimento dos novos suportes de documentos.

Tais processos exigem noção, conhecimento, competência estudo de procedimentos, sistemas, formas de produção e de conservação. Leva-se em consideração, a possibilidade de arquivistas ficarem aquém do impetuoso e frenético avanço eletrônico no campo documental, embora estejam a se habilitar e qualificar da maneira mais adequada possível, para trabalharem no novo contexto, o documento eletrônico (BELLOTTO, 2004).

Sob o ponto de vista de Rodinelli (2013) há uma diferença entre documento eletrônico e documento digital, apesar que se considere a validação destas palavras como sinônimo, existe uma diferença técnica. Segundo a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE, 2020, p. 25) documento digital é “Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional [...]” e documento eletrônico “[...] Informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico”.

Esclarece dessa forma, Rondinelli (2013), que se pode dizer que todo

documento digital é eletrônico, porém, nem todo documento eletrônico é digital. A autora exemplifica tomando por base uma fita cassete, do qual o som demanda um equipamento eletrônico para que possa ser ouvido, mas não é reduzido ao código em bits.

Nesse contexto, a CTDE (2020, p. 23) conceitua o documento arquivístico como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o formato ou suporte [...] produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência”. E documento digital arquivístico “Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional” (CTDE, 2020, p. 25). Em outras palavras:

O documento arquivístico digital é uma unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte(registrada), com uma sintática estável, produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer de suas atividades, codificado em dígitos binários e interpretável por um sistema computacional, em suporte magnético, óptico ou outro (RONDINELLI, 2013, p. 225).

Concomitante a este pensamento, Rondinelli (2013) esclarece que na visão da Diplomática, o documento digital, tal qual o documento em papel, compreende alguns aspectos: forma fixa, conteúdo estável, contexto que se identifique, relação orgânica. Implica o exercício de cinco pessoas: autor, redator, destinatário, originador e produtor. Destas cinco, as três primeiras precisam estar visíveis em um documento arquivístico.

É válido lembrar que no contexto dos documentos digitais, os aspectos de forma física e conteúdo estável não são limitados de forma absoluta como nos documentos em papel, justamente em virtude de seu dinamismo. São levados em consideração neste tipo de documento, certa variável na sua forma e no seu conteúdo. Este fator, não comprometeria sua capacidade documental (RONDINELLI, 2013).

A classificação dos documentos digitais demonstra que, quando se trata deste tipo de documento, a questão de forma fixa e do conteúdo estável assume certo “dinamismo” bastante coerente com o ambiente digital. Por esse dinamismo, certa variação na forma e no conteúdo do documento não compromete sua capacidade documental. Na verdade, trata-se de uma nova concepção das características da forma fixa e do conteúdo estável, a qual resulta no conceito de variabilidade limitada (RONDINELLI, 2013, p. 248)

Nas palavras de Lopes (2014) a informação arquivística de modo digital é real

e exige um maior empenho por parte dos arquivistas, cujo futuro de trabalho será em uma *workstation*, que seriam máquinas com capacidade de processamento superior aos demais. Assim sendo, torna-se premente sugestões para sistemas de classificação, avaliação e descrição adequados.

Estes fatos poderiam se desenrolar em três pontos, conforme Lopes (2014): uma maior relevância que o arquivista teria como organizador da informação, partindo do pressuposto que ele consiga acompanhar o redemoinho que é o avanço tecnológico.

Outro ponto a se considerar: discussões acerca da reconstrução do pensamento arquivístico, pelo caminho do avanço e desafio das tecnologias atuais. Por fim, o último ponto teria para o arquivista o viés mais intelectual que manual, visto que as respostas seriam mais rápidas no que concerne ao tratamento da informação (LOPES, 2014).

Informações que não se manuseiam, abstrações oriundas da internet. Coisas em formas de *bytes*, registradas em suporte eletrônico que podem ser alterados, acumulados ou disseminados seja em que tempo for. Os arquivos eletrônicos ou digitais são variados e demandam classificação, avaliação e descrição. “[...] Sobreviveram ao terremoto de nossa época o princípio da proveniência e a teoria das três idades, que mesmo vivas, precisam ser revistas, em função dos novos problemas” (LOPES, 2014, p. 313).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na elaboração da pesquisa, alguns critérios foram estabelecidos levando em conta os objetivos apresentados, assim como conferir ações para cada objetivo, especificamente, demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4 – Objetivos e ações da pesquisa OC

Objetivo Geral	Apresentar a classificação arquivística no âmbito da ORC mediante as abordagens custodial e pós-custodial a partir da Análise de Conteúdo
1º Objetivo Específico	Expor as teorias da classificação arquivística em teses e dissertações brasileiras
Etapas	1ª fase da Análise de Conteúdo
1) Pesquisa Documental. 2) Definição das palavras-chaves utilizadas na busca e as opções para o refinamento da pesquisa. 3) Levantamento das Teses e Dissertações na plataforma da CAPES, que abordem a classificação arquivística e OC 4) Sistematização da literatura	
2º Objetivo Específico	Caracterizar as teorias nas abordagens custodial e pós-custodial nos trabalhos recuperados
Etapas	2ª fase da Análise de Conteúdo
1) Revisão de literatura com o propósito de analisar as teorias da classificação arquivística por meio das abordagens custodial e pós-custodial	
3º Objetivo Específico	Refletir sobre as relações da ORC a partir das abordagens custodial e pós-custodial da Arquivologia
Etapas	3ª fase da Análise de Conteúdo
1) Empregar o método de análise de conteúdo para categorizar os resultados que forem recuperados 2) Elencar as categorias levantadas com base na literatura apresentada sobre cada abordagem	

Fonte: Baseado em Leandro (2020, p. 62).

Dessa maneira, ao se aplicar a Análise de Conteúdo, têm-se a compreensão da pesquisa com a qualidade e profundidade necessárias no entendimento dos contextos estudados, tornado possível uma reinterpretação de significados.

5.1. CORPUS DA PESQUISA

Utilizando-se das palavras de Mendes e Miskulin (2017), constituir o *corpus* desta pesquisa não resultou em uma tarefa fácil, visto o volume de resultados obtidos

pela coleta de dados. Após a leitura flutuante, os documentos foram escolhidos aplicando as regras de exaustividade de Bardin (1977) — levar em consideração todos os componentes dos documentos — regra da representatividade com a relevância e significado do que se pretende estudar e detalhar, regra da homogeneidade — os documentos escolhidos devem ser similares e coesos e regra de pertinência — os documentos devem ser pertinentes à pesquisa.

O *corpus* desta pesquisa foi constituído pelas Teses e Dissertações inseridas e registradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Brasil que contiveram em seus títulos, resumos ou palavras-chaves, as palavras classificação arquivística. As buscas foram realizadas utilizando-se do mesmo recorte temporal, de 2011 a 2021.

De acordo com Mello e Sá (2006, p. 390) originário do latim, “a palavra *corpus* significa conjunto, corpo. Geralmente, quando utilizada no meio acadêmico, é compreendida como um conjunto temático de dados, informações textuais e documentos”. Pode-se dizer, que o *corpus* da pesquisa gera uma evidência, uma representação de uma realidade em um contexto.

O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES é a plataforma oficial dos Programas de Pós-Graduação do Brasil, segundo Leandro (2020). A autora afirma que “a CAPES disponibiliza as teses e dissertações, produzidos em doutorado, doutorado profissional, mestrado, mestrado profissional e profissionalizante, desenvolvidos no Brasil desde o ano de 1987” (LEANDRO, 2020, p. 64).

Na concepção de Santos e Kiouranis (2020) um Programa de Pós-Graduação é um campo de estudo significativo e respeitável, visto sob alguns pontos: primeiro, porque que é um *lócus* próprio para uma pesquisa. Segundo, porque constitui vínculos entre pesquisadores que já possuem formação e pesquisadores que estão em formação. Terceiro, porque causa como resultado um aumento de núcleos de pesquisas inéditos, diferentes que direcionam suas pesquisas em concordância com hipóteses e teorias estruturadas dos Programas de Pós-Graduação.

Face a isto, Santos e Kiouranis (2020) acrescentam uma quarta justificativa importante: os Programas de Pós-Graduação se inquietam em ter novos paradigmas de pesquisa. Continuando, os autores supracitados acrescentam como outra justificativa, a troca de experiências entre os variados tipos de Programas de Pós-Graduação. É importante ressaltar, conforme Santos e Kiouranis (2020, p.802):

Resumidamente, uma pós-graduação apresenta ramificação e capilaridade na pesquisa. Por isso os indicadores obtidos desse campo de investigação permitem uma previsão sobre campos mais amplos. Destaca-se também que esses indicadores permitirão discutir: critérios para a constituição de corpus; e o corpus como critério para uma análise e para a qualidade de uma pesquisa.

Corroborando com Santos e Kiouranis (2020) e Leandro (2020), se esclarece a escolha e utilização da referida plataforma e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação para o levantamento desta pesquisa.

Leandro (2020) observou que a plataforma dispõe de variadas categorias que auxiliam os filtros da pesquisa. O pesquisador tem a possibilidade de outras escolhas que venham ao encontro dos seus estudos, para além dos pré-requisitos já delineados.

Na sequência, para a pesquisa no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES efetuou-se a delimitação dos termos com o uso de um operador de frase exata, aspas duplas. Segundo Colepicolo (2014, p.136) em se tratando dos operadores de frase exatas “[...]são representados por aspas duplas ou simples, utilizadas ao redor dos termos que se deseja encontrar literalmente”. (ex. “Habilidades Sociais Assertivas”).

Os termos escolhidos para as buscas foram: classificação e classificação arquivística

Os filtros aplicados nos campos para o refinamento das buscas foram:

- Tipo: Mestrado e Doutorado;
- Ano: 2011 a 2021;
- Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas;
- Área do Conhecimento: Ciência da Informação;
- Nome do Programa: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, as buscas foram realizadas em Teses e Dissertações que apresentassem os termos classificação e classificação arquivística em títulos, resumos ou palavras-chave.

Com base no estabelecimento dos trabalhos foi elaborado um quadro com a ficha documental de cada documento recuperado no catálogo de Teses e Dissertações e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, utilizando-se dos dados fornecidos e viabilizando, desta forma, examinar seus

componentes de modo distinto, conforme Leandro (2020).

Quadro 5 – Ficha de identificação da pesquisa

Ficha de identificação da pesquisa	
Autor	
Título	
Data	
Tipo de Trabalho	
Orientador	
Instituição de Ensino	
Palavras-chave	
Resumo	

Fonte: baseada em Leandro (2020, p. 67).

Após os procedimentos de constituição de dados, as Teses e Dissertações foram detalhadas com a informações coletadas nas fichas e que começam a se revelar como uma possível resposta para a questão de investigação. Dessa forma, foram elencadas as seguintes categorias: (1) título; (2) autor; (3) temas; (4) teoria Custodial; (5) teoria Pós-Custodial.

6. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A partir dos dados coletados e analisados apresenta-se as temáticas relacionadas à classificação arquivística presentes nos trabalhos recuperados (QUADRO 6).

Quadro 6 – Trabalhos relacionados à classificação arquivística e temáticas exploradas

TÍTULO	AUTOR(A)	TEMAS	TEORIA CUSTODIAL E/OU PÓS CUSTODIAL
A Organização do Conhecimento Sensível sob a ótica da Arquivologia: um estudo de caso na Embrapa Soja	Lidiane Marques Freitas	A Classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus; A classificação dos arquivos pessoais e familiares; Como classificar e ordenar documentos de arquivo; A classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da Teoria da Classificação: pontos de convergência e divergência; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação; Classificação como função matricial do que fazer arquivístico; As bases do processo classificatório na arquivística; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito; Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital gestão do conhecimento; A Construção Discursiva em Arquivística: Uma Análise do Percorso Histórico e Conceitual da Disciplina por meio dos Conceitos de Classificação e Descrição.	CUSTODIAL PÓS-CUSTODIAL
O Documento Fotográfico na Organização do Conhecimento: O Processo de Transcodificação na Classificação Arquivística	Andrea do Prado Souza	A Classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus; A classificação dos arquivos pessoais e familiares; Como classificar e ordenar documentos de arquivo; La classificacion: In: Les fonctions de l'archivistique contemporaine; La Classificacion Archivistica Como Actividad Prévia Para La Descripción de Documentos Imagéticos.	CUSTODIAL

Análise da presença dos requisitos de classificação em softwares livres: <i>DSpace, Alfresco e ICA-ATOM</i>	Leandro Checo Francisco	Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito; Classificação como função matricial do que fazer arquivístico.	CUSTODIAL
Inovação no contexto dos serviços arquivísticos	Drielen Horimi	Classificação de documentos Arquivísticos: Análise da Diretoria de Comunicação e Arquivo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação.	CUSTODIAL
Gênese documental de álbuns fotográficos escolares: entre avanços e ausências.	Cristina Ribeiro dos Santos	Gestão documental em arquivos universitários: identificação Arquivística como parâmetro para a classificação.	CUSTODIAL
Identificação de tipologia documental como parâmetro para classificação em arquivos universitários	Sílvia Lhamas de Mello	Como classificar e ordenar documentos de arquivo; La clasificación de fondos archivísticos administrativos; Classificação em arquivística: trajetória de um conceito; Classificação como função matricial do que fazer arquivístico.	CUSTODIAL

<p>O(s) lugar(es) da função classificação na formação do arquivista: Uma Análise da História, dos Currículos e dos Programas de Ensino dos Cursos de Graduação em Arquivologia do Sudeste do Brasil</p>	<p>Juliana de Mesquita Pazos</p>	<p>A aplicação da Arquivística Integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação; Como classificar e ordenar documentos de arquivo; Classificación Y Ordenación; A classificação, avaliação e a descrição das informações e dos documentos; Classificação e avaliação de documentos: normalização dos procedimentos técnicos de gestão de documentos; O ensino de classificação arquivística nos currículos interdisciplinares da UFF e UNESP; Formação acadêmica do profissional da informação em classificação arquivística: experiências da graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense; O ensino da classificação arquivística na formação do profissional da informação: análise qualitativa dos currículos da UFF e UNESP; O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização e recuperação da informação; Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação; A classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da Teoria da Classificação: pontos de convergência e divergência; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito; Classificação: um dos problemas fundamentais na Arquivística contemporânea; Em busca de um instrumental teórico-metodológico para a construção de instrumentos de classificação de documentos de arquivo; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação.</p>	<p>CUSTODIAL POS CUSTODIAL</p>
<p>Identificação arquivística como parâmetro de boas práticas na seção de finanças do Colégio Pedro II</p>	<p>Camila Veloso Barreto</p>	<p>La clasificación de fondos archivísticos administrativos; Consideraciones generales sobre cuadros de clasificación; Classificação em Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito; A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico.</p>	<p>CUSTODIAL</p>
<p>Identificação arquivística como base do programa de gestão de documentos da defensoria pública do estado de São Paulo (PGD-DPESP)</p>	<p>Rafaela Augusta de Almeida</p>	<p>Classificação arquivística do grupo da diretoria de administração do fundo, Prefeitura Municipal de Marília; Tipologia documental como parâmetro de classificação e de avaliação em arquivos municipais.</p>	<p>CUSTODIAL</p>

Identificação de documentos de arquivo no contexto da gestão de documentos no Brasil	Alexandre Faben Alves	Apuntes de clasificación archivística; La clasificación de documentos basada em funciones: comparación de la teoría y la práctica; La clasificación archivística; Organização e Informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação; Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo; A classificação como função matricial do-que fazer arquivístico; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação.	CUSTODIAL POS CUTODIAL
A representação da informação no contexto da Arquivologia no Brasil	Jefferson Higino da Silva	Classificação arquivística e Teoria do Conceito: elementos para a Organização do Conhecimento; Concepções acerca da classificação arquivística à luz da Teoria do Conceito; A aplicação da Arquivística Integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação; Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito; Classificação e descrição arquivística como atividades de organização da informação e do conhecimento.	CUSTODIAL POS- CUSTODIAL
A linguagem documentária no âmbito da representação da informação arquivística	Ana Isabel Ferreira Wanderley	A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística.	CUSTODIAL
O fundo de arquivo e o princípio de proveniência: uma observação entre a teoria e a prática	Letícia Elaine Ferreira	Organización I Classificación de fondos; A classificação como função matricial do que fazer arquivístico; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito.	CUSTODIAL
Vocabulário controlado para arquivos: análise de viabilidade e propostas.	Luciana Davanzo	Como classificar e ordenar documentos de arquivo; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito.	CUSTODIAL

<p>A classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus</p>	<p>Ana Cristina de Albuquerque</p>	<p>A construção discursiva em arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição; A classificação dos arquivos pessoais e familiares.</p>	<p>CUSTODIAL</p>
<p>As contribuições das linguagens de marcação para a gestão da informação arquivística digital</p>	<p>Fernando Alves da Gama</p>	<p>A classificação como função matricial do-que fazer arquivístico; Classificação em Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito.</p>	<p>CUSTODIAL</p>
<p>Atom, normas e padrões para a descrição e representação de informações e objetos digitais em ambientes web</p>	<p>Talita Cristina da Silva</p>	<p>Em foco a classificação: abordagens conceituais na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia; Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento; Em busca de um instrumental teórico-metodológico para a construção de instrumentos de classificação para documentos de arquivo.</p>	<p>CUSTODIAL</p>
<p>A questão ética no ensino de organização do conhecimento: Uma análise de currículos de cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil</p>	<p>Rafael Cacciolari Dalessandro</p>	<p>Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo; Using classification to convict the Khmer Rouge</p>	<p>CUSTODIAL</p>
<p>A identificação arquivística como subsídio para a classificação: uma proposta metodológica para a Prefeitura Municipal de Marília</p>	<p>Thalita Fernanda Leme</p>	<p>Como classificar e ordenar documentos de arquivo; Análise de produção científica sobre classificação arquivística: um estudo de citações em periódicos brasileiros de Arquivologia; Classificação e Avaliação de Documentos: Normalização dos procedimentos técnicos de gestão de documentos; Classificação funcional de documentos públicos: análise da experiência no Arquivo Público do Município de Ouro Preto; Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação; A presença da temáticas classificação e descrição na literatura arquivística: uma análise de citação a partir dos periódicos arquivo&administração e archival Science (2001-2012); Alguns</p>	<p>CUSTODIAL POS CUSTODIAL</p>

		apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação; A classificação enquanto uma função nuclear no processo de organização do conhecimento arquivístico; Classificação e descrição arquivística como atividades da organização e representação da informação e do conhecimento.	
Aspectos éticos em organização da informação: um estudo em códigos de ética do profissional arquivista	Andrieli Pachú da Silva	Construção Discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de Classificação e Descrição; Organização do conhecimento arquivístico: um estudo terminológico comparativo (português, espanhol, francês, inglês) sobre classificação e descrição no Multilingual Archival Terminology-ICA; A classificação como função matricial do-que fazer arquivístico; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito; Os princípios da teoria da classificação e o processo de documentos de arquivo.	CUSTODIAL POS CUSTODIAL
A organização e a representação do conhecimento no domínio da arquivística	Irisneide de Oliveira Souza Silva	Como classificar e ordenar documentos de arquivo; Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais; Revisión de las clasificaciones documentales basadas em el soporte; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito; A classificação como função matricial do-que fazer arquivístico.	CUSTODIAL
A representação arquivística: uma análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos espanhol, canadense e brasileiro	Thiago Henrique Bragato Barros	A construção discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e Descrição; Records Classification and fuctions: an archival perspective; Clasificación de fondos de los archivos históricos provinciales; Functional -based classification of records: is it functional? Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito.	CUSTODIAL POS CUSTODIAL

Representação da informação: uma reflexão do Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fundação Oswaldo Cruz	Renata Lourenço Mendes	Como classificar e ordenar documentos de arquivo; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito.	CUSTODIAL
Representação da informação arquivística: diálogo e conexões interdisciplinares	Andressa Furtado da Silva de Aguiar	As bases do processo classificatório na arquivística: um debate metodológico; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação; Os princípios da teoria da classificação e o processo de organização de documentos de arquivo.	CUSTODIAL
Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)	Ana Celeste Indolfo	Como classificar e ordenar documentos de arquivo.	CUSTODIAL
Proposta de diretrizes para representação da informação e do conhecimento em arquivos no contexto	Leolíbia Luana Linden	A construção discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição; A Classificação como função matricial do-que fazer arquivístico; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação; Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição; Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento.	CUSTODIAL POS CUSTODIAL
Indexação em documentos arquivísticos: em busca de aprofundamento teórico-metodológico	Graziela Martins de Medeiros	A noção de classificação na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: abordagens teóricas; Como classificar e ordenar documentos de arquivo; O uso da classificação em arquivo como instrumento de organização, representação e recuperação da informação; Organização e representação da informação em arquivos:	CUSTODIAL POS CUSTODIAL

		uma análise a partir da função classificação; A classificação como função matricial do que fazer arquivístico; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação; A representação da informação: classificação e indexação automática de arquivos; A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística.	
Estudos métricos em arquivística: proposta de métricas para o gerenciamento de arquivo	Ana Paula Alves Soares	Como classificar e ordenar documentos de arquivo.	CUSTODIAL
Representação temática de documento arquivístico: as contribuições do modelo conceitual FRSAD	Luciane Paula Vital	A construção discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição; A classificação arquivística por assuntos em documentos fotográficos: o exemplo do arquivo público do Distrito Federal; Clasificación y indización de registros e archivos de universidades; O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito.	CUSTODIAL POS CUSTODIAL
Patrimônio documental fotográfico: um panorama dos acervos arquivísticos de Santa Catarina	Vanessa Aline Schweitzer Souza	A classificação como função matricial do que fazer arquivístico; Como classificar e ordenar documentos de arquivo; Análise de produção científica sobre classificação arquivística: um estudo de citações em periódicos brasileiros de Arquivologia; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação; Classificação e descrição arquivística como atividades de organização, representação da informação e do conhecimento.	CUSTODIAL

<p>A atuação dos arquivos públicos estaduais do Brasil nas atividades de representação da informação para atendimento da lei de acesso à informação</p>	<p>Renata Ventura</p>	<p>As funções de produção, classificação e avaliação de documentos arquivísticos no software Nuxeo Document Management; Como classificar e ordenar documentos de arquivo; Classificação e avaliação de documentos: normalização dos procedimentos técnicos de gestão de documentos; ; O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação; A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de documentos arquivísticos digitais; A classificação como função matricial do-que fazer arquivístico; Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito.</p>	<p>CUSTODIAL POS CUSTODIAL</p>
<p>Práticas arquivísticas em autarquias de fiscalização profissional: pré-diagnóstico dos Conselhos Federais</p>	<p>Meissane Andressa da Costa Leão</p>	<p>O uso do código de classificação de documentos de arquivos do conselho nacional de arquivos</p>	<p>CUSTODIAL</p>
<p>Desafios da implementação da política pública de arquivos: as funções arquivísticas e o acesso à informação na prefeitura municipal de Vitória, ES</p>	<p>Luiz Carlos da Silva</p>	<p>Records Classification; La Classification; A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais; A classificação como função matricial do-que fazer arquivístico.</p>	<p>CUSTODIAL</p>
<p>Representação arquivística: o papel do CIA e do CONARQ para o desenvolvimento de políticas de descrição</p>	<p>Wanessa Rodrigues Martins</p>	<p>Associação dos arquivistas holandeses. Manual de arranjo e descrição de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.</p>	<p>CUSTODIAL</p>

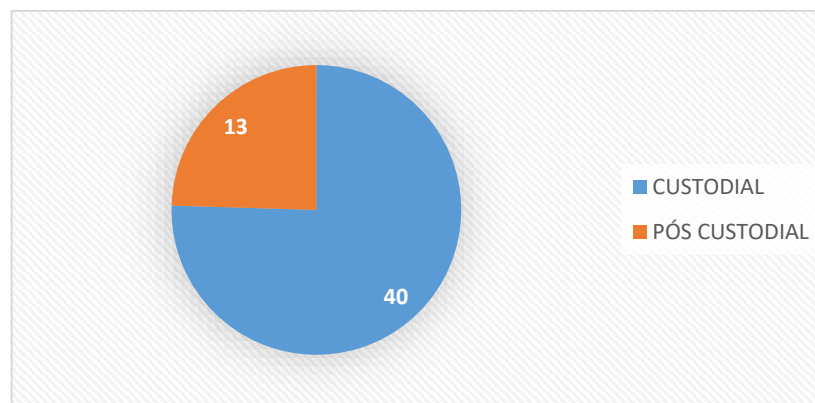
Contribuições histórico-epistemológicas da organicidade como nível de integração teórica da Arquivologia	Camila Daniela Lima de Souza Gomes	La representación y la organización del conocimiento em los archivos: los lenguagens documentales ante los processos de clasificación, ordenación y descripción; A classificação como função matricial do-que fazer arquivístico; Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação.	CUSTODIAL
Fotografias periciais: definição diplomática de documentos imagéticos forenses	Edson Ferreira de Freitas Júnior	Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento; Classificação como função matricial do-que fazer arquivístico; Em busca de um instrumento teórico-metodológico para a construção de instrumentos de classificação de documentos de arquivo.	CUSTODIAL
As funções arquivísticas à luz do princípio da proveniência: um habitus em construção	Ívina Flores Melo	Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação	CUSTODIAL
Organização da informação nos arquivos: estudo crítico	Cléia Márcia Gomes Amaral	Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação; A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico; Teoria da Classificação, ontem e hoje. Review article: classification and universality application and construct	CUSTODIAL POS CUSTODIAL
Arte contemporânea, museu e arquivo: desafios da ciência da informação	Bruno Cesar Rodrigues	Como classificar e ordenar documentos de arquivo.	CUSTODIAL
O documento fotográfico à luz da classificação arquivística: um estudo em teses e dissertações brasileiras	Arlene Aparecida Leandro	A classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus; Em foco a classificação: abordagens conceituais na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia; A noção de classificação na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: abordagens teóricas; Um estudo sobre a classificação de documentos fotográficos em arquivos,	CUSTODIAL POS CUSTODIAL

		<p>bibliotecas e museus; A construção discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição; Perspectivas de renovação em classificação arquivística: novos olhares, velhos métodos; Como classificar e ordenar documentos de arquivo; Classificação em Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito; Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação; Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo; O documento fotográfico na organização do conhecimento: o processo de transcodificação na classificação arquivística.</p>	
--	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Dos 40 trabalhos listados acima nota-se que a Teoria Custodial apresenta-se na maior parte dos resultados (GRÁFICO 1):

Gráfico 1 – Presença das teorias nos trabalhos recuperados



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Na categorização dos trabalhos, percebe-se conforme apresentado, que o fato das pesquisas possuírem a mesma temática, contribuiu para o resultado e corroboram que as Teses e Dissertações estão ligadas ao propósito da pesquisa.

6.1 CLASSIFICAÇÃO NA TEORIA CUSTODIAL DA ARQUIVOLOGIA

Clarice Moreira dos Santos Schmidt (2012) em sua Tese de Doutorado intitulada *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações* chama a atenção para as questões alusivas à teoria e à prática, ou seja, o *Saber arquivístico* (que a autora entende por acepções resultantes da ciência e da disciplina em seus métodos de formação de conhecimento que acabam por constituir as teorias da ciência) e o *Fazer arquivístico* (que a autora entende por conferir desempenho prático de um exercício que ao ser pensado e organizado pode elaborar ferramentas técnicas que tornem mais fácil, melhorem e aprimorem sua execução).

No que se refere às práticas arquivísticas o Manual dos Holandeses foi considerado o início da Arquivologia na área científica, resultado da concepção de representantes de uma associação que tinha por finalidade estudar sobre as dificuldades relacionadas as práticas arquivísticas. O referido Manual aponta o produto de uma metodologia teórica estruturada com o exercício com documentos com especificidade de tempo e contexto (SCHMIDT, 2012).

Costa (2019) aborda que as práxis da Arquivologia advieram da vontade do homem em deixar registrado seus atos e passá-las adiante ao longo do tempo às gerações posteriores. Tais práxis alcançaram seu desenvolvimento por meio de técnicas e métodos organizacionais presentes naquele período.

Desta forma, o Manual dos Holandeses começou um novo *Fazer arquivístico* conduzido por regras, delineando termos baseados em conhecimentos práticos, disseminando noções sobre as práticas arquivísticas, consequência do aprendizado obtido e das observações sobre o *Fazer* (SCHMIDT, 2012).

Em sua Dissertação, Costa (2019) faz o recorte de sua pesquisa em três períodos da Arquivologia: o clássico que abrange o fim do século XIX até metade da década de 1940. O moderno que engloba o meio década de 1940 até metade dos anos 1980. O contemporâneo que compreende a década de 1980 para a frente.

Na teoria, esse primeiro período, que Schmidt (2012) chama de clássico, é a centralização dos arquivos a começar pelos arquivos franceses no Arquivo Nacional, o arquivo como instituição e serviço, o Manual dos Holandeses, os manuais de Eugênio Casanova, Hilary Jenkinson e Adolf Brenneke, a elaboração e disseminação

dos princípios arquivísticos como o da Proveniência e das primeiras escolas de educação e caráter técnico.

Era importante, naquela época, ponderar sobre a distinção das atividades exercidas pela biblioteca e pelo arquivo e refletir sobre a relevância do crescimento da Bibliografia e Documentação sugerida por Paul Otlet. O documento de arquivo, sua organicidade, seu valor probatório e como provável berço da pesquisa histórica era o ponto que convergiam os princípios e funções da disciplina, tendo por finalidade ordenar, conservar e divulgar documentos (SCHMIDT, 2012).

Concomitante a isto, o I Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários (1910 – também conhecido como Congresso de Bruxelas), segundo Schmidt (2012), em relação a área de arquivos, deu ênfase para a História como disciplina imprescindível para compor a educação do arquivista e conferiu notoriedade, após várias discussões e aval dos participantes, ao princípio da Proveniência manifesto no Manual dos Holandeses.

Esse período clássico foi marcado principalmente pela disseminação do princípio da proveniência e seus desdobramentos, do conceito de documento de arquivo e pela idealização do conceito de organicidade, a partir da publicação e divulgação de manuais que passariam a ser considerados clássicos para a Arquivologia (COSTA, 2019, p. 29).⁹

No entender de Schmidt (2012) o estabelecimento do período clássico da Arquivologia, traz o significado de se ponderar na associação entre a teoria e a prática, o *Fazer* e o *Saber*, o destaque aos documentos tidos como históricos, ao arquivo como instituição adentrado em administrações públicas, a expansão dos princípios, a independência em relação a Biblioteconomia, a Paleografia e a Diplomática, a disseminação de manuais, congressos internacionais e a noção de verdade arquivística.

No entanto, para a autora supracitada, a melhor definição deste período é mais pela constituição da área de arquivos cientificamente, por sua consolidação autônoma a começar de suas teorias e práticas para a classificação e a afirmação da verdade arquivística como elemento que a fundamenta, do que pelo Manual dos Holandeses, apesar de toda sua relevância como início do conhecimento científico,

⁹ Apesar de alguns autores, como Ketelaar (2004), entenderem que o manual apenas ofereceu uma metodologia para as práticas arquivísticas e que possui algumas limitações conceituais, consideramos o manual dos arquivistas holandeses como um marco teórico precursor da Arquivologia como área do saber, por manualizar e aperfeiçoar as práticas arquivísticas, além de divulgar princípios e conceitos fundamentais para a Arquivologia, como o princípio da proveniência e a organicidade (COSTA, 2019, p.31).

divulgador das regras de classificação e por dar acesso aos documentos (SCHMIDT, 2012).

E, mesmo considerando a classificação de documentos como de fundamental importância neste momento da Arquivologia, Schmidt (2012) esclarece que “[...] maior relevância para nossa problemática é perceber que neste tempo todas estas questões surgiram, permearam e foram pautadas tendo como centro de análise o objeto de trabalho dos arquivistas, isto é, o documento de arquivo – fundamentalmente em suporte de papel” (SCHMIDT, 2012, p. 135).

Na vertente do pensamento moderno da Arquivologia, Costa (2019) acrescenta que para além do aumento da massa documental após a Segunda Guerra Mundial, o documento de arquivo, objeto de estudo dos arquivistas, tem sua abrangência aumentada para a extensão administrativa, na perspectiva da gestão. Acontece, nesta época, a revelação de distintas terminologias na comunidade arquivística, novos princípios e conceitos são concebidos ou velhos conceitos são adequados aos novos tempos.

Estabelecem-se associações profissionais, periódicos, organizações internacionais como o *International Council on Archives* (ICA). No Brasil, a Arquivologia se consolida institucionalmente precisamente neste tempo moderno, motivada pelas linhas europeias e americanas. Doravante, é regimentada a profissão de arquivista e criadas associações profissionais e os primeiros cursos de graduação no país (COSTA, 2019).

O ciclo vital dos documentos, um dos conceitos basilares da Arquivologia, de acordo com Costa (2019), levantou-se justamente neste período de aumento na produção documental e dos problemas em se gerir e tratar estes documentos. Este conceito constitui a vida documental (documento com vida própria) como a vida biológica de um organismo: começo, meio e fim. Foram desenvolvidas diversas abordagens, em diversos países sobre o ciclo vital dos documentos a datar de 1940.

Nas palavras de Costa (2019) Philip Brooks (1940), é citado na literatura de Arquivologia como o agente da concepção do conceito, apontando que as fases de vida de um documento passam pela criação, arquivamento, avaliação, eliminação ou a preservação deste documento de maneira definitiva. Para o autor, quanto antes a seleção do documento começasse, com a colaboração tanto do arquivista quanto da instituição produtora do documento, todos os envolvidos se beneficiariam.

É importante ressaltar o alicerce de Theodore Roosevelt Schellenberg (1956),

cujos estudos contribuíram para dar forma a vertente moderna. O referido autor explica sua teoria em dois valores: primário (para fins administrativos) e secundários (valor histórico, probatório e informativo dos documentos). Há também uma separação entre as classificações: *records* para o arquivo corrente e intermediários e *archives* para o arquivo permanente, como exemplificação pode-se citar o Plano de Classificação para o arquivo corrente e Quadro de Arranjo para arquivo permanente (SCHMIDT, 2012; COSTA, 2019).

Esta separação trouxe uma diferença entre os profissionais de arquivo. “[...] De um lado os *records managers*, responsáveis pelos documentos de valor corrente e intermediário, e do outro os *archivists*, responsáveis pelos documentos de valor permanente. (COSTA, 2019, p. 51).

Neste contexto, entende-se a importância histórica da classificação e seu papel como possível clareadora da visão das funções e atividades do órgão produtor e suas relações com os documentos. Tem a incumbência de deixar visível os vínculos arquivísticos, os documentos e seus contextos, os princípios e os processos que os descrevem e distinguem Schmidt e Smit (2015).

Diante do exposto sobre a Arquivologia custodial, ao examinar o resultado das buscas representadas nos quadros acima nesta pesquisa, percebe-se que a maioria dos trabalhos analisados têm autores que se dedicam mais à teoria custodial do que a pós-custodial na Arquivologia. Pode acontecer de transitar entre as duas vertentes.

Um exemplo a ser citado na Arquivologia Custodial é o de Janice Gonçalves em seu manual Como Fazer 2- Como Classificar e Ordenar Documentos de Arquivo de 1998.

O presente manual aborda privilegiadamente dois procedimentos técnicos arquivísticos de fundamental importância: a classificação e a ordenação. As reflexões aqui contidas são, como de esperar, produto do contato com a bibliografia da área arquivística, do convívio com profissionais da área e da experiência com o processamento técnico de documentos de arquivo. Daí decorre que as posições assumidas no manual, em relação às diversas questões abordadas, sejam, em muitos aspectos, amplamente compartilhadas, enquanto em outros, não (GONÇALVES, 1998, p.10).

De acordo com Janice Gonçalves (1998) o propósito da classificação é, basicamente, proporcionar a visibilidade das funções e atividades do órgão produtor do arquivo, deixando claro o relacionamento entre os documentos, ou seja, o elo arquivístico. Entende-se, que a classificação é primeiramente lógica e que ao analisar o órgão produtor de documentos arquivísticos, são geradas categorias, classes

genéricas que se reportam às funções e atividades identificadas, sendo ou não configuradas em ordenações próprias como departamentos. A classificação de forma geral é representada em um sistema hierárquico entre as classes e subclasses conhecido como plano de classificação¹⁰.

A autora esclarece que o “[...] procedimento técnico de classificação alcança, portanto, os tipos documentais (identifica-os e articula-os entre si), mas considera sobretudo a forma e as razões que determinaram sua existência (como e por que foram produzidos) [...]”. No caso da ordenação, há a abordagem dos tipos documentais, principalmente sob a ótica das consultas realizadas (GONÇALVES, 1998, p. 13).

Portanto, conforme Gonçalves (1998), sem a classificação, não ficam claros os atributos que tornam os documentos de arquivos próprios e distintos de outros documentos: a organicidade. Não se compreende um documento de arquivo fora de sua produção e sem o elo com seus vínculos orgânicos. Por conseguinte, o entendimento total dos documentos de arquivo por parte de quem os organiza e os consulta, só é possível em decorrência da classificação.

Outro autor citado na pesquisa é Renato Tarciso Barbosa de Sousa, muito conceituado e com vários artigos na área da classificação, dentre outros.

Sousa (2014) defende a classificação de documentos como uma função geradora da prática arquivística e com uma atuação fundamental no que se refere à gestão documental. De acordo com o autor, é praticamente inviável funcionar plenamente as funções de avaliação e descrição, que unidas compõe o coração do exercício arquivístico, sem a classificação. A classificação arquivística não somente oferece a base para outras funções no arquivo, mas ela é primordial e determinante para a conservação do elo arquivístico e para proporcionar acesso tanto aos documentos quanto às informações de um arquivo.

Em relação a tal aspecto, Sousa (2014) lembra que o resultado da avaliação documental é a tabela de temporalidade de documentos e informações. A análise da base desta ferramenta de avaliação permite a percepção que a primeira coluna é

¹⁰ Plano de Classificação ou Quadro do Arranjo? Como decorrência da distinção tradicional de “classificação” e “arranjo”, os esquemas ou quadros gerais que os expressam costumam ser denominados diferentemente: “plano de classificação” (para os documentos de caráter corrente) e “quadro de arranjo” (para os documentos de caráter permanente). Ambos, porém, têm a finalidade de traduzir visualmente as relações hierárquicas e orgânicas entre as classes definidas para a organização da documentação. Vale destacar que, no caso de documentação de caráter permanente, as classes ganham nomes específicos: grupos, subgrupos a séries (GONÇALVES, 1998, p. 14).

constituída pelo reconhecimento da reunião de documentos estipulado pela atividade de classificação dos documentos e informações. Esse modo como é construída. A estrutura da hierarquia, é essencial para agrupar os documentos de arquivo de maneira intelectual e física, o que se torna uma importante informação para a avaliação de documentos.

A avaliação documental não é realizada documento a documento. Ao se agrupar os documentos nas unidades de classificação, obtém-se informações novas que vão auxiliar as tomadas de decisão no que diz respeito aos prazos de guarda e qual o destino que será dado aos documentos. Dessa forma, a avaliação será feita no agrupamento funcional dos documentos, na função que deu origem aos documentos e não documento a documento (SOUSA, 2014).

Concomitante a isto, ao analisar aos campos indispensáveis na elaboração de instrumentos de pesquisa, que é um produto da atividade de descrição conforme a normas vigentes de descrição arquivística, tanto no Brasil quanto fora, nota-se que o primeiro campo a ser preenchido é o da classificação, de acordo com Sousa (2014).

Para conseguir colocar em prática e efetuar a descrição de documentos de arquivo, o ponto de partida são os grupos documentais estipulados pelo processo de classificação e mostrado claramente nas unidades de classificação. “Todos os instrumentos de descrição ou de pesquisa partem das unidades de classificação (fundo, série, subsérie) para descrever” (SOUSA, 2014, p. 4).

A criação do princípio de respeito aos fundos e da ordem original, foi um ponto importante, um divisor de águas nas estruturas e exercícios de classificação de documentos de arquivo. Pode-se aludir, segundo Sousa (2014), que é o começo da transição da classificação espontânea para outra consolidada nas características e particularidades do objeto.

Sousa (2014) reflete que ao verificar as práticas realizadas anteriormente que se respaldavam em atributos que não representavam o documento de arquivo, identifica-se uma grande melhoria, embora até agora existam brechas, o que torna o caminho ainda extenso.

A classificação de documentos de arquivo terá que ser produto de um estudo que possa conseguir dados acerca do alicerce, funções e atividades que as organizações desenvolvem e pelas tipologias existentes de documentos. Levando-se em conta estes dados torna-se viável desenvolver um projeto preparatório para ser considerado de classificação (SOUSA, 1995).

A consequência virá como um plano de classificação para o arquivo corrente, um plano que dê direção à massa documental acumulada ou um quadro de arranjo para o arquivo permanente com uma base que vá do geral para o específico, com agrupamento de informações como séries, subséries, maços e peças organizados com lógica e com títulos que retratem o que está contido no conjunto (SOUSA, 1995).

Aderindo a este sistema é provável preservar o elo arquivístico preservar a ação e o ato que os criaram. Sousa (1995) aborda que a classificação, decorrendo da visão da Arquivística integrada, quando elaborada quando a criação das informações se acumula, afirmaria com segurança não só o respeito à proveniência, como também o acolhimento conseguinte da ordem original. “A elaboração de instrumentos intelectuais que possam ser apreendidos, entendidos e utilizados é uma das principais tarefas do arquivista” (SOUSA, 1995, p. 4).

No entanto, Sousa (2022) comenta que atualmente, todo debate que abranja a teoria e a prática arquivísticas necessita estar inserida nos contextos e acontecimentos observados e iniciados precisamente na década de 1980, mas que se fortaleceram a partir dos anos 1990. O autor se refere ao ambiente digital e seu envolvimento na criação, uso, preservação, acesso, e na parte legal da permissão à informação, transferindo o fazer do arquivista para a organização em relação à memória institucional e o acesso em relação à memória social.

Sob o ponto de vista de Sousa (2022), não pode haver esquecimento sobre os novos hábitos e condutas informacionais, que demandam ferramenta mais aprimoradas que atendam uma série de probabilidades de busca, de modificações nos arquivos, originados pela sensação de se pertencer, incluir, representar, e construir outros modelos e padrões para a área, que aspira atender essa múltipla e heterogênea realidade. Nesse sentido, essas ocorrências possibilitam uma importante repercussão no desenvolver das funções arquivísticas, especialmente a classificação.

6.2 CLASSIFICAÇÃO NA TEORIA PÓS- CUSTODIAL DA ARQUIVOLOGIA

No final da década de 1980 Schmidt (2012) comenta que a Associação dos Arquivistas do Quebec/Canadá enfrentava uma crise nunca vista em decorrência de novas regras surgidas para gerenciar os documentos dos órgãos públicos, políticas e leis de arquivos. A inserção do computador nas rotinas da administração também era um problema. O que estava acontecendo, realmente, era reflexo das exigências que

a informática, a evolução da tecnologia documental, o valor da informação como produto traziam ao profissional de arquivo, que não dispunha de instrumentos e práticas necessárias para trabalhar com a nova realidade, a nova fase do *Fazer* que se desenhava (SCHMIDT, 2012).

Absorvida pelo âmbito digital complexo e sem precisão, a comunidade científica arquivística estava de frente com uma questão nova: seu objeto de trabalho, ou seja, o documento arquivístico, não estava mais vinculado à materialidade, pois seu processo de produção era um sistema informatizado, o que trouxe dificuldade para identificar o princípio da proveniência e relacionamento dos documentos internamente (COSTA, 2019).

Sendo assim, Schmidt (2012) aborda que mesmo o século XX sendo retratado como o período de afirmação e consolidação do *Saber*, os últimos anos trouxeram esta reflexão para área, acerca do papel profissional e social do arquivista. Era preciso lidar com os novos usuários, documentos em novos suportes, além das mudanças ocorridas pela inserção do computador na produção de documentos.

Parafraseando (2019) Costa, para além destas questões, surgiram tendências que começaram a rever o papel social da Arquivologia e entender “a área como subordinada à Ciência da Informação, interpretando que o objeto de estudo deixou de ser o documento de arquivo e passou a ser a informação” (COSTA, 2019, p. 58).

Alguns questionamentos foram apontados por Schmidt (2012):

Mas o que realmente significam para a Arquivologia essas mudanças e as novas tecnologias? Como elas interferem na área a ponto de proclamarem “uma nova era”, “Pós-moderna”, “Pós-custodial”, capaz de anunciar “mudanças de paradigmas”? A existência de inovadores programas e *softwares* capazes de facilitar a recuperação dos documentos? As modernas máquinas de digitalização? O documento eletrônico? Os novos suportes documentais e conseqüentemente as novas maneiras de tratá-los e preservá-los? Os bancos de dados e sistemas informatizados? A importância e o valor da informação e suas diversas maneiras de transmissão e comunicação, já que vivemos na “Era da Informação”? E com isso a “mudança ou alargamento de seu objeto científico”, de documento de arquivo para informação – orgânica – arquivística? (SCHMIDT, 2012, P. 183)

A autora acima citada continua seu pensamento ao salientar que é neste cenário de dúvidas que nasce a Arquivística Contemporânea, um período em que mudanças de ordem social e tecnológica ocorrem, assim como as acontecidas anteriormente e fizeram a comunidade científica da época reexaminar o que havia sido construído até o momento. No entanto, são diferentes as mudanças da fase

Moderna para a Contemporânea: na atualidade se apresenta nas conjunturas da produção de documentos, usos, valores e funções documentais. Cada vez há menos muros, papel ou fronteiras.

E, Schmidt (2012) explica: sem fronteiras pelo seu viés científico que introduzido nas propostas de interdisciplinaridade sintetizados pelo pensar “informacional” e “pós-moderno”. Sem muros, porque os arquivos, compreendidos como uma instituição ou serviço guardem cada vez menos documentos físicos, atendam usuários não presenciais utilizando-se da internet, banco de dados e das redes para executar seu trabalho. Por fim, sem papel porque o resultado da produção de documentos pela informática foi alterado consideravelmente.

O que não pode deixar de ser questionado é como as funções, princípios, teorias estão incorporadas neste debate, como se pensa sobre eles, como são revistos, ampliados, negados, rejeitados, adaptados ou, quem sabe, alterados. Schmidt (2012) discorre que alguns destes movimentos que surgem na área científica professam um paradigma da área que se separe das abordagens “Tradicionais” e “Custodiais”, que têm o foco voltado nos documentos em suporte físico e nos documentos considerados históricos (basicamente com sua produção em âmbito público) e requerem os cuidados quando chegam ao arquivo.

Desse modo, no que se considera “Pós-moderno” ou “Pós-custodial”, o olhar volta-se para a informação e os processos de produção de documentos, o arquivista teria uma ação antes deste documento estar no arquivo, uma “Macroavaliação”, a não materialidade do documento de arquivo. Schmidt (2012) afirma que não considera a continuidade de dois paradigmas que se excluam, mas que pode haver uma disputa entre as diferentes interpretações dentro da área científica da Arquivologia, de forma trivial, na divergência entre “Custodia” e “Pós-custodial”.

Decorrente de um período chamado “Era da Informação”, a Arquivística Integrada traz um prisma de uma nova Arquivologia nova, que integra e engloba, estabelecida no campo da C I. Seu objetivo é administrar a informação orgânica, o que ultrapassa a gestão de documentos e, por conseguinte, tem a função primordial de disseminar informações e ajudar na tomada de decisões (COSTA, 2019).

Destaca-se, no entanto, que essa concepção de unir todo o fazer arquivístico e integrar todas as etapas do ciclo de vida dos documentos difere do modelo *records continuum*. Costa (2019) explica que a Arquivística Integrada considera o entendimento das três fases/idades documentais, propondo uma associação entre

elas. O modelo *records* possui características simultâneas, não é sequenciada, não tem divisão de fases/idades.

Corroborando com este pensamento, Schmidt (2012) acrescenta que o *Continuum* se fundamenta sobre quatro eixos em constante interação: a produção, reunião, organização e acesso dos documentos arquivísticos, compreendendo, desta forma, uma ininterrupta gestão documental, a começar pela criação do documento. A proposta australiana tem a percepção da gestão de documentos como um todo e que o profissional arquivista trabalha com os documentos desde os procedimentos de sua criação e não somente quando estes chegam ao arquivo.

Essa teoria desfaz a conceituação de custódia, que seria em sua visão, a obrigação da manutenção e conservação dos documentos em um espaço físico e próprio, pelo arquivista. No entanto, o *Continuum* traz a participação do arquivista na estruturação do processo que dará origem ao documento, colaborando para que seu início seja fundamentado em parâmetros estabelecidos anteriormente (SCHMIDT, 2012).

Além disso, o Continuum preocupa-se com os variados fins que uma informação ou documento possa vir a ter acerca da manutenção do valor probatório, “do registro de transações e suas integrações, aumentando a definição de arquivo para uma entidade lógica, sendo mais uma representação intelectual do que necessariamente uma materialização” (SCHMIDT, 2012, p. 190).

Na perspectiva da Arquivologia Integrada, ao efetuar sua função visando a gestão da informação, essa “nova Arquivística” tem a pretensão de incorporar as fases do ciclo vital dos documentos, assegurando unificação em todo o fazer arquivístico, no qual a classificação pode acontecer em qualquer fase deste ciclo. Nessa visão integralizada e de informação “a abordagem rejeita a separação entre *records* e *archives* e tem como objetivo considerar simultaneamente o valor primário e secundário dos documentos” (COSTA, 2019, p. 59).

O autor supracitado cita Rosseau e Couture que acreditam que o princípio da proveniência é o fundamento teórico da Arquivologia e é a lei que rege todas as ações arquivísticas. Os referidos autores ponderam que a proveniência se fraciona em duas fases, respeito aos fundos e à ordem original. A primeira fase consiste em agrupar todos os documentos gerados ou recebidos por uma entidade ou pessoa física no decorrer de suas atividades. A segunda, ordena que os documentos de um fundo de

arquivo fiquem em um espaço que necessita ser respeitado ou restabelecido, se houve uma mudança na ordem original por algum motivo.

A seguir, surgem os conceitos de informação orgânica, gerada, enviada ou recebida no decorrer das atividades e missão da organização. A informação não orgânica é a gerada fora do contexto organizacional, existindo em bibliotecas e centros de documentação, na forma de banco de dados, dossiês temáticos e publicações (COSTA, 2019).

Surgindo de um ponto de vista pós-moderno, Costa (2019) chama a atenção para nome “Arquivística Funcional” que se alicerça no estudo funcional do procedimento de produção documental. O objetivo dessa interpretação é o “contexto por trás do texto”. O que se considera é examinar quem, por que e como produziu, além de conhecer qual o propósito por trás da produção do texto. Distinto da Diplomática Arquivística/Contemporânea, essa observação começa pela percepção do autor para o documento, e não o contrário, possibilitando o entendimento do processo, atividades e função que o criou.

Schmidt (2012) relata que a Arquivística Funcional emergiu no Canadá no final da década de 1980, à princípio pelo pensamento de Hugh Taylor, posteriormente aprofundada por Terry Cook, um dos mais importantes na área.

Nesse quadro de novas fórmulas, interpretações e transição de paradigmas no que concerne à organização do conhecimento arquivístico, uma nova corrente surgiu no Canadá inglês, conforme Tognoli (2020): a Arquivística Funcional ou Pós-moderna, da qual o foco é resguardar e reconsiderar os princípios, conceitos e métodos fundamentais da disciplina, com o intuito de adaptação e sobrevivência no mundo atual.

O novo paradigma traz uma mudança no fazer arquivístico. Os documentos saem de um contexto físico e sem mobilidade para a dinamicidade da realidade eletrônica, onde os profissionais de arquivo atuam efetivamente na construção da organização e da memória humana. No novo paradigma, os documentos estão inseridos dentro de redes que possuem um movimento horizontal, desempenhando corretamente o trânsito contínuo do trabalho (COOK, 2012).

Dito de outra maneira, o discurso arquivístico teórico é a mudança do produto para o processo, da estrutura para a função, dos arquivos para o arquivamento, do documento para o seu contexto; do resíduo “natural” ou subproduto passivo da atividade administrativa para a conscientemente construída e ativamente mediada “arquivização” da memória social (COOK, 2012, p.125).

Baseado nas mudanças do mundo, Cook (2012) acredita que os princípios basilares da Arquivologia só serão preservados se houver um desvencilhar do que hoje se interpreta, se executa e se põe em prática. Pode parecer paradoxal se pensar em um novo paradigma e continuar recomendando aos arquivistas continuarem seus estudos no conhecimento e teorias tradicionais e fundamentais da Arquivologia. Na visão do autor, não há uma mudança absoluta, radical em relação aos princípios basilares arquivísticos. No entanto, Cook (2012, p. 126) comenta que “[...] os resultados de pesquisas realizadas por arquivistas preocupados com estes fundamentos tradicionais, são agora tão diferentes das suposições que dominaram a profissão durante a maior parte dos dois séculos passados, que eu acredito que uma mudança de paradigma está realmente ocorrendo”.

Como resultado deste desenvolvimento, a Arquivologia deve agora encontrar inspiração nas análises funcionais dos processos de criação dos documentos e da teoria social contemporânea, em vez da organização e descrição dos produtos registrados encontrados nos arquivos. Como Eric Ketelaar¹¹ concluiu “a Arquivologia Funcional substitui a Arquivologia Descritiva... Somente através de uma interpretação funcional do contexto que circunda a criação de documentos, pode-se entender a integridade dos fundos de arquivo e das funções dos documentos de arquivo no seu contexto orgânico original” (COOK, 2012, p. 143)

Diante do exposto, para este novo tempo pós-moderno, Cook (2012) acredita que a Arquivologia deveria rever as suas normas de estudos referentes às características e atributos relacionados aos documentos individuais e séries documentais. A análise seria feita sobre as funções, processos e transações que criam documentos e séries. O olhar se voltando para os procedimentos criadores ao invés de produtos, os conceitos teóricos basilares acerca dos arquivos conseqüentemente mudarão. No quadro abaixo são apresentadas oito sugestões que o autor elaborou e que sintetiza os seus pressupostos, expostos de forma sucinta no texto acima.

¹¹ Eric Ketelaar, “Archival Theory and the Dutch Manual”, *Archivaria* 41 (Primavera de 1996), 36, reimpresso em Eric Ketelaar, *The Archival Image Collected Essays* (Hilversum, 1997): 62-63.

Quadro 7 – Recursos tecnológicos para Arquivologia

PRINCÍPIOS	NOVAS FORMULAÇÕES
1 - Princípio da Proveniência	O Princípio da Proveniência muda sua forma de conectar os documentos diretamente com um único lugar de origem, numa estrutura organizacional hierárquica tradicional, para se tornar um conceito virtual e mais elástico, refletindo aquelas funções e processos do produtor que causaram sua criação, dentro e através de organizações em evolução constante, interagindo com usuários em constante mudança, refletindo culturas organizacionais e gerenciais diferentes, e adotando frequentemente convenções idiossincráticas de interação humana e de trabalho, apropriadas organizações planas, horizontais e (frequentemente) de curto prazo. A proveniência, em resumo, está vinculada à função e à atividade em vez da estrutura e o lugar. Torna-se virtual em vez de física.
2 - Ordem Original	A Ordem Original muda sua forma de manutenção da localização física inicial dos documentos num sistema de registro ou classificação, para a intervenção conceitual do software, onde partes dos documentos estão armazenadas aleatoriamente, sem nenhum significado físico e depois são intelectual ou funcionalmente recombinadas, de maneiras diferentes, para propósitos diferentes, em tempo e lugares diferentes, em diversos tipos de ordem, para usuários diferentes. As ordens refletem usos múltiplos em processos de trabalho mais do que em disposições físicas de objetos registrados. Uma simples “peça” de dados pode ser ordenada de múltiplas formas para refletir usos diferentes para usuários diferentes.
3 - Documentos Arquivísticos (Record)	As três partes que compõem qualquer Documento Arquivístico – a estrutura, o conteúdo e o contexto – que tradicionalmente eram assentadas num meio físico único – pergaminho, papel ou filme – estão agora divididas em armazenagens de dados separados e talvez em programas de software diferentes. Um documento, assim, deixa de ser um objeto físico para virar um “objeto” conceitual de informação, controlado por metadados, que virtualmente combina conteúdo, contexto e estrutura para fornecer evidências de atividade ou função de algum criador. Além disso, como seu uso e o contexto muda ao longo do tempo (incluído uso de arquivo), os metadados mudam e o documento e seu contexto são continuamente renovados. Eles já não são fixos, mas dinâmicos. O documento arquivístico não é mais um objeto passivo, um “registro” de uma evidência, mas um agente ativo desempenhando um permanente papel nas vidas dos indivíduos, organizações e da sociedade.
4 - Fundos Arquivísticos	Os Fundos Arquivísticos, analogamente, mudam de um reflexo de alguma ordem física estática baseada em regras decorrentes da transferência, arranjo ou acumulação de grupamentos de documentos, para uma realidade virtual de relacionamento que reflete um produtor múltiplo dinâmico e uma autoria múltipla focada na função e na atividade, que capture com maior precisão a contextualidade dos documentos arquivísticos no mundo moderno.
5 - Arranjo e descrição	Estarão menos concentradas em entidades e grupos de documentos físicos, que não significam nada para a mídia eletrônica de qualquer maneira, e em vez disso desenvolverão (e compartilharão com os pesquisadores) entendimentos contextuais enriquecidos pelos múltiplos inter-relacionamentos e usos do meio social de sua criação, bem como a incorporação de um sistema de documentação arquivística relacional e metadados funcionais do produtor às ferramentas descritivas do arquivo permanente).

6 - Avaliação	Continuará a mudar deixando de ser uma avaliação documental com base no seu valor potencial de pesquisa, para virar uma análise de macro avaliação das funções, programas e atividades sociais do produtor, e a interação cidadã com elas e, a seguir, a seleção mais sucinta para preservação e acesso contínuo que reflita essas funções, e a busca de (ou criação?) fontes do setor privado ou orais e visuais para complementar registros institucionais oficiais, usando a mesma lógica funcional. A Avaliação estabelece “valores” através da teoria social baseada na narrativa contextual da criação e não no conteúdo. Ela prestará o mesmo cuidado às vozes marginalizadas e até silenciadas que aos textos poderosos e oficiais, e procurará por provas de governança mais do que de governo.
7 - Preservação	Irá, como dissemos antes, não mais focar na reparação, conservação e salvaguarda do meio físico em que estava o documento, mas em vez disso se concentrará em migrar ou emular continuamente os conceitos e inter-relações que agora definem os documentos virtuais e fundos virtuais para novos programas de software. (É claro, a conservação e o reparo tradicionais continuarão para o legado documental de séculos passados).
8 - Arquivos (Archives)	Propriamente ditos como instituições irão passar gradualmente de lugares de armazenamento de documentos velhos, que pesquisadores precisam visitar para consultar, para se tornar virtuais “Arquivos sem paredes”, existentes na internet para facilitar o acesso ao público à milhares de sistemas interligados de manutenção de documentos, tanto aqueles sob o controle dos Arquivos quanto aqueles deixados sob a custódia dos seus criadores ou outros arquivos

Fonte: elaborado pela autora com base em Cook (2012, p. 144-146).

Concluindo seu pensamento, Cook (2012) aponta que todo este processo de mudança distancia o foco da teoria e prática da Arquivologia do documento arquivístico e o impele a uma diretriz concernente ao propósito de criação ou processo ou função posterior ao registro. Inserido neste mundo novo, a parte fundamental do fazer arquivístico se concentraria em deixar claro o contexto funcional e estrutural dos documentos, seu desenvolvimento e a elaboração de sistemas de conhecimento aptos na captura, recuperação, exibição e compartilhamento desta informação que se inicia de maneira conceitual como fundamento de toda tomada de decisões em arquivos, a começar da proposta do sistema de avaliação na frente, até o estabelecimento de um plano público e ações de disseminação depois.

Processo em vez de produto, se tornando em vez de ser, dinâmico em vez de estático, contexto em vez de texto, refletindo tempo e lugar em vez de absolutos universais: são estas agora as palavras de ordem pós-modernas para analisar e entender ciência, sociedade, organizações e atividades empresariais, entre outros (COOK, 2012, p. 147).

Ao encontro desse pensamento pós-moderno, destacam-se dois autores: Natália Bolfarini Tognoli e Thiago Henrique Bragato Barros. Os referidos autores,

juntos, escreveram um artigo acerca da classificação arquivística intitulado Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição.

Neste artigo, Tognoli e Barros (2015) apontam que as atividades de classificação e descrição organizam o conhecimento arquivístico e fazem uma comparação com as atividades de classificação, indexação e catalogação nas bibliotecas que possuem o mesmo objetivo: organizar o conhecimento.

Considerada como uma atividade limítrofe, na proporção que cria um elo em relação à gestão, acesso e preservação dos documentos dentro do arquivo juntamente com a descrição, a classificação precedeu as outras atividades no que concerne ao conceito, tanto na teoria quanto nas práticas arquivísticas que se expandiram a datar do século XIX. Os princípios da proveniência e ordem original, basilares da Arquivologia, se estabelecem ao final do século XIX como alicerces para a organização arquivística (TOGNOLI; BARROS, 2015).

Simultâneo a um acentuado avanço da disciplina, a partir da década de 1950, verifica-se um rompimento que permanece, no decorrer do tempo até os dias de hoje. Refere-se ao fato que há uma separação de determinados conceitos e atividades, dependendo da fase em que se encontram estes documentos (TOGNOLI; BARROS, 2015).

Uma das instituições responsáveis por esse acontecimento é o Arquivo Nacional Americano, centralizado na figura de Theodore R. Schellenberg, que difundiu e popularizou seus métodos, separando a classificação como uma atividade típica de arquivos ativos o arranjo aos arquivos permanentes, dando início de uma ruptura sistemática na disciplina. Observa-se que anteriormente não existia uma diferença entre essas funções, e o uso mais corrente era do termo arranjo para designar coisas que, para a arquivística americana, depois de década de 1950, são diferentes (TOGNOLI; BARROS, 2015, p. 96).

A classificação por funções é na atualidade, ao mesmo tempo, “o trunfo e o simulacro da arquivística”, visto que alguns autores têm essa visão para a atividade de classificar de acordo com Tognoli e Barros (2015) que citam, como exemplo, “Shepherd and Yeo (2003, tradução nossa) Esquemas de classificação são baseados na análise das funções, processos e atividades”(SHEPHERD; YEO, 2003 apud TOGNOLI; BARROS, 2015, p. 96-97).

Leva-se em conta que algumas funções desempenhadas por certas atribuições, possibilitam a identificação dos documentos em sua proveniência e atividade. Essas atividades, atribuições e funções são relevantes sustentações para

determinar a classificação arquivística em conjunto com a prática do princípio da proveniência (TOGNOLI, *et al.*, 2017).

Mendo Carmona (2004, p. 43, tradução nossa) faz uma definição de função: “[...] a função é a capacidade de atuação de órgãos e concretiza-se em cada uma das atividades e tarefas materiais, técnicas ou de prestação de serviços que preparam o exercício das competências”. Tognoli (*et al.*, 2017, p. 67), conclui que a “[...] as atribuições são capacidades de impor atos administrativos ou de decisão rápida respeitando a política específica da organização”.

Ao fazer um resumo, Tognoli (*et al.*, 2017) entende a atribuição na qualidade de um cargo em uma organização; a função na qualidade do agir necessário para que se cumpra a atribuição; e as atividades como as práticas exercidas pelas referentes funções.

O plano de classificação deve ser capaz de refletir, portanto, as estruturas e as funções do órgão produtor, bem como as atividades representadas pelos documentos. Para tanto, os princípios norteadores da área deverão ser seguidos.

Na concepção de Tognoli e Barros (2015) a classificação é uma atividade que gerencia e planeja os arquivos e as órgãos geradores dos documentos. Concomitante a isso, o plano de classificação deve estabelecer os relacionamentos ente os documentos, entre as pessoas e os documentos, tornando, desta maneira, um instrumento de utilidade que proporciona facilidade para a descrição e avaliação dos documental. “Assim, a classificação funciona como a base para todos os processos de organização de arquivos e evidentemente para a representação do conhecimento arquivístico” (TOGNOLI; BARROS, 2015, p. 97).

No tocante ao pós-moderno na Arquivologia, a referida autora discorre em seu artigo: a Arquivística Funcional e sua Contribuição para o Desenvolvimento de uma Disciplina Contemporânea que uma nova cena se desenha referente a reformulações e reinterpretações, mudanças de paradigmas acerca da OCA. A corrente Arquivística Funcional ou Pós-moderna surgida no Canadá inglês com propósito de argumentar e trazer novos pensamentos sobre os procedimentos, princípios e teorias fundamentais da disciplina, no intuito que essa se adapte e sobreviva no tempo contemporâneo (TOGNOLI, 2012).

A Arquivística Funcional, pelos arquivistas canadenses, traz como conjunto de condições um novo encontro com o princípio da proveniência, no momento em que se alça o princípio basilar da Arquivologia ao nível de “salvador”, e sua nova

descoberta e interpretação é essencial para o entendimento dos procedimentos criadores e organizadores dos registros e conjunto de circunstâncias que geraram estes documentos (TOGNOLI, 2012).

Torna-se imprescindível que os profissionais da informação se conscientizem da necessidade de um novo paradigma, oriundo das transformações sociais, profissionais e tecnológicas ao longo destes últimos anos. Dessa forma, o arquivista tem uma importante função ao rever o papel da informação nos ambientes institucionais públicos e privados em que o direito à informação está em evidência de maneira categórica e indiscutível (TOGNOLI, 2012).

Ao expor uma ruptura de paradigma, Taylor (1987) os arquivistas do Canadá permitem espaços para os debates acentuados voltados para uma área não aberta às discussões, de acordo com Tognoli (2012), visto que até o momento tanto o princípio da proveniência como as características de um documento arquivístico eram considerados intactos.

Considera-se que a sociedade está inserida, atualmente, em mundo pós-moderno, logo todo o pensar arquivístico sofre a influência pós-moderna a iniciar pela noção de documento de arquivo, que até este tempo, tem a defesa pelos modernos arquivistas como um simples resultado imparcial de uma ação da administração (TOGNOLI, 2012).

Esse cuidado em definir o conceito de documento arquivístico pós-moderno—cujo registro é gerado de forma eletrônica—, “identificar sua natureza e seu contexto é uma forte característica do pensamento arquivístico funcional, que passa a entendê-lo como uma entidade construída e mantida socialmente (TOGNOLI, 2012, p. 25).

Nesse cenário, se faz essencial reexaminar os fundamentos e métodos da disciplina, para entender os novos procedimentos de organização e produção da informação arquivística, baseando-se no núcleo das pesquisas dos arquivistas canadenses, que se esmeram e trabalham rumo ao que eles denominam de redescoberta do princípio da proveniência (TOGNOLI, 2012).

O princípio deixa, então, de ser estático e passa a ser um princípio dinâmico e funcional, que condiz muito mais com a realidade organizacional em que a estabilidade estrutural desapareceu, e podendo ser utilizado com muito mais valor na era dos documentos eletrônicos, com a dinamicidade caracterizando os processos de criação dos registros (TOGNOLI, 2012, p. 23).

Tognoli (2012) ressalta que felizmente, as concepções de Terry Cook, não estabelecem limites ao âmbito do Canadá e podem ser adotadas em realidades diferentes, como por exemplo Austrália e Nova Zelândia, locais em que as pesquisas de Cook se espelham em propostas de gestão e preservação de documentos em arquivos organizacionais.

Sob o ponto de vista da autora, é relevante a disseminação dos conceitos e pesquisas acerca da Arquivística Funcional e, por conseguinte, de Terry Cook, no Brasil, lugar em que o legado e a prática arquivística europeia se faz predominante, o que dificulta uma noção mais social, dinâmica e participativa da Arquivologia na sociedade (TOGNOLI, 2012).

Barros (2013) corrobora com a autora ao comentar as interpretações que existem acerca das teorias e práticas de classificação empregadas no Canadá e Austrália, que, na atualidade, são os dois países agentes pelas mudanças e renascimento na teoria da disciplina, no que se refere não somente à classificação, mas envolve, da mesma forma, avaliação e descrição.

Contudo, Barros (2013), ressalta que o Brasil deve aprender com os erros destes países, para não os repetir, uma vez que o número de arquivistas e a atenção das instituições públicas e privadas tem crescido no país. São importantes as discussões sobre novos princípios e padrões concernentes ao desempenho e reavaliação dos conceitos e concepções que se utilizam ao realizar a classificação arquivística.

Essas discussões devem acontecer devido a uma outra realidade documental e administrativa atual, diferente do que era prático e funcional na década de 1990 ou pela mudança profunda do uso de desktops nos contextos administrativos. “Passa-se hoje por um novo momento na produção de documentos com o uso massivo e irreversível das tecnologias multimídia e de cooperação virtual por meio de redes sociais, blogs e uma gama diversa de ambientes e plataformas” (BARROS, 2013, p. 125-126).

Nas palavras de Tognoli (2012, p.33):

É importante ressaltar que as ideias defendidas pela Arquivística Funcional propõem uma ruptura salutar na área, contribuindo para um aprofundamento das questões epistemológicas da Arquivística, por meio da reinterpretação e renovação de conceitos e princípios básicos enunciados nos séculos passados. Entender as razões pelas quais um documento é criado, quem o produziu e qual sua intenção, assim como seu ciclo vital – do momento em que nasce até quando é eliminado ou

recolhido, quem o recolhe e por que –, são fatores essenciais para que os documentos possam ser contextualizados na sociedade que os produz e os utiliza.

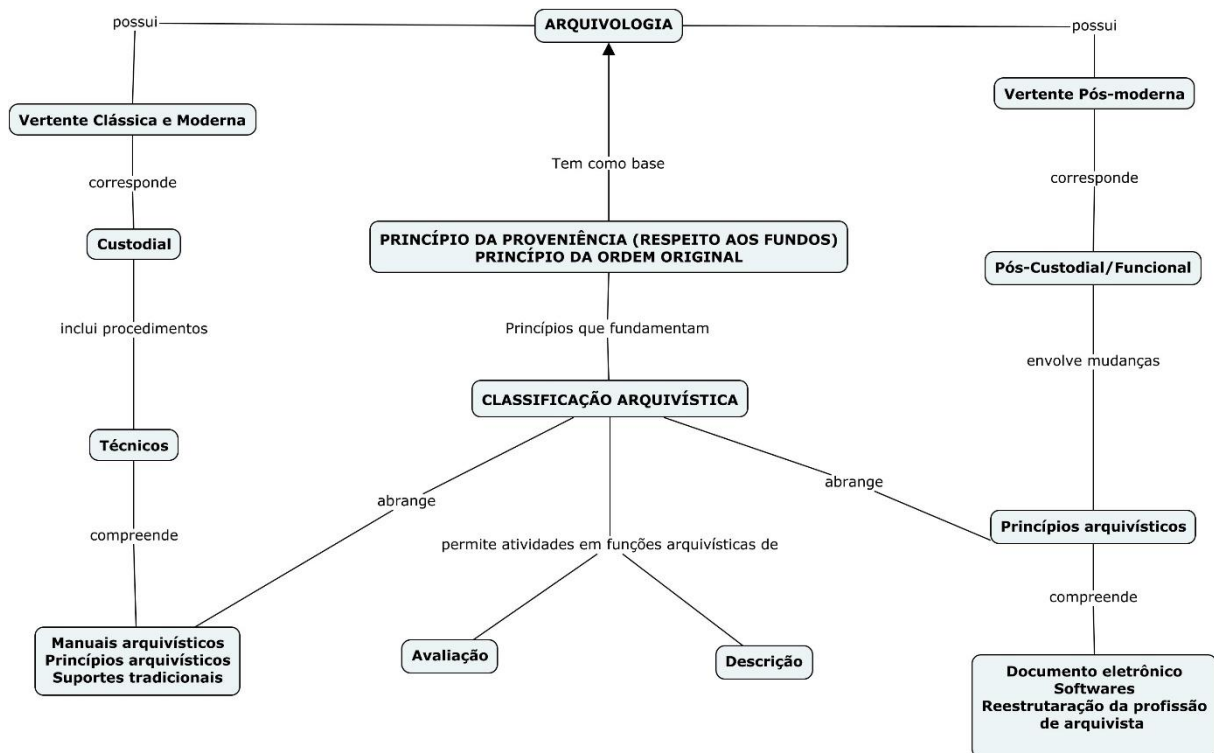
“Processo ao invés de produto, tornar-se ao invés de ser, dinâmico ao invés de estático, contexto ao invés de texto, refletir tempo e lugar, ao invés de verdades absolutas” (COOK, 2001a, p. 24 apud TOGNOLI, 2012, p. 33). Novas expressões em que se baseiam as ideias e reestruturações projetadas pela Arquivística Pós-Moderna, e que deve ser escolhido e aplicado pela Arquivologia atual com o propósito de compreender e se preparar para as mais variadas realidades manifestadas ao profissional de arquivo deste novo século (TOGNOLI, 2012).

Diante da exposição dos autores acerca da classificação arquivística, suas bases teóricas e metodológicas, foi elaborado um mapa conceitual, baseado no contexto desta pesquisa, de forma sucinta.

Ao entender que a classificação em Arquivologia é fundamentada pelos princípios de proveniência (respeito aos fundos) e ordem original, buscou-se construir relações possíveis entre os conceitos, para um melhor entendimento e absorção deste fazer arquivístico voltado para o tratamento documental, seja em qual abordagem ele se encontra.

A partir da visualização do mapa conceitual, tem-se um breve vislumbre do percurso da Arquivologia e de suas abordagens. A intenção, ao construir este mapa conceitual, para além de visualizar as relações, é permitir que qualquer pessoa ao se deparar com este esquema, possa ter um mínimo entendimento dos vínculos formados e a percepção que as duas abordagens estão interligadas.

Figura 1 – Mapa Conceitual Arquivologia e classificação



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Por meio da realização do trabalho, percebe-se que, por se tratar de um assunto complexo, a classificação na Arquivologia Custodial e Pós-Custodial, ainda não foi discutida de forma abrangente e conclusiva. Observa-se que os vários textos estudados neste assunto, trazem a percepção da importância tanto da parte tecnicista quanto da era digital. Os resultados analisados evidenciam que apresentar estudos e discussões sobre o tema é importante para se compreender como se constitui a ORC em Arquivos.

Desse modo, acredita-se que as relações abordadas independente de nomenclaturas, deixam claro que para além das funções administrativas e históricas reconhecidas e validadas no decorrer do desenvolvimento da Arquivologia em sua prática, organizar e representar o conhecimento por intermédio da classificação possibilita uma construção social, onde o usuário, em seu direito como cidadão, acessa o conhecimento organizado, representado e de fácil acesso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classificação é a atividade intelectual que possibilita a organização e ordenação dos documentos de arquivo, desdobrando-se em classes, séries, subséries de acordo com as atribuições, funções de cada instituição, seja ela pública ou privada, ou de uma pessoa no caso de um arquivo pessoal.

Pode-se entender que a classificação também é uma atividade física, já que após o processo de classificação, os documentos são arquivados em locais específicos, conforme sua ordem.

Esta pesquisa teve como objetivo geral apresentar a classificação arquivística no âmbito da ORC mediante as abordagens custodial e pós-custodial a partir da Análise de Conteúdo. Para tanto, selecionou-se Teses e Dissertações registradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Em virtude do grande número de documentos, optou-se por um recorte temporal de 10 anos, a datar do ano de 2011 até o ano de 2021. Dessa forma, o corpus desta pesquisa foi constituído pelas produções publicadas durante este período e que coadunavam com o tema escolhido.

Este trabalho é de natureza básica, abordagem qualitativa e com procedimento técnico bibliográfico. A revisão de literatura acerca da classificação arquivística possibilitou uma clareza em relação ao conceito, desenvolvimento e de como a classificação arquivística foi se estabelecendo e firmando no percurso da Arquivologia.

A Arquivologia, diferente da Biblioteconomia e Museologia, é regida por princípios que fundamentaram a sua estrutura e são essenciais para que os documentos de arquivo sejam tratados, organizados, preservados e disponibilizados para acesso de maneira segura e com a confiabilidade exigida quando se trata de documento.

É por intermédio da classificação que se torna possível ter a noção das funções e atividades de uma instituição e identificar o elo existente entre os documentos, tendo como base conceitual e metodológica, os princípios da proveniência (respeito aos fundos) e da ordem original. O resultado da organização e representação do conhecimento pelo processo classificatório, é o plano de classificação.

O primeiro objetivo específico: expor as teorias da classificação arquivística em teses e dissertações brasileiras, foi abrangido pelo levantamento dos documentos e escolhas das palavras-chave para o refinamento das pesquisas.

O segundo objetivo específico: caracterizar as teorias nas abordagens Custodial e Pós-Custodial nos trabalhos recuperados foi alcançado pela revisão de literatura e análise das teorias da classificação arquivística por intermédio das abordagens Custodial e Pós-Custodial. As teorias expostas pelos diversos e conceituados autores como Renato Tarciso Barbosa de Sousa, Natália Tognoli, Rodrigo Sales, Thiago Henrique Bragato Barros, entre outros, trouxeram o aporte teórico necessário para compreensão do processo de classificação, suas bases e desenvolvimento.

O terceiro objetivo específico: refletir sobre as relações da ORC a partir das abordagens Custodial e Pós-Custodial da Arquivologia também foi contemplado. Categorizadas e elencadas as categorias a partir da análise de conteúdo, foi possível identificar as teorias os autores em cada abordagem.

Ao término deste trabalho, para clarificar as considerações finais, resgata-se o problema de pesquisa: Como a classificação arquivística, compreendida pelo viés da ORC, caracteriza-se nas abordagens Custodial e Pós-Custodial da Arquivologia? Chega-se à conclusão de que a resposta para esta questão foi apresentada no decorrer da construção teórica do texto e das análises levantadas acerca da classificação arquivística e das abordagens da Arquivologia.

Entendeu-se, portanto, que a classificação em arquivos, baseada no alicerce dos princípios arquivísticos, é uma atividade importante na organização do conhecimento arquivístico, por dar base para as funções de avaliação e descrição, ao demonstrar, por meio do plano de classificação, o relacionamento entre os documentos e assim, representar o conhecimento.

A despeito da Arquivologia ser de abordagem Custodial ou Pós-Custodial, não é essa a discussão nesta pesquisa, ao apresentá-las mesmo que de forma resumida, procurou-se compreender o percurso histórico da Arquivologia, a construção das suas teorias e como o seu desenvolvimento influenciou no processo de classificação.

A classificação percorre todas essas abordagens, vertentes, correntes da Arquivologia, como uma atividade fundamental no tratamento e organização do documento e vai refletir a instituição em sua época e contexto. As mudanças ocorridas com o surgimento do documento eletrônico/digital são reais, assim como a mudança

da sociedade.

Discutir e aprimorar teorias acerca da classificação arquivística, se faz importante no sentido de se adequar ao conceito de documento de arquivo e assim realizar dentro de cada contexto, seja ele no suporte físico ou digital, a organização e representação do conhecimento arquivístico.

Como resultado espera-se que a partir deste estudo, outros possam surgir no intuito de refletir teorias e metodologias a fim de compreender a Organização e Representação do Conhecimento nas ações e sistemas que organizam e representam o conhecimento no contexto arquivístico, com conceitos e classificação conforme suas características.

Um adendo se faz importante nas considerações finais dessa pesquisa: seu início aconteceu justamente no mês e ano em que o mundo parou em consequência da pandemia da Covid-19. O período pandêmico impactou diretamente a economia e a desigualdade já existente tornou-se ainda mais evidente em contextos com alta vulnerabilidade como empregos sem especialidade e menor/falta ao acesso à tecnologia.

O isolamento social e físico ocasionou além de transtornos mentais gerados pelo estresse e pela insegurança generalizada, a destituição de ações cotidianas, de integração ao meio físico e social, onde o sujeito se sente inteiro e o seu desenvolvimento se processa. O coletivo e o cooperativo é renovador.

Essa crise sanitária, política e econômica se configurou também na produção científica. Indiretamente, houve uma perda em relação ao aprendizado, limitado às aulas remotas e orientações online, que dependiam de alguns fatores como ter acesso a computadores que pudessem responder às novas atividades, qualidade no sinal de internet e um ambiente propício ao estudo. Cumprir todos estes requisitos mínimos, nem sempre foi possível.

Leva-se em consideração um fator importante e digno de crédito: uma sobrecarga maior direcionada à mulher, com dificuldades em realizar suas atividades de pesquisas remotamente, devido ao cuidado com os afazeres domésticos e a família, o que prejudicou a atenção e a produção e afetou os prazos estabelecidos.

Tornou-se, portanto, um desafio concluir esta pesquisa. Ao finalizá-la, com um sentimento bom de dever cumprido, agradece-se à CAPES pelo fomento, incentivo pelo qual foi possível a realização desse estudo e pela compreensão sobre o difícil momento passado pelos pesquisadores durante a pandemia da Covid-19.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. F. SILVA. **Representação da Informação Arquivística: diálogos e conexões interdisciplinares.** 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/859>. Acesso em: 10 out. 2022.

ALBUQUERQUE, A. C. de. Pressupostos para uma discussão acerca das interlocuções entre a classificação arquivística, a teoria da classificação e a teoria do conceito. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 17, 2016, Bahia. Anais [...].* Bahia, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4142>. Acesso em: 01 out. 2021.

ALBUQUERQUE, A. C. de. **A classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus.** 2012. 287 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103378>. Acesso em: 22 out. 2021.

ALENCAR, M. F. **Organização e Representação do Documento na Arquivística: abordagens para a construção de tesouros funcionais.** 2017. 109f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000215743>. Acesso em: 21 ago. 2021.

ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N. Organização e representação do conhecimento arquivístico: em busca de um método para construção de tesouro funcional. **Em Questão**, v. 25, n. 1, p. 368-389, 2019. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/107120>. DOI: 10.19132/1808-5245251.368-389 Acesso em: 21 jul. 2021.

ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N. A semântica na organização do conhecimento arquivístico: o caso dos tesouros funcionais. In: BARROS, T. H. B; TOGNOLI, N. B. (org.). **Organização do Conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas.** Estudos avançados em Organização do Conhecimento, v. 5. Belém: Ed. UFPA, 2019. p. 287-297

ALMEIDA, R. A. **Identificação arquivística como base do programa de gestão de documentos da defensoria pública do estado de São Paulo (PGD-DPESP).** 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2018. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10895/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Rafaela%20Almeida%20_%20final%2023102018.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 out. 2022.

AMARAL, M. C. G. **Organização da informação nos arquivos: estudo crítico**. 2017. 203 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-04082017-100339/pt-br.php>. Acesso em: 11 out. 2022.

ARAÚJO, C. A. Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 61-82, 2013. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p61. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p61>. Acesso em: 8 set. 2021.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

BARBOSA, A. P. **Sistemas de Classificação Bibliográfica**. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969. 441 p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br>. Acesso em: 09 dez. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

BARITÉ, M. *et al.* (2015). **Organización del conocimiento: Clasificación, Indización, Terminología**. 6. ed. Montevideo: CSIC. Disponível em: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/9028/1/barit%c3%a9_diccionario_de_organizaci%c3%b3n_del_conocimiento.pdf. Acesso em: 09 dez. 2022.

BARITÉ, M. Sistemas de Organização do Conhecimento: uma tipologia atualizada. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 122–139, 2011. DOI: 10.5433/1981-8920.2011, v. 16, n. 2, p. 122. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/9952>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BARITÉ, Mario. Organización del conocimiento: un nuevo marco teorico-conceptual en bibliotecologia y documentacion. In: CARRARA, Kester (Org.). **Educação, universidade e pesquisa: textos completos do III simpósio em filosofia e ciência: paradigmas do conhecimento no final do milênio**. Marília: Unesp-Marília-Publicacoes; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.

BARRETO, C. V. **Identificação arquivística como parâmetro de boas práticas na seção de finanças do Colégio Pedro II**. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e

Comunicação Social, Niterói, 2018. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/handle/1/10873>. Acesso em: 10 out. 2022.

BARROS, T. H. B. **A construção discursiva em arquivística**: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93667> .Acesso em: 13 set, 2021.

BARROS, T. H. B.; SOUSA, R. T. B. de. Organização do Conhecimento e Arquivologia: abordagens metodológicas. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 76-92, nov. 2019. ISSN 1981-8920. Disponível em:
<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38290>. Acesso em: 22 out. 2021.

BARROS, T. H. B.; BASTOS, C. M. C.; SANTOS, A. C. R. Sistemas de organização do conhecimento no contexto da arquivologia :aportes metodológicos para seu desenvolvimento. **Acervo**, Rio de Janeiro. v 35. n 2. p 1-20. maio/ago. 2022. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/238600/001140779.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BARROS, T. H. B.; MORAES, J. B. E. Archival classification and knowledge organization: theoretical possibilities for the archival field. In: NEELAMEGHAN, A.; RAGHAVAN, K. S (org.). **Categories, contexts and relations in knowledge organization**. Wurzburg: Ergon-verlag Gmbh, 2012. p. 272-276.

BARROS, T. H. B.; MONTEIRO, G. R. da. Classificação e descrição arquivística enquanto um processo de representação: histórico, princípios e procedimentos. IN: Sofia Y. Brunero Mariela A. Contreras Florencia Moyano Juan Thomas Compiladores **Tomo 3 Técnicas Archivísticas**. Disponível em:
<http://redarchiveroscordoba.com/wp-content/uploads/2017/10/TOMO-III.pdf>.

BARROS, T. H. B. Perspectivas de renovação em classificação arquivística novos olhares velhos métodos. In: RIBEIRO, F., CERVEIRA, M. E. (Org.). **Informação e/ou conhecimento: as duas faces de Jano** - Atas do I Congresso ISKO Espanha e Portugal e XI Congreso ISKO España. 1. ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto., CETAC. MEDIA, 2013, v. 1, p. 190-203. Disponível em:
<https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002433403.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BARROS, T. H. B. **A representação da informação Arquivística**: Uma Análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos Espanhol, Canadense e Brasileiro. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/11449/110391>. Acesso em: 10 out. 2022.

BELLOTTO, H. L. **O arquivista na sociedade contemporânea**. 2004. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto01.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2008.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9, 2008. São Paulo, **Anais...**São Paulo, USP, 2008. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/809/17.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 jul. 2021.

BRENNEKE, Adolf (1953). **Archivkunde**. Ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des europäischen Archivwesens. Leipzig.

BROOKS, P. C. The selection of records for preservation. **The American Archivist**, v.3, n. 4, p. 221-234, 1940.

BUENO, D. A. **Mapeamento de fluxos documentais como elemento de identificação arquivística no âmbito da gestão de documentos**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10577/DANILO%20ANDR%c3%89%20BUE%20NO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

CAFÉ, L. M. A.; BARROS, C. M.de. FONSECA, M. S. da. Organização do conhecimento: uma análise conceitual nos anais do ENANCIB. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS** v. 20, n.1 – jan/jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/42696/32986>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CAIXETA, M.; SOUZA, R. R. Representação do conhecimento: história, sentimento e percepção. **Informação & Informação**, v. 13, n. 2, p. 34-55, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34204>. Acesso em: 17 fev. 2023.

CALDERON, W. R. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579834868. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109305>. Acesso em: 20 set. 2021.

CALHEIROS, T. C.; CERVANTES, B. M. N. A classificação do direito eletrônico: uma análise em bibliotecas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 18, 2017, Marília. **Anais [...]**, Marília, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105335>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CAMPOS, M. L. A.; CAMPOS, L. M. A organização do conhecimento e suas teorias de representação: a ontologia de fundamentação como um modelo teórico para a representação de domínios. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 13, 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/175585>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CAMPOS, M. I. A.; GOMES, H. E. Metodologia de elaboração de tesauro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspect. ciênc. Inf**, Belo Horizonte, v.11 n.3, p. 348-359, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/bgmb4SnKKzqtM9Pn67fMPRM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CARLAN, E. **Sistemas de organização do conhecimento**: uma reflexão no contexto da ciência da informação. 2010. 195 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7465>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CHAGAS, C. A. Avaliação de documentos arquivísticos: teoria e metodologia. **Ágora**, v. 30, n. 61, p. 478-498, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/142050>. Acesso em: 14 set. 2021.

CINTRA, A. M. M. *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 1994. Disponível em: <https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Para-entender.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

COOK, T. Arquivologia e Pós-modernismo: Novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 123–148, 2012. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/15>. Acesso em: 20 mar. 2023.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Seminário Internacional sobre Arquivos. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 20 mar. 2023.

COLEPICOLO, Eliane. Buscando informação científica de qualidade para pesquisa em Psicologia. **Est. Inter. Psicol**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 133-142. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072014000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 fev. 2023.

COSTA FILHO, C. M. A.; SOUSA, R. T. B. Compreendendo o records continuum: contextualização, objetivos e reflexões. **Informação Arquivística**, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/90931>. Acesso em: 26 set. 2021.

COSTA, A. O. de. **O diálogo entre as vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia**: intersecções e ressignificações. 2019. 104 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35587>. Acesso em: 18 set. 2021

COSTA, A. O.; RONCAGLIO, C. O diálogo entre as vertentes clássica, moderna e contemporânea da arquivologia. **Em Questão**, v. 26, n. 2, p. 355-386, 2020. DOI: 10.19132/1808-5245262.355-386 . Disponível em; <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/90306>. Acesso em: 26 set. 2021.

COSTA, H. H. **Classificação para gestão da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) nacional**: diretrizes no contexto da química. 2021. 206 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://app.homologacao.uff.br/riuff/handle/1/22198>. Acesso em: 18 dez. 2022.

COSTA LEÃO, M.A. **Práticas arquivísticas em autarquias de fiscalização profissional**: pré-diagnóstico dos Conselhos Federais. 2021. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35830>. Acesso em: 10 out. 2022.

COUTURE, C.; DUCHARME, D. Research in Archival Science: A status report. **Archivaria**, n.59, p.41-67, 2005.

CTDE. **Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos**. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

CUNHA, S. S. **Rupturas de paradigmas na arquivologia custodial para a pós-custodial**. 2018. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 7, n. 2, 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso em: 31 out. 2021.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da Classificação, ontem e hoje. In: Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, 1976. **Anais...** Rio de Janeiro: 1BICT; [Brasília]: ABDF, 1979. p. 352-370. Disponível em: <https://eooci.uff.br/teoria-da-classificacao-ontem-e-hoje/>.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scopes and possibilities. **Knowledge organization**, Frankfurt, n. 20, p. 211-222, 1993.

DAHLBERG, I. Current trends in Knowledge Organization. In: GARCIA MARCO, F. J. **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación 1**. Actas del I Encuentro de ISKO-España, 1993, Madrid. Zaragoza: Librería General, 1995. p. 7-25.

DALESSANDRO, R. C. **A questão ética no ensino de organização do conhecimento**: Uma análise de currículos de cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil. 2018. 61 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciência, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154143>. Acesso em: 10 out. 2022.

DAVANZO, L.; MOREIRA, W. A teoria do conceito e a representação da informação arquivística: breves reflexões. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 18.; Marília, 2017. **Anais [...]**. Marília, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105295>. Acesso em: 02 nov. 2021.

DAVANZO, L. **Vocabulário controlado para arquivos**: análise de viabilidade e propostas. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138956>. Acesso em: 10 out. 2022.

DURANTI, L. Registros Documentais Contemporâneos Como Provas De Ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 49-64. Disponível Em:<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/registro-documentais-contempor3a2neos-como-provas-de-ac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

ELIAS, E. D. **Arquivometria**: procedimentos e operações técnicas da gestão documental. 2015. 289 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160678/337790.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ESTEBAN NAVARRO, M. A. La representación y la organización del conocimiento en los archivos: los lenguajes documentales ante los procesos de clasificación, ordenación y descripción. In: GARCÍA MARCO, Fco. Javier (ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Actas del I Encuentro de ISKO - España, Madrid, 4-5 de noviembre de 1993. Librería General: Zaragoza, Espanha, 1995, p. 65-90. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/07/065-090_Esteban.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.

FERREIRA, L. E. **O fundo de arquivo e o princípio de proveniência**: uma observação entre a teoria e a prática. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93666>. Acesso em: 10 out. 2022.

FRANCISCO, L. C. **Análise da presença dos requisitos de classificação em softwares livres:** DSpace, Alfresco e ICA-AtoM. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000229460>. Acesso em: 10 out. 2022.

FREITAS, L. M. **A organização do conhecimento sensível sob a ótica da arquivologia:** um estudo de caso na Embrapa Soja. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000215310>. Acesso em: 22 ago. 2021.

FREITAS, L. M.; ALBUQUERQUE, A. C. Concepções acerca da classificação arquivística a luz da teoria do conceito. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 18.; 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/456/314>. Acesso em: 02 out. 2021.

FREITAS JÚNIOR, E. F. **Fotografias periciais:** definição diplomática de documentos imagéticos forenses. 2019. 150 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38283#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20vis%C3%A3o,como%20prova%2C%20ou%20seja%2C%20o>. Acesso em: 11 out. 2022.

FOSCARINI, F. (2010). La clasificación de documentos basada em funciones: comparación de La teoría y La práctica. **Tabula 13**. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León.

GAMA, F. A. **As contribuições das linguagens de marcação para a gestão da informação arquivística digital.** 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciência, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/88196>. Acesso em: 10 out. 2022.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa Tipos Documentais. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. Mai/Jun.1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

GUIMARÃES, J. A. C.; TOGNOLI, N. B. Provenance as a domain analysis approach in archival knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 8, p. 562-569, 2015.

GUIMARÃES, R. V. **Avaliação de documentos de arquivo: uma análise de diferentes**. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32587/1/2018_RubensVieiraGuimar%c3%a3es.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da *International Society for Knowledge Organization (ISKO)*. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 1 No 1, n. 1, p. 77-99, 2008. DOI: 10.26512/rici.v1.n1.2008.940 Acesso em: 28 fev. 2023.

GOMES, C. D. L. S. **Contribuições histórico-epistemológicas da organicidade como nível de integração teórica da Arquivologia**. 2019. 184 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37327>. Acesso em: 11 out. 2022.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística General**. Teoría y práctica. 5ª edición actualizada y aumentada. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991. Disponível em: <https://alexavidal.files.wordpress.com/2015/07/archivisticageneralteoriaypractica-antonia-heredia-herrera.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

HIGINO, J. H. **A representação da informação no contexto da arquivologia no Brasil**. 2020. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18102/1/JeffersonHiginoDaSilva_Dissert.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

HJØRLAND, B. Domain Analysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v.58, p. 422-62, 2002.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, v.35, n.2/3, p. 86-101, 2008.

HODGE, G. Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: beyond traditional authority files. Washington, DC, **the Council on Library and Information Resources**. 2000. Disponível em: Acesso em: 10 abr. 2019

HODGE, G. Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: beyond traditional authorities files. Washington, DC, **the Council on Library and Information Resources**. 2000. Disponível em: <http://www.kevenlw.name/downloads/working/%E5%85%83%E6%95%B0%E6%>

8D%AE%E4%B8%8E%E4%BF%A1%E6%81%AF%E8%B5%84%E6%BA%90%E7%BB%84%E7%BB%87/reerence/pub91.pdf. Acesso em 19 jun. 2013.

HORIMI, D. **Inovação no contexto dos serviços arquivísticos**. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000226845>. Acesso em: 10 out. 2022.

INDOLFO, A. C. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**. 2013. 315 f. Tese (/doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/893>. Acesso em: 10 out. 2022.

JARDIM, J. M. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: POMIN, M.L. (org.). **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2012, p. 135. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf. Acesso em: 15 set. 2021

KETELARR, E. Time future contained in time post: archival science in the 21st century. **Journal of the Japan Society Archival Science**, n. 1, p. 20-35, 2004.

KESSLER, M. I. Organización del Conocimiento I – 2017 U.N.L.P. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. **Memória Acadêmica**: compartimos lo que sabemos. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/programas/pp.10735/pp.10735.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

LARA, M. L. L. G. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do grupo temma. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 92-121, 2011. DOI: 10.5433/1981-8920.2011v16n2p92. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33834>. Acesso em: 16 jul. 2021.

LARA, M. L. G. Propostas de tipologias de KOS: uma análise das referências de formas dominantes de organização do conhecimento. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Santa Catarina, v. 20, n. 1, p. 89-107, fev. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20nesp1p89>. Acesso em: 02 abr. 2021.

LEANDRO, A. A. **O documento fotográfico à luz da classificação arquivística: um estudo em teses e dissertações brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). 2020. 123 f. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020, Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10527165.

LEHMKUHL, C. S. et al. Sistemas de organização do conhecimento e arquivologia: diálogos possíveis, p. 58-66. In: BARROS, T. H.; TOGNOLI, N. B. (org.). **Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/200575/001102758.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 nov. 2021.

LEME, T. F. **A identificação arquivística como subsídio para a classificação: uma proposta metodológica para a Prefeitura Municipal de Marília**. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciência, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182258>. Acesso em: 10 out. 2022.

LINDEN, L. L. **Proposta de diretrizes para representação da informação e do conhecimento em arquivos no contexto brasileiro**. 2021. 198 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/231024>. Acesso em: 10 out. 2022.

LIMA, G. A.B. O. Da organização do conhecimento à recuperação da informação; teoria e técnicas. In: Lima *et al.* (org.). **Pesquisa integrada em organização do conhecimento e recuperação da informação**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2016, p. 67. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1046505/pesquisa-integrada-em-organizacao-do-conhecimento-e-recuperacao-da-informacao-anais>. Acesso em: 13 set. 2021.

LIMA, G. Â. de. Organização e representação do conhecimento e da informação na web: teorias e técnicas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.25, número especial, p. 57-97, fev/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22283>. Acesso em: 10 set. 2021.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. Cap. 1. p. 21-48. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose-Leonardo-Lima-2/publication/281969932_Organizacao_e_representacao_da_informacao_e_do_conhecimento/links/5600067308ae07629e522ad1/Organizacao-e-representacao-da-informacao-e-do-conhecimento.pdf. Acesso em: 02 jul. 2021.

LOPES, L. C. **A Nova Arquivística na modernização administrativa**. 3.^a ed. Brasília: Annabel Lee, 2014. 398p.

MAIMONE, G. D. Informação e Conhecimento: insumos para o trabalho organizativo em Ciência da Informação. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 423-436, out. 2020. ISSN 1981-8920. Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39335>. Acesso em: 31 out. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n3p423>.

MARQUES, A. A. C. da. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8730>. Acesso em: 18 set. 2021.

MARQUES, A. A. C. da.; RODRIGUES, G. M.; NOUGARET, C. Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018 <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-01>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/95TFG3vZBqThxk6ds63pGyb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 set. 2021.

MARQUES, L. F. **A organização do conhecimento sensível sob a ótica da Arquivologia: um estudo de caso na Embrapa Soja**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000215310>. Acesso em: 10 out. 2022.

MARTINS, W. R. **Representação arquivística: o papel do CIA e do CONARQ para o desenvolvimento de políticas de descrição**. 2019. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11427>. Acesso em: 11 out. 2022.

MATOS, M. T. N. de B. A evolução dos arquivos e do conhecimento em arquivologia. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 5, n. 1-2, p. 19–28, 2013. V. 5, n. 1-2. 2012.1688. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1688>. Acesso em: 13 set. 2021.

MEDEIROS, G. M. **Indexação em documentos arquivísticos: em busca de aprofundamento teórico-metodológico**. 2019. 350 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/198988/PCIN0199-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47 n.165. p 1044- 1066, jul/set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2023.

MENDES, R. L. **Sistemas de organização e representação do conhecimento: uma reflexão sobre o uso do código de classificação de documentos de arquivo da Fiocruz.** 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IBICT_2f7f9b21b5f2c54cfad7dab2bd06f055. Acesso em: 10 out. 2022.

MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones sobre el método en archivística: a reflection on archival science methodology. **Documenta & Instrumenta**, Madrid, v.1, p. 35-46, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/27594774_Consideraciones_sobre_el_metodo_en_Archivistica. Acesso em: 07 jan. 2023.

MELLO, S. C. B.; SÁ, M. G. Tecendo uma virtuosa “colcha de retalhos”: a constituição e interpretação de um corpus lingüístico num estudo sobre reflexividade e articulação empreendedora. **RAP**, Rio de Janeiro 40(3):385-410, maio/jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/gHdSVqHqRWztq6RwXH7pm8G/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2023.

MELO, Í. F. **As funções arquivísticas à luz do Princípio da Proveniência: um habitus em construção.** 2021. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41694>. Acesso em: 11 out. 2022.

MELLO, S. L. **Identificação de tipologia documental como parâmetro para classificação em arquivos universitários.** 2013. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10598/SILVIA%20LHAMAS%20DE%20MELLO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

MOREIRA, W. **Sistemas de organização do conhecimento: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos.** 2018. 164 f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/190878>. Acesso em 23 out. 2021.

MOTTA, D. F. da. **Método relacional como nova abordagem para a construção de tesouros.** 1987. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://eooci.uff.br/wp-content/uploads/sites/319/2020/09/DissertacaoDilzaMotta.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

MOKHTAR, U. A.; YUSOF, Z. M. Function-based classification: model development and validation. *Open Journal of Social Sciences*, v. 3, n. 3, 2015.

MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, 163 p. Disponível em: https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/manual_dos_arquivistas-1.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.

NUNES, L.; TÁLAMO, M. F. G. M. Da filosofia da classificação à classificação bibliográfica. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 30-48, 2009. DOI: 10.20396/rdbci.v7i1.1973 Acesso em: 03 mar. 2023.

PAZOS, J. M. **O(s) lugar(es) da função classificação na formação do arquivista**: uma análise da história, dos currículos e dos programas de ensino dos cursos de graduação em Arquivologia do sudeste do Brasil. 2019. 346 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14720>. Acesso em: 10 out. 2022.

PINTO, F. B.; SCHMIDT, C. Classificação Funcional X Classificação por assunto: análise de metodologias para classificação de documentos no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas – INI/FIOCRUZ. *In*: BRUNERO, S. Y.; CONTRERAS, M. A.; MOYANO, F.; THOMAS, J. (org.). **XII Congreso de Archivología del Mercosur**: archivos y archiveros em la sociedade del conocimiento. Disponível em: <http://redarchiveroscordoba.com/wp-content/uploads/2017/10/TOMO-III.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Leituras. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, nº 2, 1998, pp. 19-33. Disponível em: <https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/investigacao/opombo-classificacao.pdf>. Acesso em: 6 mar 2021.

RABELLO, R.; GUIMARÃES, J. A. C. Uma relação conceitual entre conhecimento e documento não contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 2, 2006. Marília. **Anais [...]**, Marília, 2006. Disponível em: http://eprints.rclis.org/16806/1/Rabello_Guimar%C3%A3es_2006_a%20rela%C3%A7%C3%A3o%20conceitual%20entre%20conhecimento%20e%20documento%20no%20contexto%20da%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20conhecimento.pdf. Acesso em: 02 jul. 2021.

RAMALHO, R. A. S. Representação do conhecimento e ontologias: reflexões interdisciplinares. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 10, 2009, João Pessoa. **Anais [...]**, João Pessoa, 2009. em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/171942>. Acesso em: 18 fev. 2023.

RIOS, E. R.; CORDEIRO, R. I. N. Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p.123-139, maio /ago. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/zNqdXRZWVnFTcryj5TsZ36n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2021.

RODRIGUES, M. R.; CERVANTES, B. M. N. Identificação de conceitos por meio de mapas conceituais no âmbito da organização e representação do conhecimento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)*, 18, 2017, Marília. **Anais** [...], Marília, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105408>. Acesso em: 25 fev. 2023.

RODRIGUES, B. C. **Arte contemporânea, museu e arquivo: desafios da ciência da informação**. 2017. 266 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-11012018-155557/pt-br.php>. Acesso em: 11 out. 2022.

ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SALES, R. Classificações bibliográficas e classificações arquivísticas: diferenças e semelhanças na organização do conhecimento. **Scire: representación y organización del conocimiento** (ISSNe 2340-7042; ISSN 1135-3716), v. 22, n. 1, p. 65-77, 9 jun. 2016. Disponível em: <https://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4301/3833>. Acesso em: 12 out. 2021.

SANTOS, J. M. T. dos.; KIOURANIS, N. M. M. Concepções de Corpus de Análise na Pesquisa em Educação em Ciências Naturais: Uma Investigação em Dissertações e Teses de um Programa de Pós-Graduação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], v. 20, n. u, p. 799–822. 2020. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2020u799822. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/19439>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SANTOS, C. R. **Gênese documental de álbuns fotográficos escolares: entre avanços e ausências**. 207. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000214285>. Acesso em: 10 out. 2022.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Tradução Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHMIDT, C. M. S. dos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 f. Tese (Doutorado e Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São

Paulo, 2012. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/publico/ClarissaMSSchmidt_revisada.pdf. Acesso em: 04 set. 2021.

SCHMIDT, C.; SMIT, J. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. En XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal, 19-20 de noviembre, 2015, **Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos**. Murcia: Universidad de Murcia. Disponível em: : https://iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/50b69-45_schmidt.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

SCHMIDT, C. M. S.; SMIT, J. Organização da Informação e Arquivos: diferentes perspectivas informacionais em torno do documento de arquivo. I Congresso ISKO Espanha e Portugal / XI Congreso ISKO España. **Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano**. Recuperado de 2015-06-28, de <http://www.youblisher.com/p/749221-I-Congresso-ISKOEspanha-e-Portugal-XI-Congreso-ISKO-Espana/> p. 579- 588.

SILVA, L. C. **Desafios da implementação da política pública de arquivos**: as funções arquivísticas e o acesso à informação na prefeitura municipal de Vitória, ES. 2020. 261 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33628>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, A. P. **Aspectos éticos em organização da informação**: um estudo em códigos de ética do profissional arquivista. 2016. 72 f. (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciência, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138947>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, I. O. S. **A organização do conhecimento e a representação do conhecimento no domínio da arquivística**. 2012. 193 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103377>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, T. C. **Atom, normas e padrões para a descrição e representação de informações e objetos digitais em ambientes web**. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciência, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151041>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, A. B. M., *et. al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999, p. 115-201. Disponível em: <https://pdfcookie.com/documents/silva-armando-malheiro-daet-al-arquivistica-teoria-e-pratica-de-uma-ciencia-da-informacao-k2p88ez64kl9>. Acesso em: 18 set. 2021.

SILVA, J. H.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. A Organização e representação na Arquivologia: o fio de Ariadne dos arquivos. **Archeion online**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 68–94, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2318-6186.2020v8n1.55272. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/55272>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SOARES, A. P. A. **Estudos métricos em arquivística**: proposta de métricas para o gerenciamento de arquivo. 2019. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/198993/PCIN0197-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G, S. de.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83. 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2336/1441> Acesso em: 01 out. 2021.

SOUSA, R. T. B. A classificação como função matricial do que – fazer arquivístico. In: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. (org). **Arquivística**: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 2.ed. Distrito Federal: SENAC, 2008. Cap. 2, p. 77-172.

SOUSA, R. T. B. A classificação funcional de documentos de arquivo é uma abstração intelectual ou um instrumento prático? **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 1-21, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/195369#:~:text=A%20literatura%20apont a%20de%20forma,opera%2D%20do%20por%20usu%C3%A1rios%20leigos>. Acesso em: 03 já. 2023.

SOUSA, R. T. B. Classificação: um dos problemas fundamentais da Arquivística contemporânea. **Arquivo & Informação**, Rio de Janeiro. 1995, p.3-4 Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1252/1/ARTIGO_ClassificacaoProblemaFundamental.pdf. Acesso em: 03 jan. 2023.

SOUSA, R. T. B. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivistica.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142. 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/948>. Acesso em: 15 set. 2021.

SOUSA, R. T. B. Os princípios da teoria da classificação e o processo de organização de documentos de arquivo. **Arquivo & Administração**, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51537>. Acesso em: 18 fev.2023.

SOUSA, R.T.B. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, B.; INARELLI, H.C.; SOUSA, R. T. B. **Arquivística Temas Contemporâneos** (org.). 3.^a ed. Distrito Federal: SENAC, 2012. 224p.

SOUSA, R. T. B. Alguns apontamentos sobre a Classificação de Documentos de Arquivo. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 8, n. 1/2, 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/4246>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SOUSA, R. T. B. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/948> Acesso em: 14 abr. 2022.

SOUSA, T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 240 – 269. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1439/1/CAPITULO_PrincipiosArquivisticosConceitoClassifica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.

SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SOUZA, R. F.; MANASFI, C. V. Organização do conhecimento em uma estrutura classificatória, no contexto da indexação e recuperação da informação: um relato de pesquisa. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41008>. Acesso em: 03 ago. 2021.

SOUSA, R. T. B. **A classificação funcional de documentos de arquivo é uma abstração intelectual ou um instrumento prático?** *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1809/1718>. Acesso em: 03 jan. 2023.

SOUZA, R. F. Organização do conhecimento. In.: TOUTAIN, L. M. B. B. (org.). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 103-124. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/145/1/Para%20entender%20a%20ciencia%20da%20informacao.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2021.

SOUZA, A. P. **O documento fotográfico na organização do conhecimento: o processo de transcodificação na classificação arquivística**. 2015. 130 f. Dissertação

(Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000204187>. Acesso em: 10 out. 2022.

SOUZA, V. A. S. **Patrimônio documental fotográfico**: um panorama dos acervos arquivísticos de Santa Catarina. 2021. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229148/PCIN0271-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2023.

STAPLERTON, R. Jenkinson and Schellenberg: comparison, **Archivaria**. n.17, fall 1983 p. 65-85. Disponível em: <https://archivaria.ca › article › download>. Acesso em: 20 jan. 2020.

TAYLOR, H. Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift? **Archivaria**, v. 25, p. 12-28. Winter, 1987-1988,

TOGNOLI, N. B. A arquivística funcional e sua contribuição para o desenvolvimento de uma disciplina contemporânea. **Ágora**, v. 22, n. 44, p. 19-35. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13582>. Acesso em: 19 set. 2021.

TOGNOLI, N. B. **A construção teórica da Diplomática**: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. 2013. 162 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103383>. Acesso em: 25 set. 2021.

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93669>. Acesso em: 25 set. 2021.

TOGNOLI, N. B.; BARROS, T. H. B. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição. In: GUIMARÃES, J.A.C; DODEBEI, V. (org.) **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Estudos Avançados em Organização do Conhecimento. Marília: FUNDEPE, 2015, v.3, p. 94-99. Disponível em: <https://isko.org.br/publicacoes/serie-estudos-avancados-em-organizacao-e-representacao-do-conhecimento/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C.; TENNIS, J. T. Diplomats as a methodological perspective for archival knowledge organization. **NASKO**, Washington, v. 4, p. 204-212, out. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7152/nasko.v4i1.14661>. Acesso em 11 ago.2015.

TOGNOLI, N. B.; RODRIGUES, A. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. **Informação & Informação**, v. 24, n. 2, p. 58-75. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/125800>. DOI: 10.5433/1981-8920.2019v24n2p58. Acesso em: 20 jul. 2021.

TOGNOLI, N. B.; VITORIANO, M. C. C. P. de.; LEME, T. F. L. A Classificação enquanto uma função nuclear no processo de organização do conhecimento arquivístico. In: PINHO, F.A.; GUIMARÃES, J.A.C. (org.) **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Estudos Avançados em Organização do Conhecimento. Recife: Editora UFPE, 2017, v.4, p. 64-70. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335832696_. Acesso em: 11 ago. 2021.

THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51643>. Acesso em: 31 out. 2021.

URQUIZA, M. de A.; MARQUES, D. B. Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica. **Entretextos**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 115–144, 2016. DOI: 10.5433/1519-5392.2016v16n1p115. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/20988>. Acesso em: 10 out. 2021.

VENTURA, R. **A atuação dos arquivos públicos estaduais do Brasil nas atividades de Representação da informação para atendimento da Lei de acesso à Informação**. 2018. 347 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186801/PCIN0175-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

VICKERY, B. C. **On knowledge organization**. 2008. Disponível em: <http://www.lucis.me.uk/knowlorg.htm#start>. Acesso em: 02 dez. 2020.

VITAL, L. P. **Representação temática de documento arquivístico: as contribuições do modelo conceitual FRSAD**. 2017. 197 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174305/345863.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

WANDERLEY, A. I. F. **A linguagem documentária no âmbito da representação da informação arquivística**. 2019. 104 f. -Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49715>. Acesso em: 10 out. 2022.

ZENG, M. Knowledge Organization Systems (KOS). **Knowledge Organization**. 35(2008) No.2/No.3. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/297530633_Knowledge_Organization_Systems_KOS. Acesso em: 03. jan. 2023.